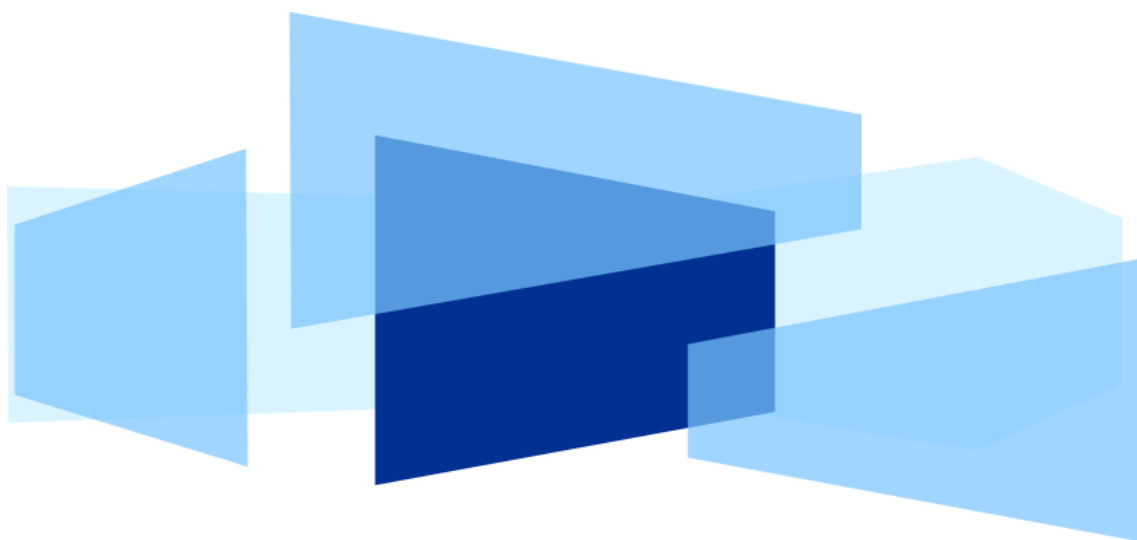




PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA



João Pinheiro/MG, 2023.

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	9
A. APRESENTAÇÃO	10
B. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	11
B.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino	11
1. Missão e Visão	18
1.2. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso	19
1.3. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro	27
2. Organização Didático Pedagógica	34
2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso	34
2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição	38
2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior	39
2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena	42
2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	42
2.1.6. Política de Iniciação Científica	43
2.1.7. O NIPE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização	45
2.1.8. Política de Internacionalização	48
2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social	49

2.1.10. Política Institucional para a Modalidade EaD	50
2.2. Objetivos do Curso.....	54
2.3. Perfil Profissional do Egresso	56
2.3.1. Competências e Habilidades.....	57
2.4. Estrutura Curricular	58
2.5. Conteúdos Curriculares	62
2.5.1. Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	67
2.6. Metodologia	67
2.7. Estágio Curricular Supervisionado.....	73
2.7.1. REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ENGENHARIA AGRÔNOMICA - FCJP	73
2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica.....	87
2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática	88
2.10. Atividades Curriculares Complementares	88
2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).....	93
2.12. Apoio ao Discente	95
2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	100
2.14. Atividades de Tutoria.....	103

2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria.....	105
2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem.....	107
2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem	111
2.18. Material Didático	112
2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.	117
2.20. Número de Vagas	124
2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino	125
2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS).....	125
2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde.....	126
2.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas.....	126
3. Corpo Docente e Tutorial	126
3.1. Núcleo Docente Estruturante	126
3.2. Equipe Multidisciplinar	128
3.3. Atuação do Coordenador.....	129
3.4. Regime de Trabalho do Coordenador de Curso.....	133
3.5. Corpo Docente: Titulação	136
3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	139

3.7. Experiência Profissional do Docente	139
3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica.....	140
3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior	140
3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância.	141
3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância	143
3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente	144
3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	146
3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância	147
3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância	148
3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	149
4. Infraestrutura	151
4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral.....	151
4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador.....	152
4.3. Sala Coletiva de Professores	153
4.4. Salas de Aula.....	153
4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	154
4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular	155
4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular	157

4.7.1. Biblioteca FCJP	157
4.7.2. Periódicos Especializados.....	158
4.7.3. Bases de Dados Assinadas	159
4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso	159
4.7.5. Informatização	160
4.7.6. Sistema SolisGE	160
4.7.7. Treinamentos.....	161
4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educaçãoais Especiais	161
4.7.9. Serviços.....	161
4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes	162
4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica.....	162
Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP	164
4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica e Áreas Experimentais	168
4.9.1. Boas Práticas de Laboratório Específicos da Agronomia da FCJP	169
4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde.....	176
4.11. Laboratórios de Habilidades.	176
4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados ...	176

4.13. Biotérios	176
4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático	177
4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.	180
4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	180
4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).	180
4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso	181
ANEXO I	182
DOCENTES: CARACTERÍSTICAS	182
TUTORES: CARACTERÍSTICAS	182
ANEXO II	184
Matriz Curricular do Curso de Engenharia Agrônoma FCC	184
ANEXO III	189
EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	189
ANEXO IV	247
Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho Discente Efetivo.....	247
ANEXO V	260
Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão	260

ANEXO VI.....	285
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	285

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Mantida pela Associação Educação de João Pinheiro

REPRESENTANTE LEGAL DA MANTENEDORA

Prof. Dr. Paulo César Souza

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor Geral

Prof. Dr. Paulo César Souza

Coordenadora Acadêmica

Prof.^a Dr.^a Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Acadêmica

Laisa Graciele Vieira Alves

Coordenador do Curso de Engenharia Agrônômica

Prof. Me. Willyder Leandro Rocha Peres

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica - Administrativo: **Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP**

Curso: **Curso de Engenharia Agrônômica**

Tipo: **Graduação**

Grau: **Bacharelado**

Modalidade: **Presencial**

Situação Legal: **Autorização (Portaria nº 195, de 22 de março de 2018).**

Duração: **10 semestres (5 anos)**

Período mínimo para integralização: **10 semestres (5 anos)**

Período máximo para integralização: **15 semestres (7,5 anos)**

Número de vagas (anual): **100 vagas**

Carga horária total: **3.600 horas**

Coordenador do Curso: **Prof. Me. Willyder Leandro Rocha Peres**

Local de funcionamento: **Avenida Zico Dornelas nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro - CEP: 38770-000.**

A. APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta neste documento todas as características de funcionamento do Curso de Engenharia Agrônômica ofertado na Faculdade Cidade de João Pinheiro, por meio do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica, trabalho desenvolvido por uma Comissão de docentes, composta por membros que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a coordenação do referido curso. Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças, se necessárias, assim como, mecanismos de avaliação permanente a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que sempre é buscada por toda a instituição e garantir que essa qualidade esteja refletida neste curso em específico.

O Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Agrônômica foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares do referido curso, visando, portanto, a oferta de um curso que prima pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia-se com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abriga o curso em questão e a inserção regional deste. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atua no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta. Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e encerra-se com a descrição dos processos de avaliação que são utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso.

B. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

B.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino

A Associação Educacional de João Pinheiro situada na Avenida Zico Dornelas nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro, foi cadastrada no CNPJ com o nº 03.289.019/0001-98 em 25/05/1999, com a descrição 399-9 Associação Privada. Seu Estatuto foi registrado com o nº R384 em 15/05/2001. A ata de criação da Associação Educacional de João Pinheiro foi registrada em cartório de registro civil das pessoas jurídicas da Comarca de João Pinheiro no protocolo A-1 nº 1.216 folhas 118 e averbado no livro A-1 P-Jurídica folha 2 sob o nº AV-04384 em 20/08/2002. O alvará de licença para localização e funcionamento nº000266. Número de controle 001026/2014 com validade até 31/12/2014.

A Associação Educacional de João Pinheiro, desde seu nascimento, é uma instituição voltada à educação Superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro, Instituição de Ensino Superior, dedicada à graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão, cursos sequenciais tanto na modalidade de ensino presencial quanto à distância. Os seus idealizadores são profissionais ligados à área do ensino, com experiência comprovada e com imbatível propósito de prover a cidade de João Pinheiro e sua região com a oferta de cursos superiores nas mais diversas áreas do ensino, com qualidade, eficiência e profissionalismo, adjetivos que são constantemente inseridos como marca desta instituição durante a sua existência.

A instituição tem endereço fixo em João Pinheiro, cidade localizada na porção Noroeste de Minas Gerais, é o maior município em área do Estado, com 10.717 km². Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação entre Belo Horizonte/Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP Localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades de todas as regiões.

As atividades desta instituição iniciaram-se em 2002 com a aprovação pelo DEPES/SESU/MEC, Portaria nº 522, e 27/02/2002, publicada o diário oficial da União seção 1, página 12, em 28/02/2002, conforme segue:

“O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28/03/1996, e nº 3.860, de 09/06/2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04/09/2001, e tendo em vista o Despacho no 243/2002, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.012827/1999-10, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a instituição de ensino superior denominada Faculdade Cidade de João Pinheiro, a ser estabelecida na Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz, na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais, cuja mantenedora é a Associação Educacional de João Pinheiro, com sede na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A instituição Associação Educacional de João Pinheiro deverá protocolizar neste Ministério o atendimento ao que estabelece o art. 25 do Decreto nº 3.860/2001, no prazo de até trinta dias antes da publicação do Edital do processo seletivo para o primeiro curso autorizado. Deverá, ainda, no prazo de trinta dias, adotar as providências necessárias quanto à protocolização do processo de Regimento da instituição ora credenciada, e observar o que dispõe a Portaria MEC nº 1.679, de 02/12/1999”. (GN)

Em 2008 a CPA apontou ainda a necessidade de construção de um anfiteatro, ampliação de laboratórios e construção de outros. Propôs também criação de espaço próprio para atendimento psicopedagógico e ouvidoria, bem como espaço para a CPA.

Todas as medidas saneadoras apresentadas pela CPA foram atendidas na medida da disponibilidade financeira da instituição. Em 2013 foi proposta pela CPA a ampliação da biblioteca, da sala dos professores, para que aqueles docentes de tempo parcial e integral pudessem ter espaço adequado de atendimento ao aluno tanto na orientação de TCC, quanto na iniciação científica.

Foi proposta também a criação de mais um anfiteatro. Foram atendidas todas as sugestões.

A gestão da instituição usa as avaliações da CPA como referência para organização, planejamento e implementação de melhorias tanto no aspecto físico quanto na aquisição de materiais e equipamentos necessários a cada curso. A instituição oferta atualmente onze cursos. As avaliações de Cursos pelo Ministério da Educação e Cultura também são utilizadas como referência para o aprimoramento da instituição. Na maioria das avaliações sistêmicas foram apontados como fragilidades da instituição a quantidade de publicações pelo seu corpo docente, bem como a necessidade de docentes com mais titulação *stricto-sensu* e um maior número de docentes com carga horária parcial e ou integral. Foi apontada também a necessidade de implantação de plano de carreira para os docentes e técnico-administrativos e institucionalização do contato com o egresso. Essas fragilidades estão sanadas. A instituição teve seu plano de cargos e salários homologado e publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 109 em 20 de agosto de 2010. Também ampliou a biblioteca, acrescentando um espaço para a brinquedoteca. Criou também um espaço adequado para os docentes com tempo integral e parcial, ampliando a sala dos docentes para três espaços específicos.

A Instituição cumprindo com a legislação e Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, tem uma política focada na diversidade e na sustentabilidade. A abordagem dos temas é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

Os cursos da FCJP têm em sua matriz curricular disciplinas de “LIBRAS”, “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, “Direitos Humanos” e Educação Ambiental. Os cursos se beneficiam das ações sugeridas pelos colegiados, os quais propõem palestras, seminários, pesquisas de campo e projetos que corroboram com as políticas tanto ambientais quanto culturais, patrimoniais e de

inclusão seja em que área for necessária.

Os estágios supervisionados acontecem em empresas conveniadas, tais como: Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, PSF's, fazendas da região, clubes, instituições de longa permanência e outros hospitais da região, como Curvelo. Em todos os cursos há participação direta do supervisor de estágio.

A autoavaliação Institucional é feita pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual foi implementada de acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado em 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861/2004, foi construído a partir da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, instalada pelo MEC em 2003, com a finalidade de analisar e oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior. A regulamentação dos procedimentos de avaliação do SINAES ocorreu através da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

A Comissão de Avaliação Institucional tem como propósito principal criar uma cultura de avaliação, com vistas a mudanças no fazer universitário, com o propósito de contribuir para a melhora da qualidade dos cursos de graduação. Esse foi o mote utilizado e presente em todo o processo. Teve-se também o entendimento de que tudo pode ser indicador de qualidade e de não qualidade no fazer universitário. Em razão disso, a Comissão passou a integrar e a considerar todos os elementos que, de uma forma ou outra, pudessem contribuir para uma maior compreensão da realidade institucional. Sua regulamentação na instituição se deu por Portaria DG 05/2004, e Resolução DG 0023/2014 de 22 de maio de 2014.

A biblioteca da FCJP passou por uma ampliação e atualmente conta com uma estrutura de 439,87 m², com espaço para estudos individuais e em grupo, bem como uma videoteca. Seu acervo bibliográfico geral é formado por livros, CDs, diretórios, vídeos, monografias, periódicos, buscando atender a todo público universitário. A instituição conta também com a Biblioteca Virtual – MINHA BIBLIOTECA que disponibiliza todo seu acervo aos acadêmicos, professores e

técnicos administrativos de maneira ininterrupta através de acesso virtual oportunizando várias formas de desfrutar dos conteúdos.

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas de Institucionais

	ANO-IGC
Faculdade Cidade de João Pinheiro	2007 - 02
	2008 - 02
	2009 - 02
	2010 - 03
	2011 - 02
	2012 - 02
	2013 - 02
	2014 - 03
	2015 - 03
	2016 – 03
	2017- 03
	2018- 03
	2019 – 03
	2020 - X
	2021 -03

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
Administração	Portaria Nº 2.562, de 15 de setembro de 2003.	Portaria nº 213, de 17 de maio de 2013.	Portaria nº 1654, de 08 de dezembro de 2021
Administração EaD	Portaria Nº 928 de 23 de abril de 2017	-	-
Análises e Desenvolvimento de Sistemas EAD	Portaria Nº 4, de 10 de janeiro de 2019.	-	-
Ciências Biológicas	Portaria Nº 3.570, de 17 de outubro de 2005.	Portaria nº 10, de 02 de março de 2012.	Portaria nº 276, de 20 de abril de 2018.
Ciências Contábeis	Portaria nº 1254 de 07 de dezembro de 2017.	-	-
Direito	Portaria Nº 700 de 18 de outubro 2018	-	-
Educação Física (Licenciatura)	Portaria Nº 523, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria nº 983 de 24 de novembro de 2006.	Portaria nº 916 de 27 de dezembro de 2018.
Enfermagem	Portaria Nº 2.567, de 6 de setembro de 2002.	Portaria Normativa nº 348, de 27 de outubro de 2020.	Portaria Normativa nº 45, de 06 de janeiro de 2022.

Engenharia Agrônômica	Portaria Nº 195, de 22 de março de 2018.	-	-
Engenharia Civil	Portaria Nº 274, de 19 de abril de 2018.	-	-
Psicologia	Portaria Nº 524, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	Portaria nº 629, de 23 de Junho de 2017.
Geografia	Portaria Nº 3.571, de 17 de outubro de 2005.	Portaria nº 405 de 22 de Julho de 2014.	-
Gestão Comercial – EaD	Portaria Nº 344 de 12 de julho de 2019	-	-
Gestão do Agronegócio	Portaria Nº 209 de 29 de abril de 2019	-	-
Letras	Portaria Nº 3.063, de 6 de novembro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	-
Pedagogia	Portaria Nº 3.247 de 26 de novembro de 2002.	Portaria nº 112 de 14 de fevereiro de 2014.	Portaria nº 916 de 27 de dezembro de 2018.
Pedagogia EaD	Portaria Nº 835 de 29 de	-	-

	novembro de 2018.		
Psicologia	Portaria Nº 167 de 13 de março 2018.	Portaria Nº 167 de 13/03/2018	-

1. Missão e Visão

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Desta forma, tem por **Missão**:

“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”.

De acordo com a sua **Visão**, a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP pretende:

“Permanecer como centro de excelência do ensino superior, mantendo-se como referência na educação presencial e a distância”.

Tem por **Valores**:

- ✓ **Ética;**
- ✓ **Cidadania; e**
- ✓ **Responsabilidade socioambiental.**

A Faculdade Cidade de João Pinheiro, mantida pela Associação Educacional de João Pinheiro, é uma Instituição Educacional, que tem na sua missão a

Educação Superior pautada na humanização como abertura ao diálogo, ao compromisso de integração social e à competência em todo seu agir.

Os princípios que fundam a práxis da Faculdade Cidade de João Pinheiro são:

- ✓ **Valorizar a vida em todas as suas formas;**
- ✓ **Respeitar a dignidade da pessoa humana e a liberdade pessoal;**
- ✓ **A busca da verdade;**
- ✓ **Contribuir com o crescimento da comunidade; e**
- ✓ **Contribuir para a consolidação da cidadania na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.**

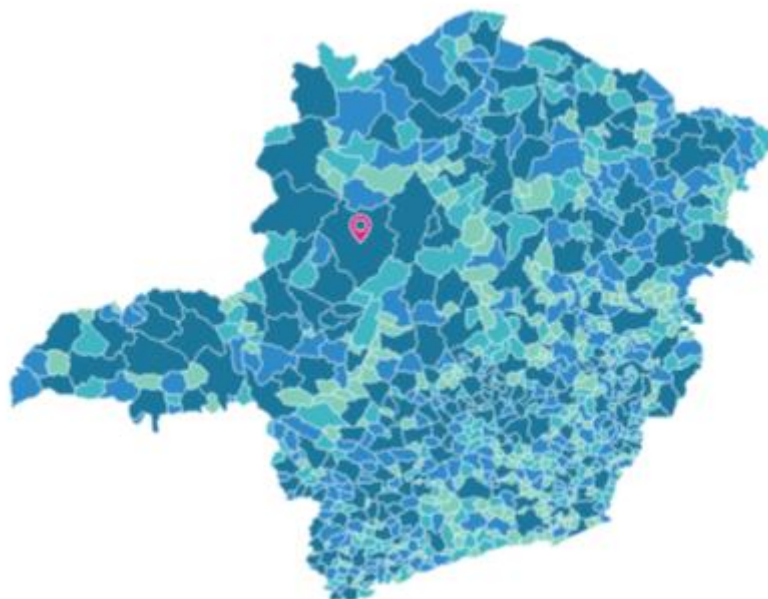
Estes princípios perpassam todas as atividades-fim da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tornando-a distinta de outras Instituições públicas e particulares. Os princípios que fundam a práxis da Instituição propiciam a inter-relação pessoal com uma formação que privilegie a inclusão dos valores humanos.

1.2. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) possui limite territorial circunscrito ao município de **João Pinheiro**, no Estado de **Minas Gerais**.

Minas Gerais está localizada na Região Sudeste do país. Limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro.

João Pinheiro insere-se na porção noroeste de Minas Gerais. Na divisão das regiões administrativas de Minas, o município está na Região Noroeste, na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994. Possui uma área total de 10.716,960 km², segundo o documento “Áreas dos Municípios Mineiros”, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (1995), sendo assim, o maior município em área territorial do estado.



A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão corresponde a 10.727,097 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica é de 4,36 hab./km².

População no último censo

[2022]

46.801 pessoas

Comparando a outros
municípios

No país

5570º

1º

692º

No Estado

853º

1º

76º

Na região geográfica imediata

18º

1º

3º

A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas.

Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária.

Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação Belo Horizonte / Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades, do norte de Minas, sul da Bahia, entre outras regiões. Sua população estimada em 2022 é de 46.801 habitantes (IBGE).

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

A agricultura em João Pinheiro mostra-se complexa. Embora não seja a atividade principal do município, revela-se diversificada, variando da cultura de eucalipto, cana-de-açúcar, produção de grãos e frutas, indo até a agricultura familiar de subsistência.

A produção local de carvão iniciou-se na década de 1970, com os requerimentos crescentes de carvão pela indústria siderúrgica, que ganhava fôlego cada vez

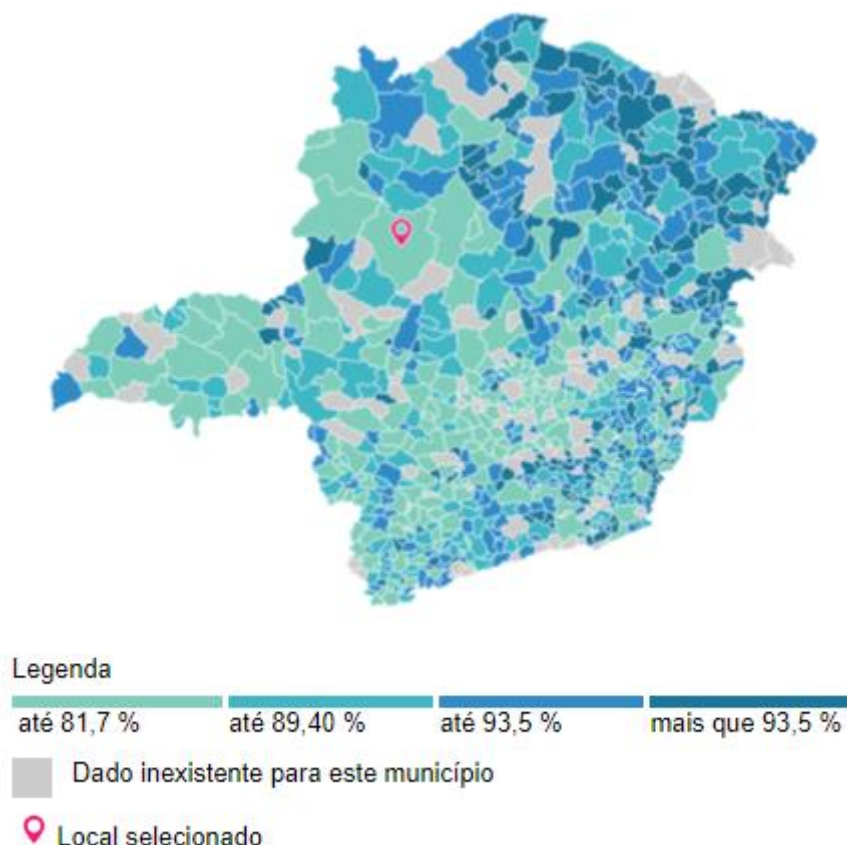
maior em Minas Gerais. Grandes extensões de terras a preços relativamente baixos, condições naturais favoráveis para o rápido crescimento do eucalipto e abundância de mão-de-obra barata, associadas a um amplo e arrojado programa de incentivos fiscais e subsídios para o reflorestamento promovido pelo governo central, propiciaram a expansão da atividade.

Surgiram, então, os chamados maciços verticalizados, ou seja, produção florestal direto para a indústria.



Até meados dos anos 80, o ramo florestal brasileiro viveu amparado nos incentivos fiscais. Naquele período, a floresta de eucalipto era concebida exclusivamente dentro de uma perspectiva monetária, sem levar em consideração seus aspectos sociais e ambientais.

PERCENTUAL DE RECEITAS ORIUNDAS DE FONTES EXTERNAS



Dentre as principais empresas reflorestadoras que se instalaram em João Pinheiro destacam-se a White Martins, Companhia Mineira de Metais, ARG Mandacaru, Bandeirantes e Plantar, todas com uma extensão plantada com menos de 15.000 ha. Soma-se a elas a Vallourec Florestal (antiga Mannesmann Agro Florestal e posteriormente V & M Florestal), que possui a maioria das terras cultivadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

DADOS SOBRE A REGIÃO NOROESTE

Região Noroeste de Minas tem o PIB R\$6.030.432,625 IBGE/2015 PIB per capita

24.442,55 IBGE/2015. O Noroeste de Minas tem a maior produção de grãos do Estado entre os municípios, Unaí aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas.

O Noroeste de Minas Gerais liderou a produção de grãos no Estado em 2011. A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas. Os números da produção de grãos estão no último relatório do IBGE sobre a safra de 2011, que está praticamente encerrada. Segundo o levantamento, a região do Alto Paranaíba aparece em segundo lugar no ranking do Estado com 2,4 milhões de toneladas, que correspondem a 22,3% do total em Minas. O Triângulo Mineiro vem em seguida com 2,2 milhões de toneladas colhidas. O número representa 20,8% da safra mineira.

Entre os municípios, Unaí (Noroeste) aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas, seguido por Uberaba (Triângulo), com 577,6 mil toneladas. Completam a lista dos cinco maiores produtores os municípios de Buritis, Paracatu (ambos no Noroeste) e Perdizes (Alto Paranaíba).

PRODUTOS

O milho é o principal grão cultivado em Minas Gerais. A safra 2011 deve chegar a 6,5 milhões de toneladas, segundo o IBGE. A região do Alto Paranaíba detém a maior produção estadual com 1,5 milhão de toneladas, o equivalente a 23,6% da produção mineira. Em seguida, aparecem as regiões do Sul de Minas (20,4%) e Noroeste (17,1%). Mas o município que mais produziu milho em 2011 está no Triângulo Mineiro: Uberaba liderou o ranking estadual com 329,2 mil toneladas. Em segundo lugar, aparece o município de Unaí, com 249 mil toneladas, e Perdizes, com 198 mil toneladas.

A produção de soja em Minas Gerais, neste ano, será de 2,9 milhões de toneladas. O Noroeste foi responsável por 37,1% da produção do Estado,

seguido do Triângulo Mineiro (35,8%) e do Alto Paranaíba (21,6%). Unai lidera a produção de soja entre os municípios mineiros, com 330 mil toneladas. Na vice-liderança aparecem Buritis (Noroeste), com 253,7 mil toneladas, seguido por Uberaba, que produziu 240 mil toneladas.

Com a pavimentação asfáltica da Rodovia “Entre Ribeiros” de Paracatu até Brasilândia de Minas, cujas obras já iniciaram em 2014, o Agronegócio do Noroeste de Minas irá se firmar ainda mais no mercado brasileiro.

MINERAÇÃO

Além do Agronegócio, a mineração é muito presente na região Noroeste. O Minério para produção do Zinco (Grupo Votorantim) em Vazante-MG, e a Mineradora Kinross, Multinacional Canadense que explora o ouro na cidade de Paracatu, cuja produção de ouro está entre as cinco maiores empresas produtoras de ouro do Brasil.

DADOS SOBRE O MUNICÍPIO

EDUCAÇÃO

O município de João Pinheiro tem 27 Escolas de ensino fundamental. O número de matrículas efetuada no ensino fundamental em 2021 foi de 6.069.

No município tem 27 escolas de ensino fundamental. São 04 escolas da rede privada, 12 escolas públicas estaduais e 12 escolas públicas municipais. O Número de matrículas efetuadas no ensino fundamental foi 6.069. O número de docentes no ensino fundamental é de 374.

As escolas de ensino médio no município são 09, assim distribuídas: escola privada 3 e 6 escolas pública estadual. O quadro de docentes no ensino médio e composto por 181 docentes.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,9 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2021]	6.098 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	1.991 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	374 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	181 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	27 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

Fonte: IBGE – Cidades

PIB Per-Capta: R\$ 38.719,90 (IBGE, 2020);

Total de receitas realizadas [2017] - 119.011,01 R\$ (×1000)

Total de despesas empenhadas [2017] - 100.074,66 R\$ (×1000)

A Economia de João Pinheiro tem crescido muito nos últimos 5 anos, um dos setores responsáveis por este crescimento é o Agronegócio que responde por boa parte da economia do Município com o reflorestamentos (Vallourec, Gerdau, Egir, Plantar e outras) usinas de álcool e açúcar (D Agroflorestral, Destilaria Rio do Cachimbo, G5 e BEVAP, esta última uma das 20 maiores usinas de álcool e açúcar do Brasil), Pecuária (6º maior rebanho bovino do Estado de Minas Gerais com mais de 400 mil cabeças, com uma produção diária de leite na ordem de 130 mil litros). Destaca-se ainda a indústria do vestuário, cerâmica, comércio e serviços.

INDICADOR VALOR – (Índices de Qualidade de Vida)

João Pinheiro é um município, onde sua população tem uma boa qualidade de vida. A cidade de João Pinheiro apresenta infraestrutura conforme listado abaixo:

- 95% das residências com rede de esgoto coletada;
- 100% com água canalizada e tratada;
- 95% de toda a cidade tem as ruas pavimentadas;
- É uma das cidades mais limpas do Estado de Minas Gerais;
- 82% das famílias com casa própria;
- O Sistema de Saúde conta com várias unidades básicas de saúde (PSF, Clínica de Saúde da Mulher, Clínica de Engenharia Agrônômica, CAPS, Farmácia Municipal, um Hospital Municipal com 53 leitos, de saúde e mais de 30 profissionais médicos atendendo diariamente);
- A Taxa de Mortalidade Infantil é de 14,73 por 1.000 crianças nascidas vivas até os 5 anos de idade;
- O IDH-M que era de 0,419 em 1991 passa para 0,697 em 2010, com uma estimativa de 0,722 em 2013;
- A Taxa de desemprego que em 2000 era de 13,57%, em 2010 este percentual cai para 6,7%.

Fonte: *Secretaria Municipal do Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, DATASUS, IBGE.*

1.3. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro

O processo de colonização da região, provavelmente na metade do século XVIII, ocorreu no período que antecede a descoberta do ouro nas regiões das minas com o movimento das entradas e bandeiras rumo às terras de Paracatu.

Antes da ocupação pelo homem branco, o território era habitado apenas por ameríndios (da tribo de Cataguá) e negros fugitivos das minas de Paracatu e de Goiás.

Por volta de 1818, nas proximidades das margens da Vereda da Extrema, surgiu um pequeno povoado, fundado por bandeirantes e tropeiros que buscavam a Capitania de Goiás, este foi o primeiro pouso do homem branco nestas

paragens. No entanto, alguns desses aventureiros se fixaram animados pela criação de gado e pelos garimpos de diamantes, no Rio Santo Antônio. Foi uma febre e esta passou a ser a principal atividade do arraial nascente.

O povoado recebeu o nome de Santana dos Alegres, esta foi a primeira denominação do primitivo arraial pertencente ao bispado de Pernambuco - que deu origem ao município atual.

Segundo a tradição oral, um boi curraleiro muito bravo que vivia nas adjacências do local, frequentemente, ao anoitecer, ia para o arraial e lá permanecia durante toda a madrugada a mugir. O hábito daquele animal, chamado Alegre, intrigava a todos. Conta-se que esta foi a razão do nome do povoado.

Em 1873, o povoado de Santana dos Alegres foi elevado a distrito (em terras de Paracatu). Até 1902, o garimpo foi bastante explorado às margens do rio Santo Antônio e no leito de outros cursos d'água. Em 30 de agosto de 1911, Santana dos Alegres, recebeu seu nome atual, e foi-se desmembrado de Paracatu. Em 1925 foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município.



GEOGRAFIA

Localizado na porção noroeste de Minas Gerais, João Pinheiro é o maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com 10.727,097 km², tendo quase o dobro da área de todo o Distrito Federal, o quádruplo de Luxemburgo, e é maior do que países como Chipre, Porto Rico, e muitos outros. Possui acesso fácil pela BR-040, responsável pela ligação Belo Horizonte-Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas.

POPULAÇÃO

João Pinheiro: 46.801 habitantes (estimativa/atualização IBGE, 2022).

Do ponto de vista geográfico, a sede municipal situa-se a 46°10'27" de longitude oeste e 17°44'26" de latitude.

RENDNA NA CIDADE

Dos 853 municípios mineiros, João Pinheiro está entre os 80 municípios mais desenvolvidos, com um PIB per capita de R\$ 38.719,90 (IBGE, estimativa de 2020).

O movimento econômico e financeiro da cidade gira em torno das seguintes atividades pela ordem de empregabilidade e composição do PIB local.

- Agronegócio e pecuária (muita mão de obra empregada nas empresas de reflorestamentos, produção de álcool e açúcar, criação e comercialização de bovinos e produção de leite e seus derivados);
- Comércio e serviços (supermercados, lojas de roupas e tecidos, lojas de móveis, eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bares, restaurantes, instituições financeiras, Serviços Públicos, escritórios e outros);
- Indústria (Usinas de Álcool e Açúcar, Confeções, Cerâmicas, Laticínios e

outras);

- Aposentados e pensionistas do INSS, de órgãos estaduais e federais;
- A grande maioria da população economicamente ativa e com ocupação, cerca de 30,6% têm uma renda mensal de 1,8 salários-mínimos.

Fonte: IBGE - Cidades

MEIOS DE TRANSPORTE

João Pinheiro tem uma localização estratégica localizada às margens da BR 040 que dá acesso a Brasília e Belo Horizonte, a Montes Claros e Uberlândia pela BR 365, a Patos de Minas pela MG 410 e a Unaí pela MG 188. O meio de transporte utilizado é o Rodoviário, com projetos em estudo e em fase de aprovação para construção futura de uma linha ferroviária de Unaí-MG a Pirapora-MG e Aéreo (João Pinheiro tem um dos melhores aeroportos da região todo pavimentado e com hangar). O Município está distante da Capital Federal a 310 Km, de Belo Horizonte a 420 Km, e de Uberlândia a 370 Km.

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE



ECONOMIA E DADOS POPULACIONAIS

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucua, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

Predominam em João Pinheiro as atividades primárias, em especial a agropecuária. Isso fica patente através do confronto entre os dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, referentes à estrutura setorial de absorção da população economicamente ativa - PEA -do município. Ademais, observa-se uma tendência de progressiva redução de pessoas ocupadas no setor primário, em detrimento do aumento de pessoal nos outros setores, sobretudo no terciário.

A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão correspondeu a 14.451 km², o que perfazia uma densidade demográfica de 4,6 hab./km², até

1995, cerca de seis vezes inferior à registrada para Minas Gerais. Com a emancipação de Brasilândia de Minas, tal extensão se reduziu para 10.727,097 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica caiu para 4,36 hab./km².

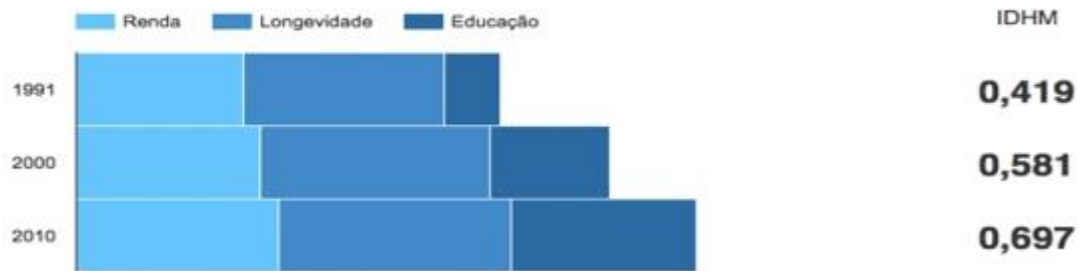
A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária. Sua população estimada em 2015 era de 48 179 habitantes (IBGE 2015).

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

O IDHM passou de 0,581 em 2000 para 0,697 em 2010 - uma taxa de crescimento de 19,97%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,32% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,224), seguida por Renda e por Longevidade.

IDHM



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

João Pinheiro ocupa a 1995ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Aspectos Educacionais

Em 2021, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5,8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 356 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94,9 em 2021. Isso posicionava o município na posição 800 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5.043 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. São 27 estabelecimentos de ensino fundamental, 18 unidades pré-escolares, 9 escolas de nível médio. Ao total, são 8.089 matrículas e 555 docentes registrados.

Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,98 anos para 9,00 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,16 anos

para 9,38 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 8,46 anos, no município, e de 8,36 anos, na UF.

A manutenção do Curso de Engenharia Agrônômica vem ao encontro das necessidades de desenvolvimento da cidade e à concepção da Instituição, cuja meta é implantar uma unidade integrada e multidisciplinar de ensino qualificado, promovendo um ambiente acadêmico que propicie e estimule o ensino, a pesquisa em saúde e a produção intelectual, política, social e cultural.

Isto posto, a IES contribui com a demanda em âmbito regional e, conseqüentemente, nacional, no que tange a formação de profissionais na área da Engenharia Agrônômica aptos a atuarem nos mais diferentes segmentos sociais, que sejam capazes de educar cidadãos conscientes do seu papel dentro de uma realidade social, histórica, econômica, regional e nacional, que merece ser conhecida e respeitada, buscando assim, responder aos contrastes regionais.

Assim, a Faculdade Cidade de João Pinheiro se propõe a colaborar para que essa população tenha também acesso à formação superior, com um sistema aberto, buscando-se manter um bom relacionamento entre a organização e seu ambiente externo, insistindo na busca constante da qualidade em todos os processos acadêmicos e administrativos. A IES se julga responsável por identificar, cultivar e explorar as competências essenciais que tornam o crescimento organizacional possível e sustentável.

2. Organização Didático Pedagógica

2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso

A IES desde seu credenciamento procurou implementar todas as propostas relacionadas em seu PDI e Regimento Interno. Dessa forma, iniciou-se com os órgãos Administrativos de apoio, que conforme estrutura da Instituição contemplam todas as necessidades institucionais e legais. Os órgãos de Colegiado Superior de Cursos estão funcionando normalmente com seus

membros designados por portaria e através da realização de reuniões que ocorrem de forma sistemática conforme regimento e demais normas.

A gestão institucional está em consonância com as atividades da Instituição, com os diretores, administradores e coordenadores, cumprindo todas as exigências e metas estipuladas pelo conselho superior (CONSUD), compondo parte das decisões institucionais e das determinações do MEC.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado de modo que permite uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional, caracterizando-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica dessa Instituição, não se restringindo à mera organização de componentes administrativos, mas sim, em um planejamento estratégico organizado dos atos até hoje praticados e nas ações a serem realizadas pela Instituição em um prazo de até 05 (cinco) anos.

A época social norteia os novos paradigmas os quais a IES adotou e adequou-se. A educação por sua vez, é responsável pela formação de conhecimento científico, pelas habilidades e práticas profissionais, bem como, convicções as quais levam a crítica reflexiva e conseqüentemente à ação refletida que proporciona a evolução da sociedade.

A FCJP não pode definir seu futuro, mas pode delinear seu desenvolvimento, levando em conta as características e as tendências do meio na qual está inserida. Nesse contexto, as características e as tendências do meio, alteram e transformam a realidade da instituição, rapidamente e se fazem necessárias as adaptações, para galgar às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, o papel de interveniente ativo nesse processo de permanente mudança, que marca a sociedade contemporânea e a Educação Nacional.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, a IES tem o intuito de facilitar o processo de planificação do seu PDI promovendo a participação e transferência de sua gestão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tornou-se exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Instituição no cenário educacional mineiro e regional através das propostas, que foram apresentadas, e elaboradas a partir:

- Dos resultados nos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 4 (quatro) anos pelo MEC, através do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que une a instituição através de representantes dos alunos, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, onde através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da instituição;
- Apoio do Colegiado composto por alunos, professores, tutores e corpo técnico administrativo da instituição, além do NDE, composto por docentes abrindo espaço para a discussão coletiva, análise de documentos e diretrizes descrevem caminhos e objetivos a serem alcançados para a maior significação do ensino e da formação dos discentes da instituição;
- Da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

Todas as políticas institucionais, sobretudo as políticas de ensino, pesquisa e extensão, implantadas no âmbito do curso, são elaboradas levando-se em consideração o perfil profissional desejado para os egressos e as características locais e regionais.

2.1.1. Política Institucional de Ensino

Considerando a promoção de ações inovadoras a Faculdade Cidade de João Pinheiro oportuniza por meio de espaços multidisciplinares e salas de metodologias ativas bem como o AVA, o uso de aplicativos assim como recursos tecnológicos como projetores, e futuramente lousas digitais para ampliação do processo e dos recursos de aprendizagem abrangendo a diversidade e o

atendimento educacional especializado por meio de práticas de ensino na graduação e pós-graduação possibilitando os avanços tecnológicos e metodologias interdisciplinares na promoção de ações inovadoras.

Para o ensino, as diretrizes gerais da Faculdade Cidade de João Pinheiro partem dos seguintes princípios:

- Currículos inovadores e flexíveis, interligando-se a formação inicial/continuada, a formação básica comum, que é a formação humana e a relação teoria/prática, que é a profissional;
- Enriquecimento das diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC, com o acréscimo de disciplinas visando atender as exigências específicas de cada curso e, ainda, peculiaridades regionais, e avanços tecnológicos e mudanças no perfil profissiográfico;
- Oferta de disciplinas e/ou atividades que introduzam o educando na organização universitária, oferecendo-lhe ampla visão da formação docente e do ensino superior, e a ministração de métodos e técnicas para facilitar o processo ensino/aprendizagem e introduzir o educando à iniciação científica e profissional;
- Aulas e outras atividades didático-científicas programadas para se desenvolverem em sequência lógica, de modo a ocuparem racionalmente os dias úteis da semana, com plena utilização dos fatores humanos e materiais disponíveis;
- Metodologias e tecnologias educacionais que levem em conta as características individuais do educando e os aspectos inovadores de cada curso e programa de ensino superior, sua inserção na realidade local e regional, e que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio e à reflexão crítica, associando aulas expositivas com seminários, discussão de textos, estudos de casos e outros métodos didáticos apropriados;

- Integração harmoniosa das funções ensino/iniciação científica/extensão;
- Incorporação da SAGAH com ferramentas de acessibilidade (vídeo-aula com legenda, estudo de caso, NVDA (NVIDIA), desafio, exercício, infográfico, entre outros, tanto nos cursos presenciais como a distância;

2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição

A FCJP compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FCJP iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi criado o NEA (Núcleo de Educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A IES, considerando o que dispõe o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno através da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos os regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012.

Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando Linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Cabe ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto à região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos.

Vale lembrar a Missão da Mantenedora e suas Mantidas: **“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”**.

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentiva o desenvolvimento de saberes e ações no campo da educação em saúde através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade. Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões específicas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referência para o desenvolvimento de outros projetos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoios a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização).

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoio a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização), que acompanha e gerencia os processos de extensão. A IES também proporciona à comunidade acadêmica projetos de extensão organizados por seus acadêmicos através de atividades organizadas nas disciplinas de Projeto de Integração e Extensão ofertadas em todos os períodos dos cursos (regulamento em ANEXO V).

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, e políticas públicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados à saúde proposto pelo Governo Federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH – Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo uma vez que, sem os direitos humanos, não será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem-estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying e invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.

2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena

Para a execução da política sobre **Afrodescendentes e Indígenas**, a IES inseriu em todos os cursos uma disciplina sobre a Temática que é ofertada de forma optativa.

Cabe ressaltar que a IES executa projetos que incentivam a cultura Afrodescendente e Indígena e possibilita ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mas com a sociedade como um todo.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena.

2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos

sintomas, tornando mais ou menos severa a situação da pessoa com esta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FCJP conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferecendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas trabalham o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

Neste contexto a FCJP desenvolve uma política de acompanhamento e auxílio da pessoa com autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina, motivo este, das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

2.1.6. Política de Iniciação Científica

As atividades pertinentes à Iniciação Científica são oportunidades para o estudante utilizar os critérios inerentes ao processo científico de conhecer, convivendo com os problemas, com as dificuldades e com o desconhecido em cada área profissional na busca de descobertas para resoluções de problemáticas importantes na área de atuação.

Sob esse prisma, as aptidões científicas são aspectos importantes da formação e a Iniciação Científica sendo um dos instrumentos de estímulo à participação dos estudantes da graduação, preparando-os para o acesso à pós-graduação. Na instituição o start inicial ocorre com a disciplina de “Língua, Comunicação e Investigação”, no decorrer do curso com as disciplinas de “Projetos de Integração

e Extensão” e posteriormente com o “Trabalho de Curso” e “Seminário de Trabalho de Curso” e projetos que venham a ser desenvolvidos durante a graduação de acordo com a especificidade de cada curso.

São essas as ações implementadas pela IES para efetivação da iniciação científica:

- Regularizar e incentivar a utilização de princípios e normas metodológicas para a produção de textos científicos;
- Incentivar docentes e discentes no desenvolvimento de senso crítico, de uma postura proativa e de autonomia para o aprendizado;
- Motivar docentes e discentes a participarem de congressos, seminários e eventos de cunho científico;
- Incentivar a realização de eventos científicos internos;
- Buscar por acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa;
- Incentivar os alunos a vivência mais aprofundada de temáticas da área pela qual optou, valendo-se da produção de conhecimento extraclasse por meio de pesquisas descritivas ou experimentais;
- Conscientizar sobre a importância da integração do professor-pesquisador com o aluno pesquisador, incentivando uma relação de troca de conhecimentos;
- Orientar a comunidade acadêmica para uma abordagem inter e multidisciplinar dos temas de pesquisa;
- Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa;
- Disseminar e divulgar o saber pesquisado, estabelecendo critérios claros de definição da propriedade intelectual e sua coerência extensionista;
- Conceder dentro da viabilidade do orçamento institucional auxílio para projetos específicos de pesquisa e iniciação científica;
- Auxiliar docentes e discentes na divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em periódicos institucionais ou não visando a conquista e o reconhecimento da qualidade da pesquisa bem como esclarecendo sobre a importância da publicação.

2.1.7. O NIPE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização

A Instituição criou o Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa e Extensão – NIPE com a finalidade de incentivar seus educandos para a investigação científica e para a efetivação e registro dos projetos de extensão realizados na IES. A Faculdade Cidade de João Pinheiro sabe da importância de oferecer conhecimento científico atrelado a constante necessidade de pesquisa como princípio ético de buscar respostas científicas a novas demandas sociais.

Os projetos de Iniciação Científica ou de Pesquisa propriamente dita, são supervisionados pela coordenadoria do NIPE bem como sua regulamentação, normatização e execução. Em relação a auxílios financeiros a instituição por meio do CONSUAD autoriza desde que dentro das previsões orçamentárias das IES tendo em vista as necessidades de sustentabilidade financeira de uma instituição do porte da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

No ano de 2020 foi integrado ao NIPE a política de Internacionalização, constituindo assim o nome: NIPE – NÚCLEO DE INCENTIVO: PROJETOS, PESQUISA E EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO e a atuação junto aos Núcleos de Apoio as Políticas de Ensino os quais realizam atividades de extensão, ensino e pesquisa dentro das políticas de ensino por meio da transversalidade e interdisciplinaridade.

Dentre os objetivos e atribuições do NIPE e Internacionalização, este núcleo agrega às funções de fomentar o conhecimento científico internacional por meio da participação em eventos e a publicação internacional de discentes e docentes e o incentivo as políticas de ensino como: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Igualdade Etnoracial e Indígena, Cultural e Artística, Desenvolvimento Tecnológico, Econômico e Responsabilidade Social.

Objetivos do NIPE e Internacionalização:

- Incentivar docentes e discentes da graduação e pós-graduação na realização de atividades de pesquisa, desenvolvidas a partir das

inquietações advindas da formação inicial e continuada, assim como as experiências profissionais e de estágio, considerando o contexto local e regional;

- Formar grupos de estudos nos quais aprimorem o conhecimento coletivo e individual dos envolvidos na busca pelo conhecimento das produções científicas das áreas de concentração e linhas de pesquisa de maior interesse da instituição, assim como das necessidades científicas e sociais;
- Contribuir com a formação inicial do discente, no sentido do aprofundamento teórico-metodológico da profissão, construção de uma identidade pessoal e profissional mais crítica e reflexiva, despertando-lhe o interesse pelas atividades acadêmico-científicas e pelas competências políticas, sociais, ética, estéticas e epistemológicas;
- Buscar e divulgar os eventos científicos regionais, nacionais e internacionais a fim de incentivar a disseminação do conhecimento produzido, além de organizar encontros e eventos internos que contribuam nesse sentido e sensibilizem a comunidade acadêmica quanto à importância das práticas científicas;
- Sistematizar e organizar os trabalhos científicos já existentes, facilitando e agilizando o acesso às produções internas e externas a partir de bibliotecas digitais e material impresso;
- Articular atividades de ensino e extensão como apoio à iniciação científica;
- Apoiar o trabalho desenvolvido pelos professores de Metodologia e Iniciação Científica, assim como Trabalho de Conclusão de Curso no que tange a levantamento bibliográfico, aspectos técnicos e metodológicos inerentes à pesquisa científica;
- Incentivar a submissão de trabalhos em Programas de Iniciação Científica;
- Estruturar e divulgar editais que visem captação de recursos humanos para atividades remuneradas e não remuneradas;

- Incentivar a publicação dos trabalhos em revistas, periódicos, anais, entre outros;
- Manter a Instituição informada a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo;
- Promover estudos, pesquisa e extensão, desenvolvendo competências e habilidades para a execução de projetos;
- Assessorar e dar suporte técnico e institucional adequando-se às necessidades da extensão, pesquisas, estudos implementando a construção de conhecimentos científicos;
- Assegurar a pluralidade de tendências teóricas e práticas, a fim de incentivar e desenvolver projetos de pesquisa e extensão com qualidade;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, que mobilizem discentes e docentes para o desenvolvimento de linhas de pesquisas de cunho científico e cultural;
- Constituir uma rede de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, potencializando as atividades de extensão e pesquisa, favorecendo o aprofundamento de conhecimentos e práticas da formação acadêmica;
- Apoiar a divulgação e publicação das produções científicas e em eventos;
- Buscar convênios e parcerias com instituições envolvidas com pesquisa para o desenvolvimento de projetos institucionais;
- Criar evento anual para divulgação de projetos em andamento de alunos e publicação digital;
- Apoiar as ações desenvolvidas pelos núcleos específicos de apoio as políticas de ensino;
- Oferecer suporte aos coordenadores diante das ações planejadas e executadas;
- Estimular a participação dos alunos nas ações pautadas em cada área específica;
- Promover a divulgação dos projetos apresentados pelos núcleos;
- Implementar uma política de ensino de idiomas, por meio do fortalecimento do ensino de português como língua de adoção, e da

capacitação de professores e estudantes para redigir e apresentar textos acadêmicos em outras línguas;

- Implantar programas de pesquisas em parceria com outros países;
- Capacitar discentes, docentes e demais colaboradores, por meio de Intercâmbio estrangeiro de conhecimento técnico, científico e cultural, etc.;
- Produzir, divulgar e incentivar a apropriação do conhecimento adquirido com vistas à melhoria da qualidade de vida dos seres vivos das comunidades relacionadas/parceiras ou assistidas pela FCJP conforme suas propostas de responsabilidade socioambiental.

2.1.8. Política de Internacionalização

Pode-se compreender a internacionalização como o conjunto de ações de mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional, formação de docentes e técnicos, entre muitas outras – que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a favor do desenvolvimento e diálogo entre as culturas, da construção de uma sociedade mais justa e para a sustentabilidade das nações e do planeta.

Cabe ao Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa, Extensão e Internacionalização – NIPE da Faculdade Cidade de João Pinheiro atuar como promotores desta Política, garantir, prever e apoiar os procedimentos para a implementação de ações em curto, médio e longo prazos, acompanhando, avaliando, monitorando e divulgando ações internacionalizadas, por meio de programas de cooperação e intercâmbio na celebração de convênios internacionais de ensino para discentes e docentes, objetivando:

Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e implantação de ações internacionais;

Fortalecer a cultura e o preparo dos alunos para a participação em ações internacionais;

Divulgar programas e eventos em âmbito internacional;

Promover a participação de alunos, professores e pessoal técnico-administrativo em ações de internacionalização;

Garantir a criação de diretrizes e normas para a regulamentação das ações internacionalizadas;

Desenvolver ações de extensão e pesquisa em parceria com instituições e/ou professores estrangeiros;

Promover a participação de alunos e docentes em fóruns, redes e eventos internacionais;

Fomentar a pesquisa em âmbito internacional;

Participar de Programas Nacionais e Internacionais de fomento à internacionalização;

Fomentar a mobilidade acadêmica de alunos da Graduação e da Pós-Graduação em Instituições estrangeiras;

Implementar o uso da tecnologia da informação e ensino a distância para o desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas.

2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social

Todas as pessoas devem ter direito à **igualdade de oportunidades** e acesso à educação. Por isso, a acessibilidade da Faculdade Cidade de João Pinheiro sempre será tratada como um item importante, uma vez que garante às pessoas com deficiência a possibilidade de estudar e de se formar em um curso que atenda às suas necessidades acadêmicas.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro segue algumas medidas que criam um ambiente mais acessível e inclusivo como:

Adaptação da estrutura física do campus: foram construídas rampas de acesso, disponibilização de faixas com relevo (piso tátil) para indicar o caminho a quem tem deficiência visual, banheiros e mobiliário adaptados.

Iluminação: investimento na iluminação dos espaços do campus, principalmente nos caminhos, facilita a locomoção das pessoas e evita acidentes, que para um aluno com deficiência pode ser bastante prejudicial.

Contratação de monitores e profissionais especializados: é importante que a faculdade tenha à disposição profissionais especializados para ajudar as pessoas com deficiências, caso haja a demanda.

Metodologia e didática de ensino diferenciadas: a instituição possui metodologias de ensino que atendam às necessidades de seus alunos, assim como recursos tecnológicos como o AVA para alunos dos cursos na modalidade a distância.

Treinamento: toda a equipe institucional está alinhada com as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas.

Conscientização da comunidade acadêmica: palestras, eventos e grupos de discussão são realizados a fim de conscientizar os demais alunos sobre a importância do respeito, tolerância e diversidade no ambiente universitário.

Inclusão social: proporcionar que esses alunos sintam-se parte da comunidade acadêmica sendo engajados em todas as atividades que ocorrem na instituição, assim como qualquer aluno.

2.1.10. Política Institucional para a Modalidade EaD

O grande avanço tecnológico produzido nos últimos anos, especificamente nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), vem promovendo uma necessária reconfiguração do ensino em duas direções, sendo a primeira

mais voltada a propiciar uma formação condizente com as necessidades da sociedade contemporânea, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania e a segunda destinada à exploração das possibilidades pedagógicas geradas pelo uso competente dessas tecnologias na educação.

Desde que bem explorados, os recursos tecnológicos propiciam uma grande variedade de representações, analogias, simulações, enfim, de usos pedagógicos que contribuem para tornar o conteúdo mais acessível aos aprendizes. Potencialmente, favorecem o engajamento dos agentes envolvidos no processo, bem como a construção de autonomia, o que equivale dizer que, se bem desenvolvida e implementada, a modalidade favorece a realização de uma educação de qualidade. Ademais, oferece potencial para ampliar o acesso à educação, uma vez que contribui para preencher lacunas de oferta de educação de qualidade, inclusive em regiões do país ainda carentes nesse quesito.

É nesse contexto que se situa o credenciamento e a oferta de cursos na modalidade a distância, parte integrante da política educacional da FCJP que vislumbra, na Educação a Distância, uma grande possibilidade de aliar o compromisso político e ético – marca histórica dessa Instituição – à excelência pedagógica.

Nesse sentido, mantém suas exigências de qualidade, tanto no campo dos procedimentos acadêmicos e administrativos, quanto nos critérios de avaliação dos conhecimentos produzidos, em todas as suas formas de apresentação, sem deixar de explorar potencialidades características das diversas modalidades (presencial, semipresencial e a distância – ou online).

A instituição através do NEAD (Núcleo de Educação a Distância) oferece, ao seu corpo docente, técnico - administrativo e discentes uma formação permanente – o Programa de Qualificação em EAD – formação necessária em razão das rápidas transformações por que passa a tecnologia, condição que exige aprimoramento constante de todos os usuários, especialmente dos professores, que enfrentam o desafio de saber lidar com a tecnologia e, ainda, de criar novas

metodologias adequadas à Educação a Distância, tendo por objetivo a construção de conhecimentos.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, tal política objetiva-se:

- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EAD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- Implantar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- Estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;
- Ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela da sociedade carente de qualificação profissional;
- Desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- Adequação do modelo de gestão acadêmico - administrativa à modalidade;
- Manter o alinhamento da base tecnológica da instituição com os projetos pedagógicos;

A gestão, administração e implementação da educação a distância na FCJP constituem-se em suas principais atribuições e está subordinada ao CONSUD – Conselho Superior de Administração e Direção Geral.

As políticas de EAD, aprovadas pelos colegiados superiores, fundamentam-se nos princípios filosóficos e teórico - metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- Atendimento às demandas de formação continuada à comunidade, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;

- Valorização das atividades de EAD, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela IES;
- Formação continuada de recursos humanos da IES (docentes, tutores, gestores, funcionários e comunidade);
- Valorização e expansão de cursos de Educação a Distância;
- Incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;
- Monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa;
- Consolidar a qualidade e expandir a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD;
- Articulação e integração do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) com as coordenações de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão com a finalidade de projeto, planejamento e avaliação de cursos;
- Planejar e manter procedimentos operacionais, tais como planejamento estratégico, planos de expansão e projetos de implantação de novas tecnologias, garantindo a integração com os diversos setores da IES dentro da proposta acadêmica da FCJP;
- Análise e atendimento às demandas de formação continuada à comunidade a qual está inserida o EAD, mantendo a qualidade e excelência de outras atividades acadêmicas previstas na IES;
- Promover eventos com foco na EaD;
- Disponibilizar e monitorar suporte e atendimento contínuo aos discentes e colaboradores usuários dos sistemas mantidos pelo NEAD;

- Revisão e atualização periódica das metodologias aplicadas à EaD, assim com as tecnologias implantadas;
- Realizar estudos sobre a implantação dos polos de modo a analisar as condições reais da localidade de oferta, propondo ações que visem o desenvolvimento socioeconômico da região.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Faculdade Cidade de João Pinheiro é configurado para garantir a oferta da educação a distância. Nesse ambiente, o estudante tem acesso a todas as ferramentas necessárias para estudar, interagir com os colegas, professores e fazer as atividades indicadas, tirar as dúvidas, etc.

2.2. Objetivos do Curso

A FCJP preza por uma formação pautada na atuação ética e profissional de seus acadêmicos:

- 1° Preparar profissionais para a difusão de tecnologias em mecanização agrícola, nutrição de plantas, colheita e beneficiamento de produtos agrícolas e industrialização de produtos de origem vegetal;
- 2° Gerar, adaptar e validar tecnologias à agricultura, sob a ótica da sustentabilidade da relação do homem com a natureza;
- 3° Graduar agrônomos para organizar, dirigir e executar atividades técnicas concernentes ao ensino, pesquisa e extensão na área agrícola, em seus mais diferentes graus;
- 4° Formar agrônomos para executar estudos agroeconômicos e agroindustriais; Fiscalizar indústrias e o comércio de todos os insumos agrícolas e agroindustriais;

- 5° Instrumentalizar o futuro profissional para incrementar a produção vegetal de interesse nacional ou regional;
- 6° Incutir no futuro agrônomo a necessidade do embasamento teórico técnico - científico sobre fatores do manejo de plantas, tais como: Gênese de solos, conservação ambiental, mecanização agrícola, adubação, plantio, fitossanidade, fito melhoramento e botânica, armazenamento e agro industrialização de produtos de origem vegetal de interesse humano.
- 7° Enriquecer, através de práticas competentes, o conhecimento transmitido por professores hábeis via exposições temáticas ou demonstrações de metodologias.
- 8° Capacitar o profissional de agronomia para a realização de pesquisa agrônômica aplicada, sob a égide dos problemas de abastecimento alimentar que se lhe apresentarem, nas mais diferentes condições edafoclimáticas.
- 9° Desenvolver a capacidade crítica do profissional a ser formado para que possa, adotando tecnologias disponíveis, tomar decisões em tempo hábil. Este ponto torna-se fundamental visto que, o objeto de trabalho da Agronomia envolve seres vivos, fenômenos naturais e suas inter-relações. Os fatos decorrentes do manejo destes fenômenos não estarão, portanto, sob total controle do Agrônomo que, deve estar apto a conduzi-los rumo à produtividade agrícola pretendida.
- 10° O profissional de agronomia deve associar os conhecimentos técnicos às necessidades e possibilidades do produtor agrícola brasileiro. Isto será realizado através da aproximação, gradual, do futuro profissional ao ambiente sociocultural, típico da zona rural. Este objetivo vem sendo alcançado através de visitas técnicas à propriedades rurais, cooperativas e agroindústrias ainda complementado através dos estágios realizados durante o curso de graduação.

Os objetivos do curso são coerentes com o perfil do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais, regionais e com as políticas constantes no PPI e PDI da Instituição, que expressam uma diretriz acessível ao conhecimento do aluno, buscando o atendimento às exigências de formação de competência intelectuais e comportamentais previstas no Curso de Engenharia Agrônômica.

2.3. Perfil Profissional do Egresso

O curso de Engenharia Agrônômica deve ensinar como perfil:

- I - sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;
- II - capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- III - compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente;
- IV - capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

O perfil do egresso do curso de Engenharia Agrônômica busca atender às necessidades locais e regionais, bem como se adaptar às demandas em constante evolução do mundo do trabalho. Esse profissional será capacitado para atuar de forma contextualizada, considerando as particularidades da comunidade em que está inserido. Além das competências técnicas necessárias, ele será capaz de articular-se com outros profissionais, participar de equipes multidisciplinares e liderar projetos, visando à melhoria da qualidade de vida da

população. A formação do egresso será ampliada de forma contínua, incentivando a busca por atualização e educação permanente, a fim de acompanhar as transformações e contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento da Engenharia Agrônômica e para a melhora da qualidade de vida da comunidade em que atua.

Além disso, o perfil do curso de Engenharia Agrônômica da FCJP considerou em sua caracterização as condições locais e regionais que os discentes estão inseridos, definindo estratégias de ensino e componentes curriculares que consideram a regionalidade. Tais aspectos estão presentes nas áreas de atuação do curso, definida em maior relevância profissional microrregional, principalmente quanto ao atendimento das demandas da cidade de João Pinheiro.

Destaca-se, por conseguinte, que o perfil do egresso corresponde aos objetivos do curso e com as políticas constantes no PDI e PPI da Instituição, traduzida pela correspondência com a proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e com as necessidades profissionais e sociais, expressando uma diretriz de ação acessível ao conhecimento do aluno.

2.3.1. Competências e Habilidades

- a) Projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
- b) Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- c) Atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;

- d) Produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) Participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;
- f) Exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- g) Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

2.4. Estrutura Curricular

A proposta pedagógica tem a empregabilidade, a sustentabilidade e o empreendedorismo como pilares estratégicos para a melhoria da qualidade de vida. Com estas premissas a FCJP realiza suas atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão, incluindo-se, nesse contexto, os indispensáveis projetos de ações assistenciais que potencializam a responsabilidade social presente no cotidiano da instituição, preparando os estudantes para assumirem papel ativo em uma sociedade marcada pelo multiculturalismo, pela pluralidade e pela rapidez das transformações.

A estrutura curricular do Curso de Engenharia Agrônômica foi elaborada para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006, considerando-se também a distribuição adequada da carga horária semestral, de modo a permitir a necessária flexibilidade curricular e interdisciplinaridade, através das atividades de extensão (muitas vezes entre cursos) e autonomia ao estudante não só para a sua participação em iniciação científica, monitorias, programas e projetos de extensão, projetos de pesquisa e outras atividades curriculares complementares e disciplinas optativas, como também para o desenvolvimento de vocações, interesses e potenciais específicos individuais..

Atendendo ao Decreto nº 5.626/2005 o curso oferta a disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como optativa, estando alocada na matriz curricular do curso em questão no 8º (oitavo) período.

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP, nas figuras dos membros do Núcleo Docente Estruturante e de sua coordenação compreendem que o processo de elaboração de uma matriz curricular é dinâmico e plástico, desta forma, no seu desenvolvimento dialoga com o mercado de trabalho, com o alunado e com as instâncias superiores, sejam elas as da própria Faculdade ou das agências reguladoras. Desta feita, a estrutura curricular aqui apresentada traz em seu bojo o que se aprendeu nos processos de avaliação formais aos quais os cursos se submeteram e as orientações institucionais da FCJP.

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP tem a carga horária de 3.600 horas, incluindo 60 horas de Atividades Curriculares Complementares e 200 horas de estágio curricular supervisionado.

A integralização do Curso no tempo mínimo de 10 semestres pode ser efetivamente cumprida pelo aluno, considerando que o Curso é ministrado em horário noturno, de 2ª a 6ª feira, com 40 horas, ou mais, semanais. As atividades teóricas e práticas, assim como os estágios curriculares supervisionados, são realizadas nos períodos matutinos, podendo ainda ser realizadas no período noturno, principalmente nas fases finais do Curso, fazendo-se dessa forma, uso consciente e objetivo de prerrogativa prevista na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007.

A contabilização da carga horária encontra-se disciplinada no Regimento Geral da FCJP e as ações programadas e que fazem com que seja atendida a matriz curricular do curso são contabilizadas, no âmbito da FCJP, pela soma de trabalhos acadêmicos. O trabalho acadêmico compreende atividades docentes e discentes para além da sala de aula que, expressamente previstas nos Planos de Ensino, integram a carga horária da disciplina e, quando identificados como atividades complementares, a elas se agregam. O trabalho acadêmico efetivo,

respeitando semestralmente os 100 dias letivos, computará duração da atividade acadêmica e o efetivo trabalho do aluno e compreende:

I - preleções e aulas expositivas;

II - atividades práticas supervisionadas tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica (quando for o caso), trabalhos individuais ou em grupo, prática de ensino, exercícios e tarefas pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa (quando for o caso), com cunho de aprofundamento ou aplicação de estudos, como estágios, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de pesquisa (quando for o caso), ou de extensão e ensino a distância.

Dentro da estrutura curricular para o referido curso, destaca-se o preparo institucional, tanto estrutural/arquitetônico quanto metodológica para garantir o acesso das pessoas com deficiência aos mais diversos espaços, ambientes, cenários e possibilidades que a vida acadêmica proporciona. Esta acessibilidade é garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em Braille ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando software's inclusivos (DOSVOX e VLIBRAS) nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo.

A distribuição quantitativa dos minutos de atividades que compõem a hora-aula é da responsabilidade de cada disciplina que se obriga a respeitar a carga horária mínima a ela atribuída pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A valoração e a quantificação em minutos das atividades acadêmicas são criteriosamente feitas, inadmitindo-se prejuízo ao cumprimento da carga horária total do curso. O desenvolvimento das atividades práticas das disciplinas em diferentes cenários e a participação em projetos de extensão levam a perspectiva de um trabalho coletivo (academia, serviço e comunidade), na busca de

estratégias para a minimização dos problemas do cotidiano e o exercício pleno da cidadania.

O início das atividades práticas, em nível de complexidade crescente, com articulação dos conteúdos entre si, propicia ao estudante os conhecimentos, as competências e as habilidades requeridas. Todas as disciplinas valorizam a interdisciplinaridade e possibilitam a efetiva articulação entre a teoria e a prática.

Os Estágios Curriculares Supervisionados, com carga horária prevista neste PPC, estão dispostos ao longo da matriz curricular que se apresenta como rede de cuidados a fim de proporcionar a capacitação do estudante nas diferentes áreas de atuação profissional.

O Curso de Engenharia Agrônômica adota uma proposta de formação, na qual o estudante tem papel ativo e assume responsabilidades crescentes na construção de seu conhecimento. Como sujeito do aprendizado e tendo o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, o estudante deve familiarizar-se com os problemas relevantes na área da tecnologia em geral. Estimula-se o trabalho em equipe e a produção dinâmica de conhecimentos por meio da ação-reflexão-ação, o que permite o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes necessárias ao exercício profissional.

Na construção da Estrutura Curricular para o referido curso, existe uma grande preocupação acerca da ambientação para as disciplinas ofertadas na modalidade à distância, pensando nisso, no próprio AVA o discente encontra diversos mecanismos de familiarização com as disciplinas EaD, tais como: Manual do Aluno; Tutoriais de Acessos; Avisos gerais da coordenação; Aplicativos e Calendário Acadêmico.

A estrutura curricular e o ementário do Curso de Engenharia Agrônômica com a respectiva bibliografia básica e complementar das disciplinas são apresentados nos ANEXOS 2 e 3 respectivamente.

2.5. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares da matriz curricular encontram-se organizados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pela RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006. Os conteúdos curriculares, constantes na matriz curricular, buscam promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso em Engenharia Agrônômica, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias em 3.600 horas, assegurando 60 horas de atividades complementares, 200 horas de estágio supervisionado.

O curso dispõe de uma bibliografia básica e complementar adequada que validada pelo NDE, com acessibilidade metodológica presencial e virtual (garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em Braille ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando software's inclusivos [DOSVOX e VLIBRAS] nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo) que buscam assegurar uma abordagem dos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental (presente na ementa da disciplina de Educação Ambiental – Optativa I – alocada no 4º semestre), de Educação em Direitos Humanos (presente na disciplina de Direitos Humanos – Optativa III - alocada no 8º semestre) e de Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (através da oferta da disciplina de Cultura Afrodescendente e Indígena como Optativa II no 8º semestre do curso), com conhecimentos recentes e inovadores da formação da sociedade brasileira.

A atualização curricular é um ponto importante e avaliado constantemente pelo NDE, sempre atento às necessidades locais e regionais relacionadas às demandas do mercado. As políticas de educação ambiental, LIBRAS, direitos

humanos e relações étnicas-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são frequentemente discutidas pelo NDE, buscando ir além das ofertas em disciplinas optativas, buscando outros caminhos como projetos de extensão, seminários, sensibilização para os referidos temas.

Distribuição das Disciplinas por Conteúdo

Os conteúdos curriculares asseguram o desenvolvimento de conteúdo dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional de um agrônomo, de acordo com o perfil, competências e habilidades anteriormente descritos, levando-se em consideração as orientações apresentadas para a estruturação do curso. A organização dos currículos da Faculdade Cidade de João Pinheiro contempla os conteúdos comuns a todos os cursos, complementados com disciplinas organizadas para cumprir com o perfil proposto para o egresso.

Considerando a legislação vigente, os princípios básicos anteriormente definidos, o perfil e os objetivos propostos, este currículo, com carga horária total de 3.600h/a, está organizado em núcleos.

Os núcleos temáticos são estabelecidos a partir de uma visão integradora, baseada em princípios de globalização, interdisciplinaridade e complexidade, considerando os elementos locais, regionais e nacionais.

O conteúdo curricular diferenciado do curso de Engenharia Agrônômica destaca-se dentro da área profissional, promovendo um contato constante com conhecimentos recentes e inovadores. A inclusão de aulas práticas, laboratórios modernos e o uso de tecnologias avançadas, que enriquecem ainda mais o contato com o conhecimento recente e inovador. Dessa forma, o curso de Engenharia Agrônômica diferencia-se ao oferecer uma formação atualizada, estimulando a busca pelo aprendizado contínuo e preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo profissional, contribuindo para o avanço e o desenvolvimento da Engenharia Agrônômica contemporânea.

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS POR CONTEÚDOS

Núcleo de Conteúdos Básicos	Carga Horária
Matemática	80
Fundamentos da Química	40
Geometria Analítica e Álgebra Linear	60
Língua, Comunicação e Investigação	80
Projeto de Integração e Extensão I	40
Física I	80
Química Aplicada	80
Inovação e Criatividade	80
Projeto de Integração e Extensão II	40
Ética e Formação Humanística	80
Projeto de Integração e Extensão III	40
Biologia Celular Agrícola	80
Química Orgânica, Inorgânica e Analítica	80
Projeto de Integração e Extensão IV	40
TOTAL	900

Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais	Carga Horária
Introdução Agronomia	40
Desenho Gráfico	80
Topografia	80
Bioestatística Agrícola	40
Geoprocessamento	40
Optativa I	80
Construções Rurais	80
Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos	80
Bioquímica	80

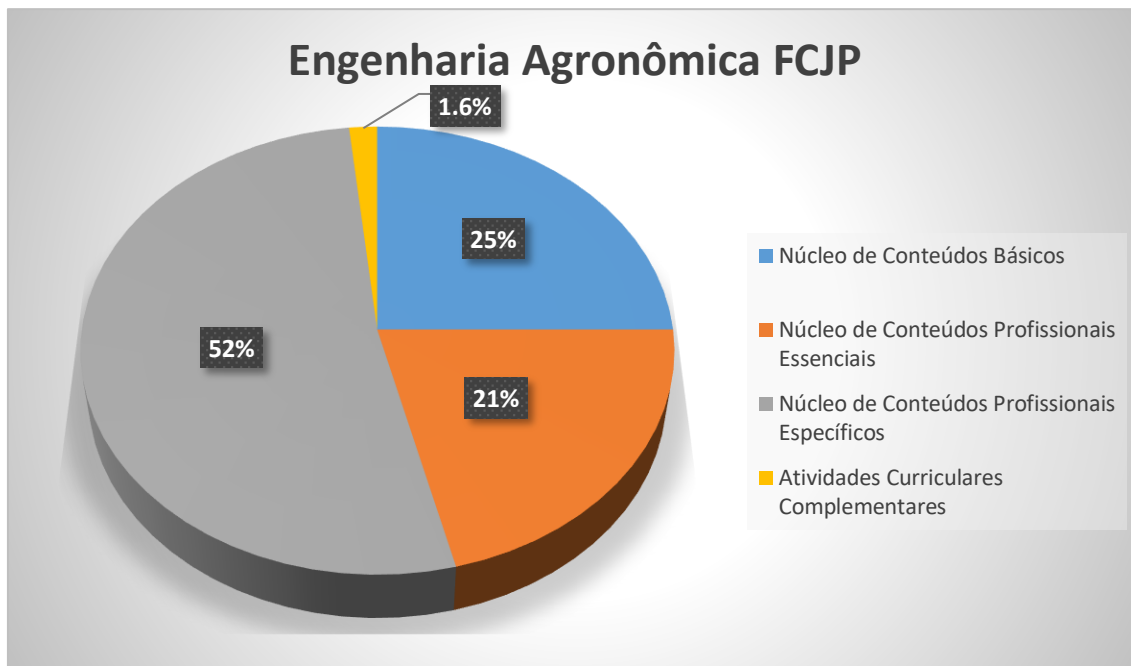
Hidráulica	40
Gestão e Administração Rural	40
Zoologia Agrícola	40
Projeto de Integração e Extensão V	40
TOTAL	760

Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos	Carga Horária
Microbiologia Agrícola	80
Melhoramento Genético	80
Meteorologia Agrícola	80
Ecologia	40
Armazenamento de Grãos	40
Botânica	40
Entomologia Agrícola I	40
Forragicultura	40
Projeto de Integração e Extensão VI	40
Microbiologia Agrícola Avançada	40
Silvicultura	40
Genética Agrícola	60
Entomologia Agrícola II	80
Hidrologia, Recursos Hídricos e Manejo e Conservação de Solos	40
Projeto de Integração e Extensão VII	40
Fisiologia Vegetal	60
Máquinas e Implementos Agrícolas	80
Optativa II	40
Optativa III	40
Fitopatologia Geral	40

Agricultura I	40
Plantas Daninhas e Herbicidas	40
Projeto de Integração e Extensão VIII	40
Fertilidade de Solos e Nutrição de Plantas	80
Fitopatologia Agrícola	80
Agricultura II	40
Nutrição de Ruminantes e Monogástricos	40
Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão IX	40
Produção e Tecnologia de Sementes	40
Irrigação e Drenagem	40
Nutrição Minerais de Plantas	40
Estágio Supervisionado	200
Seminário Trabalho de Curso	40
Projeto de Integração e Extensão X	40
TOTAL	1880

Conteúdos Optativos	Carga Horária
Optativa I	
Empreendedorismo e Sustentabilidade	80
Educação Ambiental	80
Diversidade Cultural e Social	80
Optativa II	
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	40
Tecnologia Pós Colheita	40
Cultura Afrodescendente e Indígena	40
Optativa III	
Perícia e Avaliação Imobiliária Rural	40
Paisagismo e Plantas Ornamentais	40
Direitos Humanos	40
TOTAL	3.600

2.5.1. Representação Gráfica do Perfil de Formação



Os conteúdos curriculares asseguram o desenvolvimento de conteúdo dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional do bacharel, de acordo com o perfil, competências e habilidades anteriormente descritos, levando-se em consideração as orientações apresentadas para a estruturação do curso. A organização dos currículos da Faculdade Cidade de João Pinheiro contempla os conteúdos comuns a todos os cursos, complementados com disciplinas organizadas para cumprir com o perfil proposto para o egresso.

2.6. Metodologia

Os princípios metodológicos da FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO estão norteados por sua missão, a qual deverá conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. No caso, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, busca uma proposta metodológica que privilegie a qualificação do aluno, sem, no entanto, deixar de formar um cidadão crítico e capaz de pensar e estabelecer

por si soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, mas também para a comunidade em que vive a sociedade de um modo geral.

A aquisição de conhecimento deve ser compreendida como decorrência das trocas que o ser humano estabelece na interação com o seu meio natural, social e cultural. Ser o mediador desse processo e articular essas trocas é papel fundamental do educador.

A **autonomia discente** se expressa na forma da participação dos nossos alunos nos órgãos colegiados com equidade de integrantes, como ocorre no Colegiado e CPA, devidamente implementados e funcionais. Nesses órgãos colegiados a participação discente é essencial para que possam participar de todo o processo de formação, saindo da posição de espectador passivo e passando para a posição de participação ativa, garantindo sua autonomia no processo de formação.

Dentro do processo de ensino-aprendizagem e de todo processo metodológico que o discente está inserido existe um **acompanhamento contínuo**, que é feito principalmente através da CPA, onde dentre suas questões, temos algumas direcionadas especificamente à verificação da acessibilidade metodológica e autonomia discente. Este levantamento é muito importante, porque permite a IES e a Coordenação se orientar no sentido de moldar o curso e o processo em si, garantindo uma formação participativa, ativa, sem barreiras e com autonomia para os nossos discentes.

A metodologia utilizada pela IES busca constantemente o incremento e a ampliação da **acessibilidade metodológica**, que é também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em BRAILLE ou textos ampliados. Além da acessibilidade metodológica, o curso busca também sempre potencializar a acessibilidade atitudinal, no que diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos estereotipados,

estigmas e discriminações além da acessibilidade arquitetônica na busca da promoção da adequação de espaços e a extinção de barreiras física e ambientais nas edificações fornecidas pela IES.

O Curso visa à qualificação e competência do egresso, adotando para tal, métodos de ensino e aprendizagem diversificados e criativos. Vale ressaltar que a implementação da formação profissional “saber fazer” deve envolver a incorporação de uma pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho.

Sendo assim, o Curso possui as seguintes práticas pedagógicas:

✓ **Seminários, Simpósios, Conferência e Congressos:** Metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na Comunicação e Expressão Oral.

✓ **Palestras:** Metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho.

✓ **Ciclo de Palestras:** Metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática de cerimonial e organização de eventos.

✓ **Dinâmicas de Grupo:** Aprendizagem vivencial como forma de motivação, diferenciação e preparação dos alunos para o mercado de trabalho, com estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Ativa a criatividade, iniciativa, o trabalho em equipe e a negociação.

✓ **Visitas Técnicas:** Realização de visitas, em empresas, de forma a integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e comunidade empresarial. Visão sistêmica e estratégica de conteúdos.

✓ **Estudos de Caso:** Atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando ao desenvolvimento da habilidade técnica, humana e conceitual.

✓ **Projetos Culturais e de Extensão:** Projetos desenvolvidos em prol da sociedade de João Pinheiro que são desenvolvidos durante o curso pelo coordenador.

✓ **Aulas Expositivas:** Método tradicional de exposição de conteúdo, porém com a utilização de recursos audiovisuais como retroprojetor, data show, TV e vídeo que asseguram a compreensão dos conteúdos.

Em sala de aula, o tempo é usado para resolver problemas em conjunto, ampliando o aprendizado colaborativo. Nesse foco os estudantes deixam de serem consumidores de conteúdo e passam a produzi-los, incorporando em sua prática o domínio de ferramentas que usam diariamente, como aplicativos para computadores, dentre outras mídias. Assim, eles sentem que participam do processo acadêmico.

Para que as estratégias adotadas alcancem o resultado esperado, e as atividades devem atender às indicações metodológicas:

✓ No início do curso, os alunos são informados do que serão capazes de realizar após o período de aprendizagem;

✓ Incentivar os alunos a expressar suas expectativas em relação ao curso de forma a possibilitar uma adequação entre suas expectativas e os objetivos propostos;

✓ Informar os alunos a respeito da metodologia de aprendizagem a ser utilizada e dos procedimentos de avaliação de sua aprendizagem prática e técnica, ressaltando-se a importância da avaliação como meio de auxiliá-los na aprendizagem;

✓ Utilizar os procedimentos que possibilitem a prática das tarefas e operações por parte dos alunos;

- ✓ Executar, em sequência programada, as diversas tarefas e operações;
- ✓ Concretizar o ensino através de ambientes e técnicas especiais, que reproduzam, na medida do possível, situações reais de trabalho;
- ✓ Executar as tarefas em situações diversificadas, de forma a possibilitar aos alunos flexibilidade dos comportamentos e a autoadequação às variações e mudanças sociais e de trabalho;
- ✓ Utilizar procedimentos que possibilitem aos alunos a aquisição de hábitos de estudo que lhes favoreçam contínuo autoaperfeiçoamento;
- ✓ No final da etapa da aprendizagem, proporcionar aos alunos e aos docentes a oportunidade de avaliar os objetivos previstos, utilizando os dados desta avaliação para eventuais reformulações no Plano de Ensino.

A metodologia utilizada pela IES é baseada na Dialética, cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

O processo ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos reais que devem ser considerados: o aluno, o professor, o conteúdo e as variáveis ambientais, ligadas às características da Instituição. Cada um desses elementos exerce uma rede de influências sobre os demais, ligando-os e alterando suas características.

Analisando cada elemento, entende-se que o aluno é um participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não um mero coadjuvante; que o professor é um orientador no processo de aprendizagem, e não o detentor do conhecimento; que o conteúdo adequado é à base da captação e compreensão pelo aluno das informações necessárias ao seu aprendizado; que a percepção das variáveis ambientais, em especial, as questões de relacionamento e clima organizacional da Faculdade, é fundamental para o desempenho adequado de todos os fatores do processo.

No que se refere propriamente aos métodos de ensino, vale dizer que estas são as formas através das quais os professores irão trabalhar os diversos conteúdos, com a finalidade de atingirem os objetivos propostos no projeto pedagógico. Compreendem, então, as estratégias e procedimentos adotados no ensino por professores e alunos caracterizam-se por ações conscientes, planejadas e controladas, e visam atingir, além dos objetivos gerais e específicos propostos, algum nível de generalização.

De modo geral, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, aplica metodologias modernas e variados recursos de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada disciplina. Como exemplos podem ser citados o método expositivo-dialogado de aula, estudo dirigido, dinâmicas de grupo, estudos de caso, jogos e simulações, debates, entre outros. Busca-se a utilização de métodos de ensino que privilegiem a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe dos alunos na busca de soluções práticas para os problemas organizacionais.

Entendemos que os meios de ensino são os recursos materiais e tecnológicos, utilizados por professores e alunos, sob determinadas condições previamente planejadas, que facilitam a comunicação docente e o aprendizado, seja pela apresentação ou representação de aspectos da realidade concernentes ao currículo, ou pela mediação de sistemas simbólicos que permitiriam uma relação crítico-ativo dos alunos com o seu entorno - o meio físico e o espaço sociocultural. Como meios pode-se citar o aparato tecnológico oferecido pela FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, como laboratórios de informática, com acesso à Internet, projetores multimídia, TV e vídeo, biblioteca adequada, entre outros.

Finalmente, procura-se uma constante melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas disciplinas de conteúdo mais complexo, nas quais o corpo discente encontra maiores dificuldades.

2.7. Estágio Curricular Supervisionado

2.7.1. REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO ENGENHARIA AGRONÔMICA - FCJP

A definição legal do Estágio está expressa na Lei N.

11.788/2008, em seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Consoante o Art. 1º, §2º da Lei de Estágio N. 11.788/2008, o Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Relativo à obrigatoriedade do Estágio Curricular Supervisionado, a Lei de Estágio estabelece no Art.2º, §1º que Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

De acordo com o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia, em seu Art. 17, são condições básicas para realização dos Estágios:

- a) estar matriculado no Curso;
- b) ter concluído com êxito, as disciplinas que perfaçam pelo menos o 5º período completo, sem ter dependência;
- c) ter em mãos a documentação emitida pela Coordenação do Curso / Estágios de Agronomia, para esse fim;
- d) ter a autorização da Coordenação de Curso/Geral, da Direção Geral e Acadêmica, nos casos especiais.

O estagiário deve compreender que ECS é instrumento integrador entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional, favorece as devidas competências e habilidades ao futuro exercício profissional.

De acordo com a opção dos estagiários, os mesmos poderão realizar os Estágios nas Usinas Sucroalcooleiras, Empresas de Produção e Indústria - de óleo, lojas de produtos agropecuária, agronegócios e Grandes culturas – de milho, sorgo, soja, empresas multinacionais de comercialização de produtos agrícolas, entre outros.

3. Das habilidades e competências a serem desenvolvidas nos Estágios Curriculares Supervisionados e o processo de avaliação

Conforme previsto na Resolução CNE/CES N.1, de 02 de fevereiro de 2006, as habilidades e competências a serem desenvolvidas nos Estágios Curriculares Supervisionados e o processo de avaliação ocorrem da seguinte forma:

Art. 6º O curso de Engenharia Agrônoma ou Agronomia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;

b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;

c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais; d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;

e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;

f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão; g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

Parágrafo único. O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia deve demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu formando e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, bem como garantir a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática da Engenharia Agrônômica, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

3.1. Da Avaliação do Estágio

De acordo com o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia nos Art. 42 a 47, a Avaliação do Estágio ocorre nos seguintes termos:

Art. 42 A avaliação do Estágio deve ser subsídio de orientação e retroalimentação do processo, visa à recondução, quando necessária, das atividades realizadas.

Art. 43 Os estagiários devem relatar ao Coordenador do Curso, as atividades desenvolvidas e as dificuldades encontradas, nos encontros pré-estabelecidos, durante o semestre, deve receber orientações, procedimentos e referências bibliográficas necessárias ao pleno desenvolvimento do Estágio.

Art. 44 A avaliação é constituída por uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), a cargo do Coordenador do Curso /Estágio de Agronomia, com base nos

encontros e relatórios apresentados bimestralmente e no parecer do Supervisor de Estágio.

Art. 45 O Supervisor do Estágio emite o parecer por escrito, baseia-se no desempenho do estagiário de acordo com as atividades pré-estabelecidas no início do semestre e nos critérios de assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade e capacidade de iniciativa do estagiário.

Art. 46 A aprovação na disciplina de Estágio Supervisionado, a par da frequência mínima exigida, é concedida ao acadêmico que obtiver nota final igual ou superior a 6, 0 (sete).

Art. 47 Não há recuperação para o estagiário que não for aprovado na disciplina de Estágio Supervisionado, nos moldes acima descritos, deve os mesmos, em tais circunstâncias, cursar novamente a referida disciplina.

4. Das obrigações dos estagiários

O acadêmico deve cumprir o disposto no Artigo 32 do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP.

4.1 São atribuições do estagiário:

I – ter conhecimento e seguir as normas que regem o Regulamento e este Manual, antes de iniciar as atividades do Estágio;

II – providenciar os documentos referentes ao Estágio, junto à Coordenação;

III – elaborar o Plano de Estágio;

IV - solicitar esclarecimentos sobre o processo de avaliação de seu desempenho;

V - solicitar orientações e acompanhamento do orientador ou supervisor, sempre que se fizer necessário;

VI – solicitar à Coordenação do Curso / Estágios, a mudança do local de Estágio, mediante justificativa, quando as normas estabelecidas e o planejamento não estiverem sendo seguidos;

VII - providenciar o histórico escolar e o currículo, quando solicitados pela Coordenação;

VIII - escolher a área de realização do Estágio e informar à Coordenação;

IX - executar as atividades previstas no Plano;

X- estar em contato diário com o Supervisor e, o mais frequente possível, com o Coordenador do Curso, para o bom andamento do Estágio;

XI - contactar o Coordenador do Curso/Estágio imediatamente após a finalização do Estágio;

XII - elaborar o relatório final, em consonância com o Plano;

XIII - entregar à Coordenação, a pasta com todos os documentos devidamente preenchidos e o relatório final em duas cópias.

4.1. São considerados deveres gerais dos acadêmicos de Agronomia:

I- estar devidamente matriculado no Curso de Agronomia dessa Instituição, ou ser por ela autorizado, segundo o amparo legal;

- II- entregar ao Coordenador do Curso de Agronomia da FCJP, em tempo hábil o Termo de compromisso de Estágio (TCE) e outros documentos solicitados, devidamente preenchidos;
- III- cumprir a regulamentação referente às atividades práticas do Estágio Supervisionado;

IV- fundamentar suas ações em princípios científicos, éticos e humanísticos, além de apresentar postura investigativa e reflexiva, aprendendo ser, conviver, aprender e fazer;

V- respeitar o Código de Ética dos Profissionais de Agronomia;

VI- ser responsável quanto ao cumprimento do cronograma de atividades práticas e/ou Estágios Supervisionados, com atenção à pontualidade e assiduidade;

VII- comparecer efetivamente ao local das atividades práticas ou Estágios Supervisionados no mínimo 10 minutos antes do horário programado e permanecer até o encerramento, segundo cronograma do Estágio;

VIII- acatar as normas da Instituição concedente, contribuir para as políticas de acolhimento ao usuário e para sua formação profissional;

IX - participar ativamente das atividades e orientar o fluxo de atendimento ao usuário, seja na atenção primária, secundária ou terciária; X- prestar assistência segundo conhecimentos e princípios teóricos, técnico-científicos, adequar com aval do Coordenador do Curso / Estádio.

XI- agir com espírito de compreensão, tolerância, respeito, quando contrariado em seus projetos, prevalecendo o bom senso;

XII – Ser solidário em relação a colegas, professores, funcionários, Coordenadores e Direção.

4.2. Atitudes e/ou comportamentos que não são permitidos aos estagiários:

✓ desrespeitar os preceitos éticos, morais, sociais e culturais de autoridades públicas, dirigentes das instituições, bem como professores, outros acadêmicos, usuários das empresas concedentes, ou qualquer outro cidadão;

✓ frequentar o ECS, alcoolizado ou com sinais/ sintomas sugestivos de uso de drogas ilícitas, bem como fumar, usar drogas ilícitas e/ou ingerir bebidas alcoólicas nas dependências do campo de Estágio;

✓ comer qualquer tipo de alimento nas áreas de trânsito dos clientes, bem como mascar chicletes ou similares. A alimentação somente poderá ocorrer no período de intervalo, em locais apropriados;

✓ fazer comercialização de qualquer espécie nas dependências do campo de Estágio;

✓ ausentar-se do campo de ensino prático durante as atividades, salvo quando for autorizado pelo Supervisor Orientador do Estágio;

✓ manter aparelhos celulares ligados ou fazer uso dele, durante o Estágio.

✓ fazer uso de objetos ferramentas e ou maquinários, sem a permissão do Coordenador do Curso, Professor Orientador ou do responsável da Fazenda Experimental; Apropriar de canteiros experimentais na Fazenda Experimental, sem a permissão do Coordenador do Curso;

✓ Colher frutos, ovos ou qualquer outro tipo de produto vegetal ou animal na área da fazenda experimental sem a devida autorização da coordenação do Curso.

✓ tirar proveito de situações inusitadas para si ou para o grupo;

✓ agir com desrespeito, agressividade e intolerância, a quaisquer pessoas (funcionários, professores, coordenadores, mantenedores, etc) quando contrariado em seus projetos;

- ✓ usar comportamento mesquinhos em relação a colegas, funcionários, professor, Coordenador.
- ✓ Perturbar a ordem na fazenda experimental;
- ✓ Desobedecer às ordens de qualquer membro do corpo docente, coordenação ou equipe administradora da fazenda;
- ✓ Causar prejuízo material ao patrimônio da Fazenda Experimental ou de terceiros;
- ✓ Os estagiários que incidirem em algumas destas atitudes ou comportamentos ficarão sujeitos as seguintes sanções: advertência (oral ou por escrito), repreensão, suspensão ou desligamento.

5. Estágio Curricular não Obrigatório

A FCJP autoriza a realização de Estágio Não Obrigatório aos seus acadêmicos, desde que regularmente matriculados e em atividades correlatas ao Curso, e em obediência ao que prescreve a Lei nº 11.788/2008. A Instituição tem o direito de abster-se de assinar convênio de Estágio que não esteja de acordo com a referida lei. O Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia cita em seu Art. 13 inciso I; Arts. 21, 40 e 41 o que segue:

Art. 13. I - Estágio Curricular não Obrigatório - realizado na subárea de Ciências Agrárias, de livre escolha do acadêmico, pode englobar atividades práticas em campos de Estágio, desde que contribua para a formação do Agrônomo.

O Estágio Curricular não-obrigatório, também reconhecido como Estágio profissionalizante é uma modalidade na qual o acadêmico é estimulado a realizar as atividades de acordo com as oportunidades que aparecer. Poderão ser realizados por acadêmico do primeiro ao penúltimo período do Curso, que estejam devidamente matriculados. Pode ser realizado inclusive nas férias escolares, desde que, a Faculdade, através da Coordenação do Curso, esteja ciente. Tal acompanhamento é fundamental para que as medidas de proteção

legais do acadêmico sejam garantidas. Os Estágios Curriculares não-obrigatórios serão reconhecidos somente para fins de Atividades Complementares.

Art. 21 Os campos de Estágios não obrigatórios ou Estágio Curricular Obrigatório, podem ser constituídos por empresas, instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de caráter público, privado ou de economia mista, ONGs, OSCIPs e cooperativas.

Art. 40 O Estágio não Obrigatório pode ser realizado em qualquer período e não requer cumprimento de carga horária mínima, o acadêmico deve estar regularmente matriculado no Curso de Agronomia da FCJP. O Estágio não obrigatório pode ser aproveitado como Atividade complementar de Graduação.

Art. 41 A validação do Estágio não Obrigatório como Atividade Complementar de Graduação, será concedida ao acadêmico horas Atividades, de acordo com o parecer do Coordenador, respeitando às normas referentes à Atividade complementar.

NORMAS REGULAMENTARES

NORMAS

Os estágios curriculares constam de atividades de prática profissional realizadas em situações reais de vida e de trabalho ou projetos específicos elaborados para aprendizagem social, profissional e cultural no âmbito do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

Parágrafo único: É obrigatória a integralização da carga horária total do estágio como atividade educativa regulamentar, prevista no currículo dos

curso, distribuídas por atividades planejadas pelo Professor-supervisor de Estágio e pelo Núcleo Integrado de Pesquisa Extensão e Estágio (NIPE), bem como a comprovação de aproveitamento pelo aluno.

1. Dos Planos e Relatórios de Estágio

Os Planos de Estágio do nosso CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA deve estar em consonância com a missão e objetivos da Instituição, visando ao perfil do profissional a ser formado pelo CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA.

O Projeto de Estágio, elaborado pelo Coordenador do Curso em conjunto com o elemento responsável pelo estágio do NIPE, deve conter pelo menos:

1. Introdução;
2. Justificativa;
3. Objetivos;
4. Procedimentos e estratégias;
5. Público alvo (séries, alunos, professores, instituição, etc);
6. Campos de estágio;
7. Formas de acompanhamento das atividades;
8. Formas de avaliação.

2. Da Orientação e Acompanhamento do Estágio

Compete ao Professor-supervisor de Estágio e Coordenador de Curso:

Orientar a elaboração dos projetos de estágio dos alunos e encaminhá-los ao NIPE para aprovação;

Propor planos de estágio concernentes aos projetos de extensão e pesquisa da Instituição;

Acompanhar os estagiários nas atividades programadas;

Orientar e assessorar os estagiários na elaboração, execução e avaliação dos projetos;

Avaliar o aproveitamento do estagiário tendo em vista a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes necessários ao futuro profissional.

3. DIREITOS E DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS

3.1. Dos Direitos:

Receber orientações e apoio para a definição tanto no campo de estágio como na elaboração, execução e avaliação do estágio;

Ser orientado pelo professor – orientador no planejamento e execução das atividades previstas, tanto preparatórias como ação propriamente dita;

Ser orientado pelo professor – orientador mediante quaisquer dificuldades, problemas de ordem pessoal, que dificultem ou impeçam a realização das atividades previstas no Plano de Estágio, apresentando por escrito sua argumentação;

Avaliar e apresentar sugestões inovadoras que possam contribuir com o crescente desenvolvimento das atividades de estágio, demonstrando iniciativa, responsabilidade e compromisso com sua formação profissional;

Ser informado, com antecedência necessária, das atividades, encontros, reuniões ou outras ações que exijam sua participação;

Conhecer antecipadamente os critérios de julgamento/avaliação a serem utilizados;

Realizar sua autoavaliação.

3.2. Dos Deveres:

Conhecer e cumprir todos os dispositivos legais referentes ao estágio;

Respeitar a hierarquia, normas e regras estabelecidas pela entidade – campo de estágio, demonstrando atitude ética e responsabilidade na execução das atividades;

Guardar sigilo de tudo que diga respeito ao funcionamento e documentação de uso interno da Instituição/Empresa/Fazenda ou qualquer área

ligada as Ementas propostas no PPC do CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA;

Zelar pelo material, máquinas e equipamentos e bens colocados à sua disposição;

Elaborar todos os relatórios exigidos no estágio, de acordo com os prazos e normas estabelecidos;

Buscar aprofundamento das ações a serem desenvolvidas no estágio, realizando os estudos e pesquisas que se fizerem necessários;

Comparecer ao estágio e demais atividades nos dias e horários marcados;

Desenvolver suas habilidades técnicas, humanas e pedagógicas, exercitando também suas potencialidades de liderança e comunicação;

Demonstrar espírito de responsabilidade, pontualidade, colaboração, serviço e ajuda mútua;

Manter elevado o padrão de comportamento e de relações humanas, condizentes com as atividades a serem desenvolvidas;

Aplicar a máxima diligência no aproveitamento do estágio, desenvolvendo todas as atividades em estrita obediência aos preceitos leais.

Cumprir as exigências regulamentares do estágio curricular supervisionado;

Aceitar a supervisão e dela utilizar-se;

Executar as tarefas que lhe forem atribuídas no campo de estágio, considerando não somente os interesses do aprendizado, mas, também, os da instituição que o recebe e os do Curso;

Apresentar os relatórios de estágio nos prazos fixados e de conformidade com as normas emanadas da FCJP;

Obedecer aos estatutos, regimentos e outras normas que regem a instituição onde estagiar;

Manter em dia a documentação exigida pela FCJP e pelo professor-supervisor;

Preparar e apresentar, com antecedência, o material necessário às entrevistas de supervisão;

Selecionar e providenciar o material necessário à elaboração de seus trabalhos no estágio;

Responsabilizar-se pelos materiais máquinas e equipamentos que lhe forem confiados na instituição onde estagiar;

Assinar o termo de compromisso referente ao estágio;

Comunicar, por escrito, a FCJP e ao professor-supervisor qualquer ocorrência que possa comprometer o bom andamento do estágio;

Comparecer a FCJP, quando solicitado, para prestar informações concernentes ao estágio;

Entregar a FCJP e a Instituição na qual fez o estágio, até quinze dias após o encerramento do estágio, cópia do respectivo relatório final de atividades.

Os alunos devem passar obrigatoriamente por todas as áreas do Estágio Supervisionado Profissionalizante, sendo avaliados de acordo com critérios estabelecidos pela coordenação de estágio.

Os alunos em fase de supervisão de estágio devem participar obrigatoriamente de todas as atividades propostas pelos supervisores, desde as atividades teórico-práticas, atendimento a pacientes, até as atividades pedagógicas e de avaliação.

Os alunos estagiários devem apresentar-se no local de estágio sempre bem asseados e trajando vestimenta branca completa (camisa, calça, sapatos fechados com meias, aventais e/ou jalecos de mangas longas), outro que a Empresa ou Fazenda exija como EPI para execução de certa atividade.

É vedado aos alunos o uso de vestimentas inadequadas à relação profissional-paciente, tais como roupas decotadas, justas, curtas e transparentes e calçados abertos.

A conduta dos alunos em fase de supervisão de estágio deve pautar-se inequivocamente no Código de Ética do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio de acordo com suas atribuições junto ao seu Conselho Regional Fiscal.

4. AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

A avaliação será entendida como processo orgânico e progressivo que objetive demonstrar a caminhada de crescimento de cada estagiário.

Nesse sentido serão indicadores relevantes a serem observados no estagiário:

Capacidade de conciliar teoria e prática na execução do estágio;
Demonstração de domínio dos conteúdos, procedimentos e técnicas;
Capacidade de planejar, executar e avaliar planos assistenciais;
Responsabilidade, desempenho e relacionamento interpessoal.

Cientificidade, coerência, ordem, estética, organização, correção gramatical na apresentação dos trabalhos;

Comunicação, fluência verbal.

A avaliação do estagiário, será realizada ao longo do processo, a partir dos indicadores já apontados.

Assiduidade e frequência na respectiva área de atuação clínica;

Desempenho nas atividades práticas, observando-se habilidade técnica, destreza, criatividade, desprendimento e correção;

Desempenho nas atividades teórico-práticas, envolvendo seminários, estudos de caso etc.;

Desempenho na relação profissional-paciente: capacidade de comunicação e interação;

Postura ético-profissional;

Desempenho nas atividades de trabalho em equipe;

Desempenho na assistência oferecida ao paciente;

Apresentação de relatório final do estágio, seguindo modelo padrão, orientado pelos professores supervisores e coordenação do Estágio Supervisionado.

A assiduidade mínima aceita para cada disciplina pré-requisito para estágios é de 75% de frequência, e a carga horária dos estágios supervisionados deve ser cumprida na sua totalidade. O não cumprimento implica a reprovação do aluno. Em casos especiais, em que o aluno necessite ausentar-se, deverá apresentar documentação comprobatória, justificando.

Será aprovado na disciplina, o estagiário que obtiver, nota mínima global de 7,0 (sete), sendo a média obtida a partir das notas recebidas pelo estagiário nas dez áreas básicas:

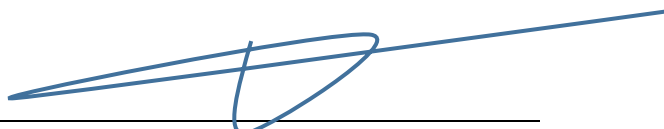
a. Gestão do Agronegócio

- b. Tecnologias Industriais Aplicadas ao Agronegócio
- c. Cadeia Produtiva de Carnes e Pescados
- d. Cadeia Produtiva de Cereais, Tubérculos, Raízes e Derivados
- e. Cadeia Produtiva de Piscicultura e Apicultura
- f. Cadeias Produtivas da Carne, Leite e Derivados
- g. Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- h. Logística e Gestão de Frota
- i. NR's – Saúde e Segurança do Trabalho no Agronegócio
- j. Tecnologia de Bebidas

Sendo assim finda-se aqui nosso Manual de Estágio do CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA, que foi submetido para avaliação do nosso NDE, em Agosto de 2018 e aprovado como consta em ATA.

João Pinheiro 09 de Novembro de 2023.

Atenciosamente;



Prof. Willyder Leandro Rocha Peres

COORDENAÇÃO

CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA da FCJP

Engenheiro de Saúde e Segurança no Trabalho

Engenheiro Agrônomo - Mestre em Produção e Tecnologia de Sementes

FONE: 55 34 9 9196 1486 Tim/Whatsapp

2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica e este indicador ser obrigatório apenas para cursos de licenciatura, o mesmo Não se Aplica.

2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica e este indicador ser obrigatório apenas para cursos de licenciatura, o mesmo Não se Aplica.

2.10. Atividades Curriculares Complementares

Constitui-se de atividades curriculares complementares todas as atividades que proporcionem formação em caráter complementar do currículo pleno, cujos conhecimentos, de formação geral e específica, sejam relevantes ao processo ensino-aprendizagem e contribuam para a concepção de preparação humanista do perfil profissional almejado pelos Cursos da FCJP.

As diretrizes curriculares apontam para a necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos. O objetivo é a formação pessoal e social do aluno como plataforma básica da sua formação profissional, permitindo-lhes maior facilidade no enfrentamento das contínuas mudanças tecnológicas e ambientais do mercado de trabalho.

É neste contexto que surgem nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação as Atividades Curriculares Complementares, pretendendo levar o aluno a buscar formas diversificadas de desenvolver o seu perfil profissional, através de participação em ações de pesquisa (quando for o caso), iniciação científica e extensão.

Essa mudança de visão tem, de forma geral, efeitos profundos na forma como se compõe, atualmente, uma proposta curricular e na metodologia didático pedagógica a ser adotada. O enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades requer uma metodologia focada na responsabilidade do aluno em aprender e não mais, apenas, no professor em ensinar.

Dentro desse prisma, a aprendizagem passa a requerer, por parte do aluno, capacidade de pesquisar, analisar, criticar, criar, inovar e pensar. A função do

professor se transforma de transmissor do conhecimento para orientador na constante busca do conhecimento.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro alinha-se a essa nova metodologia da aprendizagem centrada no desenvolvimento de competências e habilidades, procurando:

- Incentivar o aluno a participar de atividades fora da sala de aula e de práticas laboratoriais;
- Firmar convênios para estágios curriculares e extracurriculares, e desenvolvimento de projetos de assistência comunitária;
- Estabelecer parcerias e intercâmbio com empresas e outras instituições para o desenvolvimento de ações de extensão, dentre outras iniciativas que favoreçam a participação discente.

O conjunto dessas oportunidades proporciona uma efetiva integração do ensino, da pesquisa (quando for o caso) e das atividades de extensão, bem como a consolidação do processo de aprendizagem, tendo em vista que este processo depende da atitude assumida pelo aluno de pesquisar, indagar, observar e analisar criticamente, e, ainda, de manter uma efetiva participação com o meio social.

O curso atribui uma parte de sua carga horária total para as Atividades Curriculares Complementares, que não serão alocadas em nenhum semestre específico. As atividades extracurriculares estão detalhadas no projeto pedagógico do respectivo curso.

O registro no Histórico Escolar será feito pela Secretaria Geral mediante processo individualizado, promovido no período da formatura para integralizar a totalidade de carga horária.

Havendo compatibilidade entre o seu conteúdo e a posição ou adiantamento acadêmico do aluno no curso, são admitidas, dentre outras, as seguintes modalidades de atividades Curriculares Complementares:

Serão consideradas atividades curriculares complementares:

Disciplinas Eletivas: serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pela Faculdade em cada linha de formação, não contabilizadas nas horas da linha de formação, desde que atendam as necessidades da formação do profissional, as quais deverão ser solicitadas ao Colegiado até data prevista pelo mesmo, no semestre anterior, para apreciação e aprovação da viabilidade de aproveitamento curricular. Após aprovação no colegiado, o aluno deverá matricular-se na disciplina requerida, seguindo as normas da IES e, ao concluir a disciplina, o mesmo encaminhará ao Colegiado o pedido de aproveitamento, para que o mesmo aprove e encaminhe às respectivas coordenações de cursos da Graduação o estudo de aproveitamento da referida disciplina para constar no histórico escolar. A carga horária será contabilizada integralmente.

Estágio Extra Curricular: será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo. Para ser considerada atividade complementar o aluno deverá apresentar no início do semestre um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprova ou não. Ao final do estágio o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 50% da carga horária total realizada.

Participação em Projetos de Ensino e Pesquisa (quando for o caso): da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Projetos de Extensão: o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos: 50% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com o Curso, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

Semana Acadêmica: a participação será contabilizada integralmente, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

Monitoria: da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários: cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.

Publicações: cada trabalho publicado em periódicos nacionais corresponderá a 15 horas e o publicado em periódicos internacionais corresponderá a 30 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Participação em Eleições como Mesário: os acadêmicos poderão participar de processos eleitorais como mesários universitários, usufruindo de parceria entre a instituição e o Tribunal Regional Eleitoral, esta participação corresponderá a 10 horas de atividades complementares por dia trabalhado, mediante a apresentação de documentação comprobatória da participação.

Também como atividade complementar a IES possui convênio com escola(s) de idioma para que os integrantes da comunidade Acadêmica possam tornar-se fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras, o certificado de conclusão do

nível intermediário em língua estrangeira, de escola(s) que mantenha convênio com nossa Instituição, corresponderá a 30 horas de atividade complementar.

Fica explícita a importância das atividades complementares no processo de flexibilização curricular, permitindo nossos discentes permearem temas de conteúdos gerais e específicos de formas diversas e com diferentes mecanismos de aproveitamento, buscando sempre direcioná-los para a diversidade de ações e limitando o cumprimento da carga horária total em uma ou poucas atividades.

A Faculdade FCJP adota mecanismos comprovadamente exitosos e inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares dos estudantes. Um desses mecanismos é a criação de um sistema estruturado para o registro e acompanhamento das atividades complementares realizadas pelos alunos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas diretrizes curriculares. Esse sistema permite uma gestão eficiente, garantindo o controle e a verificação das atividades realizadas.

Além disso, a FCJP valoriza a diversidade de atividades complementares, incentivando os estudantes a participarem de diferentes experiências que vão além das disciplinas obrigatórias. Essas atividades podem incluir participação em eventos científicos, congressos, simpósios, cursos de extensão, projetos de pesquisa, monitorias, atividades de voluntariado, entre outros. A instituição promove a divulgação dessas oportunidades, buscando ampliar as opções disponíveis aos estudantes.

Outro aspecto inovador na gestão das atividades complementares é a flexibilização e o reconhecimento de experiências relevantes para a formação dos alunos. A FCJP adota critérios claros e objetivos para avaliar e validar as atividades realizadas, levando em consideração a relevância, a coerência com o perfil do egresso e a contribuição para a formação acadêmica e profissional. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de explorar áreas de interesse e desenvolver habilidades específicas, ampliando sua formação além das disciplinas tradicionais.

Adicionalmente, a FCJP estabelece parcerias estratégicas com instituições e empresas, facilitando a realização de estágios e outras atividades complementares. Essas parcerias proporcionam aos estudantes oportunidades de vivenciar o cotidiano profissional, adquirir experiência prática e estabelecer contatos profissionais relevantes para sua futura carreira.

No geral, os mecanismos adotados pela Faculdade FCJP para regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares são fundamentais para enriquecer a formação dos estudantes, proporcionando uma visão mais abrangente da profissão e incentivando o desenvolvimento de competências além do currículo tradicional. A valorização da diversidade de atividades, a flexibilização na validação e o estabelecimento de parcerias estratégicas são elementos-chave que contribuem para o sucesso e a inovação nesse aspecto da formação acadêmica.

2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Artigo

O artigo apresentado na conclusão de cada curso tem sido usado como um eficiente instrumento de aprendizagem. Os artigos têm por objetivo primordial capacitar o aluno a utilizar métodos de pesquisa, para melhor compreender e expor determinados aspectos do aprendizado como um todo.

O Trabalho de Curso de Engenharia Agrônômica da Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta-se na matriz curricular compreendendo um total de 80 (oitenta) horas divididos nas disciplinas obrigatórias de Trabalho de Curso no 9º período e Seminário de Trabalho de Curso no 10º período.

O Trabalho de Curso é regulamentado e institucionalizado apresentando como apoio à produção dos trabalhos, a disponibilização de manuais periodicamente atualizados.

Todos os trabalhos de curso são encaminhados à Biblioteca da instituição para que o setor providencie o arquivamento e a disponibilização dos mesmos à comunidade acadêmica através dos repositórios institucionais.

O artigo exibido ao final do curso em combinação com disciplinas bem encadeadas e com uma bibliografia dirigida e atualizada tornam:

- Consolidados o processo de aprendizagem e os conhecimentos até então ministrados;
- Possível à comparação das diversas e diferentes linhas do pensamento, permitindo ao acadêmico estabelecer elos entre as diversas correntes que analisam determinados temas ou assuntos;
- Possível aprimorar o método de pesquisa bibliográfica, tornando o acadêmico ágil no manejo das ferramentas que, dia a dia, se disponibilizam e se aprimoram;
- Possível trabalhar dados e informações, filtrando aqueles pontos que realmente são interessantes para o tema em pauta.

O artigo deverá ser feito de forma individual, cabendo ao acadêmico encontrar dentro do conteúdo ministrado em seu curso e dentro da prática diária, alicerçada em seus conhecimentos, trazer à luz o seu pensamento consolidado sobre o tema ou assunto pesquisado.

O artigo deve obedecer aos princípios estilísticos e ao formato de apresentação de todo trabalho científico, com a finalidade precípua de habituar o acadêmico às regras da pesquisa, da apresentação e da gramática específica. (Norma ABNT).

Todas as normatizações para o trabalho de curso estão disponíveis neste documento em seu ANEXO X.

2.12. Apoio ao Discente

A IES possui um Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPD), que por sua vez apresenta uma ramificação denominada Setor de Acolhimento Discente. Esse setor tem como papel atuar em 4 eixos:

1) Apoio à aprendizagem: executada através ofertas de monitoria, nivelamento e outros.

As Atividades de Nivelamento são para aqueles alunos que encontram dificuldades nas disciplinas propostas pelo curso quando ingressam na Faculdade, independentemente do nível de conhecimento básico, tem como objetivo reviver os conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do ambiente acadêmico.

Estas atividades estão disponíveis também para os discentes de outros períodos do curso, a fim de recuperar os aprendizados adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletir e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, que por sua vez formam o alicerce para seu desenvolvimento não deixando também a conotação de Inclusão Social. Em última instância, os cursos de nivelamento proporcionarão uma maior facilidade para os docentes, na medida em que tornam mais homogêneos os conhecimentos dos alunos.

Contudo, será sempre ofertado no início de cada semestre, podendo ser intensificado sistematicamente no decorrer do mesmo, em horários alternativos e fora do horário normal das aulas regulares para atendimento em grandes e pequenos grupos, proporcionando condições de todos os alunos interessados participarem.

As atividades de nivelamento caminham em consonância com as atividades complementares, no sentido de garantir a concretização do perfil profissional proposto pelo Curso, não sendo obrigatórias, mas a reiterada ausência ou pouco

caso dos discentes com problemas de acompanhamento didático, para com relação a essas atividades, implicarão em medidas de advertência.

O coordenador de curso, ouvindo o Colegiado do Curso e NDE, a partir do diagnóstico inicial fomenta e apoia ações de nivelamento, visando o atendimento dos alunos para o desenvolvimento dessas atividades.

2) Apoio à educação inclusiva: executa ações que promovem o acesso e a permanência de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas na Faculdade, acompanhando os estudantes nos seus diversos segmentos acadêmicos e no seu processo de formação. Disponibilizando acessibilidade arquitetônica, instrumental, de comunicação, metodológica e também na confecção e adaptação de materiais didáticos. Dispõe de recursos tecnológicos e humanos especializados, para acompanhar as pessoas com deficiência em diferentes situações na Faculdade, além de orientar coordenadores e professores sobre o processo de inclusão dos estudantes no Ensino Superior.

3) Apoio Psicossocial: é executado através dos atendimentos, da ouvidoria, psicopedagogia e Engenharia Agrônômica, formada por uma equipe multidisciplinar. Possui como finalidade de atender as necessidades de estudantes que apresentam algumas dificuldades indicadoras de sofrimento psíquico e que impactam diretamente nos processos de ensino e aprendizagem. Constitui-se desta forma, um trabalho que se impõem como uma necessidade atual para a Faculdade que busca a excelência acadêmica com o olhar voltado ao humano. Legitima-se como espaço de escuta, intervenção e mediação frente as dificuldades decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem e demais questões que envolvem a condição humana, onde estudantes, professores e gestores tem apoio para trabalhar:

- Auxílio no enfrentamento das dificuldades que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem;

- Ações que auxiliam o (a) aluno (a) a construir a sua maturidade, atitudes e habilidades para além da construção do conhecimento teórico;
- Ações que contribuem em soluções para as questões e ou dificuldades enfrentadas;
- Mediação de conflitos;
- Ampliação da rede social de apoio do estudante para atendimento de suas necessidades e demandas;
- Identificação do sofrimento psíquico e mediações em busca da construção e reconstrução dos sentidos de vida;
- Mediação das relações com professor e aluno(a) com vistas a contribuir o bom relacionamento entre ambos com impactos nos processos de ensino e aprendizagem.

4) Apoio social: atua através dos programas de bolsas, de descontos, de oferta de financiamento facilitado e próprio, oferta de monitorias remuneradas, disponibilidade de FIES, FAS (financiamento próprio), parcerias empresariais e disponibilidade de estágios não obrigatórios remunerados em empresas conveniadas, dentre outros.

Sendo importante lembrar que os estágios não obrigatórios remunerados são intermediados e acompanhados pela IES através de seu núcleo de estágio, que tem suas informações detalhadas no Regulamento de Estágio.

É importante ressaltar que a IES, dentro da perspectiva de apoio discente, sempre apoiará e incentivará a participação destes nos centros acadêmicos buscando despertar nos alunos um espírito crítico, estimulando o debate de ideias e formação de cultura, além de integrar alunos, professores e diretores.

Neste sentido a IES por seu núcleo NAPD ainda incentiva e coordena intercâmbios nacionais e internacionais.

Enfim, o Atendimento Psicopedagógico (NAPD) busca sanar as dificuldades e motivar os seus discentes a participarem de todas as atividades e projetos ofertados pela IES. Diante disso, coloca à disposição dos alunos a monitoria, iniciação científica, participação de programas de extensão, eventos diversos, de natureza educacional, cultural, social e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem, fazem parte ainda ações da ouvidoria, CPA, coordenação acadêmica, secretaria acadêmica, nivelamentos, psicólogo, pedagogo, coordenadores acadêmicos, setor financeiro, jurídico com encaminhamentos a bolsas com recursos próprios e governamentais como FIES, FAS e as parcerias empresariais. Dessa forma, as monitorias, os programas de extensão e a iniciação científica têm como objetivo o estreitamento da relação professor-aluno e a complementação do atendimento extraclasse.

O atendimento extraclasse ao acadêmico(a) é realizado pela Coordenação do Curso, pelos Professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, pedagoga, psicólogos, coordenador acadêmico, secretaria acadêmica com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo núcleo destinado ao apoio psicopedagógico aos discentes e docentes.

Cada setor exerce uma função na parte de psicopedagogia, a secretaria fornece a documentação necessária para o dia a dia dos discentes, os coordenadores auxiliam no acompanhamento de disciplinas, atividades extraclasse, atividades complementares a serem desenvolvidas, já os setores financeiro e jurídico auxiliam os discentes que apresentam dificuldades financeiras e encaminham os mesmos a buscar bolsas em programas governamentais e também verifica a possibilidade de bolsas com recursos próprios. Alguns discentes também são atendidos e beneficiados com estágios remunerados em suas áreas de atuação dentro da própria instituição.

Sendo assim, cabe ao Coordenador acompanhar o desenvolvimento discente e apoiar as suas atividades acadêmicas, em consonância com o professor da disciplina ou conteúdo que requer a atividade de nivelamento, recebendo o auxílio dos docentes, especialmente, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de trabalhos de graduação, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares remunerados ou não.

A FCJP adota ações comprovadamente exitosas e inovadoras no apoio discente, visando proporcionar um ambiente acadêmico favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes. Uma dessas ações é a implementação de programas de tutoria acadêmica, nos quais estudantes mais experientes atuam como tutores, auxiliando os colegas em dificuldades, orientando na escolha de disciplinas e oferecendo suporte emocional. Essa abordagem promove a integração e o compartilhamento de conhecimentos entre os estudantes, fortalecendo o senso de comunidade acadêmica.

Além disso, a IES investe na capacitação e no acompanhamento de seus docentes e profissionais de apoio, para que possam oferecer suporte efetivo aos estudantes. São promovidos programas de formação pedagógica, workshops e atividades de desenvolvimento profissional, visando aprimorar as práticas de ensino, a comunicação interpessoal e o acolhimento dos discentes. Dessa forma, os profissionais estão preparados para identificar e atender às necessidades individuais dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante.

Outra ação de destaque é a implementação de serviços de apoio psicopedagógico, nos quais são oferecidos atendimentos individualizados, orientações vocacionais, palestras e grupos de discussão para tratar de questões emocionais, adaptação acadêmica e gerenciamento de estresse. Esses serviços contribuem para o bem-estar dos estudantes, auxiliando-os a lidar com os desafios da vida acadêmica e favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

Além disso, a IES promove ações de incentivo à pesquisa, por meio de programas de iniciação científica, bolsas de pesquisa e participação em eventos científicos. Essas iniciativas estimulam os estudantes a se envolverem com a produção de conhecimento, desenvolvendo habilidades de pesquisa, análise crítica e comunicação científica.

No geral, as ações comprovadamente exitosas e inovadoras no apoio discente adotadas pela nossa IES refletem o compromisso em oferecer um suporte abrangente e personalizado aos estudantes, buscando sua formação integral e o sucesso acadêmico. Através da promoção de tutoria, capacitação docente, serviços de apoio psicopedagógico e incentivo à pesquisa, a instituição proporciona um ambiente inclusivo, acolhedor e propício ao desenvolvimento das potencialidades individuais dos discentes.

2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP considera, tanto na atuação da coordenação de curso, corpo docente, NDE e colegiado os resultados obtidos nos processos de avaliação interna e externa que são constantemente utilizados como insumos para aprimoramento do planejamento e gestão do curso e são os seguintes a serem considerados:

- Os resultados das avaliações externas realizadas pelos acadêmicos:

ENADE: realizado pelos discentes, conforme cronograma estabelecido, que possibilita a adequação dos resultados obtidos nos componentes das provas e melhor direcionamentos das atividades docentes;

Avaliações Institucionais e Avaliações do Curso de Engenharia Agrônômica e outros da IES: realizadas pela IES junto aos órgãos competentes que poderá

nutrir com informações e feedbacks do processo avaliativo e de aprendizagem estabelecido;

- Os resultados das avaliações internas realizadas pelos acadêmicos:

CPA: o Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP passa por autoavaliação sistemática, atendendo à Política de Avaliação do Curso, por meio da Comissão Própria de Avaliação, que, através de seus questionamentos direcionados a todos os setores da IES, e também com questionamentos específicos referentes ao curso, se coloca como uma ferramenta capaz de auxiliar no processo de gestão do curso, alinhando o corpo técnico e alunado, apontando para as principais necessidades e anseios dos acadêmicos, técnicos administrativos e docentes.

O planejamento engloba ações que vão desde a análise situacional do processo de ensino e aprendizagem, até a projeção, execução e controle da gestão do curso, nas quais são definidas, no campo dos resultados e do desempenho acadêmico, os objetivos estratégicos, as estratégias, as metas e as ações a serem desenvolvidas para a consecução dos novos resultados almejados, ou seja, os resultados de todos os processos autoavaliativo (CPA) ou de avaliações externas (ENADE e processos de regulação institucionais e de curso - MEC/INEP) servem como ferramentas eficazes no direcionamento de todas as melhorias institucionais mais relevantes, buscando o melhoramento contínuo do planejamento do curso.

Os resultados das avaliações internas e externas são disponibilizados à comunidade acadêmica com publicação dos atos nos quadros de avisos internos da IES e no site institucional, incluindo os relatórios gerados através da análise destes dados pelos gestores do curso.

A efetiva apropriação dos resultados da gestão da coordenação de curso pela comunidade acadêmica pode ser evidenciada por meio de diversas ações e indicadores. Primeiramente, a participação ativa dos estudantes, professores e

demais membros da comunidade acadêmica nas decisões e processos de gestão demonstra um alto nível de engajamento e interesse na melhoria contínua do curso.

Além disso, a existência de canais de comunicação efetivos, como reuniões periódicas, fóruns de discussão e enquetes, permite que a comunidade acadêmica manifeste suas opiniões, sugestões e críticas em relação à coordenação do curso. Essa troca de informações e feedbacks é uma evidência de que os resultados da gestão estão sendo apropriados e avaliados pela comunidade de forma ativa.

Outra evidência de apropriação dos resultados é a implementação de mudanças e melhorias no curso com base nas demandas e necessidades levantadas pela comunidade acadêmica. Se a coordenação de curso consegue efetivamente incorporar as sugestões e demandas dos estudantes e professores, promovendo alterações no currículo, na infraestrutura ou nas atividades acadêmicas, isso indica que os resultados da gestão estão sendo levados em consideração e aplicados de maneira prática.

A qualidade do ensino e aprendizagem também é uma evidência importante da apropriação dos resultados da gestão da coordenação de curso. Se os estudantes estão alcançando resultados satisfatórios em suas avaliações, demonstrando um bom desempenho acadêmico e aplicando os conhecimentos adquiridos em suas práticas, isso indica que as estratégias adotadas pela coordenação estão sendo eficazes e contribuindo para o sucesso dos estudantes.

A satisfação dos estudantes e docentes em relação à coordenação de curso é uma evidência crucial de apropriação dos resultados. Quando a comunidade acadêmica expressa um alto grau de satisfação com a coordenação, reconhecendo seu comprometimento, transparência e eficiência na gestão do curso, isso reforça a ideia de que os resultados estão sendo apropriados e valorizados pela comunidade de forma positiva.

A apropriação dos resultados da gestão da coordenação de curso pela comunidade acadêmica pode ser evidenciada pela participação ativa, canais de comunicação efetivos, implementação de melhorias, qualidade do ensino e aprendizagem, além da satisfação dos estudantes e docentes. Essas evidências demonstram que a gestão está atendendo às necessidades e expectativas da comunidade acadêmica, promovendo uma atuação colaborativa e impactando positivamente o desenvolvimento do curso.

O acompanhamento e delineamento de processo autoavaliativo do curso está previsto nas atividades administrativas da coordenação, através da CPA e seus questionários aplicados anualmente e, semestralmente através das reuniões do NDE do curso, bem como nos processos de autoavaliação do estágio curricular obrigatório que ocorrem também semestralmente.

2.14. Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria na FCJP são desenvolvidas pelos Tutores (que trabalham com as disciplinas digitais), estes tutores apresentam carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais (com regime de trabalho Horista), carga horária esta, suficiente para o atendimento pleno de todas as demandas presenciais e virtuais inerentes ao cargo, e, apresentam os mesmos, formação e qualificação na área específica da disciplina sob sua responsabilidade, sendo que os mesmos possuem titulação de pós-graduação. Todas estas características garantem um profissional com domínio de conteúdo e associado as capacitações, temos um profissional atualizado quanto aos recursos, utilização de materiais didáticos e acompanhamento dos discentes no processo formativo.

A IES, preocupando-se com a formação e capacitação continuada de seus pares, fornece capacitações contínuas para tutores e professores não apenas melhorando a relação entre os docentes/tutores com os acadêmicos mas

também permitindo que os mesmos apresentem total domínio das ferramentas digitais e da plataforma EaD utilizadas pela IES.

No apoio às atividades do professor formador, efetuada através do ambiente virtual de aprendizagem, temos os tutores presenciais que são os responsáveis por atuar presencialmente prestando atendimento aos alunos.

Suas atribuições são:

- # Apoiar os estudantes nas atividades presenciais;
- # Receber e distribuir material para os alunos, quando necessário;
- # Orientar os estudantes quanto ao manuseio das mídias e tecnologias utilizadas no curso;
- # Identificar as dificuldades dos estudantes, ajudando-os a saná-las e estimulando-os a desenvolver análise crítica dos problemas;
- # Dedicar a devida atenção aos estudantes com necessidades especiais, buscando orientação e apoio específicos, quando for o caso;
- # Incentivar e motivar o trabalho colaborativo, cooperativo, orientando para a formação de grupos de estudos;
- # Identificar os estudantes com problemas de desmotivação, rendimentos insuficientes e atrasos no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor formador, dedicando-lhes atenção especial;
- # Acompanhar as atividades solicitadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA pelo professor formador;
- # Elaborar os relatórios de frequência dos alunos;
- # Elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades;
- # Aplicar avaliações presenciais;
- # Manter-se em contato com os alunos e professores formadores;
- # Avaliar, de forma contínua, a atuação dos alunos e sua própria atuação.

A IES lança mão de mecanismos avaliativos referentes às atividades de tutoria desenvolvidas em seus cursos que ofertam disciplina na modalidade a distância, um destes mecanismos é a avaliação promovida pela CPA através de

questionamentos presentes em questionários de autoavaliação acerca do atendimento às demandas, do domínio do conteúdo e das ferramentas digitais de aproximação professor/aluno utilizados nesta modalidade, esta avaliação permite a geração de resultados que são utilizados no acompanhamento das características institucionais e do curso e fomentando decisões sobre as ações corretivas a serem tomadas e que são discriminadas nos relatórios da CPA e no Projeto de Avaliação Periódica, outro mecanismo é a oportunidade de autoavaliação através de pesquisas periódicas de experiência do usuário disponíveis no AVA.

De acordo com os resultados apresentados pela CPA e pela pesquisa de satisfação do usuário, são propostas ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras na tutoria.

Tais ações são planejadas pela coordenação juntamente com o NEAD e sua equipe multidisciplinar. As mesmas podem ser ofertadas em forma de treinamentos, capacitações (conforme política de capacitação dos tutores), encontros pedagógicos dentre outros.

As ações corretivas são trabalhadas de forma muito didática com o tutor, uma vez que a mesma tem a função de corrigir possíveis falhas não tendo caráter punitivo.

No decorrer do processo de aprendizagem o modelo de avaliar o desempenho da tutoria em EaD bem como as ações corretivas poderão ser modificadas ou adaptadas para atender as mudanças atuais, devendo ser explorados amplamente no intuito de definir a metodologia mais adaptável.

2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria atendem as premissas previstas no PPC do curso, levando em conta que:

- Todos os tutores apresentam formação na área que atuam.
 - Os tutores passam por avaliações periódicas, sendo tal processo institucionalizado pela política de avaliação dos tutores.
 - Todos os tutores passam por capacitações recorrentes, sendo tal processo institucionalizado pela política de capacitação e formação continuada dos tutores.
- São exemplos desta política de capacitação e formação continuada:
- * Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais;
 - * Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc;
 - * Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;
 - * Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes;
 - * Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores;
 - * Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes;
 - * Disponibilizar bolsas de estudos para os cursos de pós graduação lato sensu ofertados pela IES;
 - * Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial;
 - * Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem;
- Todos são capacitados, dentro das premissas da política de interação entre discentes, docentes e tutores;
 - Todos os tutores passam por diversas capacitações dentre elas a de familiarização do AVA e SOLIS.

Com isso a IES preza pela adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

São alguns conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe tutorial da FCJP:

- Capacidade de desenvolver a adequação dos conteúdos dos materiais didáticos digitais e auxiliar a equipe de mídias para elaboração mais adequada dos objetos de aprendizagem;
- Capacidade de desenvolver as atividades de docência das disciplinas curriculares do curso, nos fóruns e na sala de aula virtual;
- Capacidade de preparar as atividades para o Fórum de Discussão a partir do material didático e prover a participação dos alunos;
- Organizar a agenda e a preparação da aula e ministra-la na sala virtual, assim como motivar a participação dos alunos.
- Utilizar diariamente os recursos tecnológicos disponibilizados para interagir com os alunos;
- Promover a cultura da educação a distância e o uso dos espaços virtuais para aprendizagem.

Gostaríamos de ressaltar que, na IES os tutores não são direcionados por curso, e sim, por disciplina, sendo assim todos apresentam formação na área da disciplina sob sua responsabilidade.

2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem

Para acompanhar o uso cada vez mais intenso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, a FCJP busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas modalidades de multimídia. A infraestrutura oferecida aos alunos e professores contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas.

Acompanhando a evolução dos recursos educacionais, o corpo docente e discente tem a sua disposição laboratórios de informática, para atender às demandas dos cursos com livre acesso à Internet e ao Portal Educacional. Através do Portal Educacional – SOLIS, os acadêmicos dos cursos e professores tem a oportunidade de consultar e divulgar informações importantes do cotidiano acadêmico como solicitação de documentos via secretaria geral da instituição (inclusivo documentos validados como o histórico escolar), acesso ao setor financeiro institucional, acesso às notas e à sua frequência em sala de aula e às ementas e bibliografias das disciplinas em curso. O alunado do Curso de Engenharia Agrônômica tem ainda acesso a biblioteca virtual com mais de 10 mil livros virtuais disponíveis nas mais diversas áreas. A atualização dos equipamentos dos laboratórios é realizada de forma contínua, obedecendo às normas e políticas de uso, manutenção e atualização dos equipamentos.

Para as disciplinas que são ofertadas na modalidade EaD, a instituição disponibiliza à comunidade acadêmica o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, ambiente este ofertado para que os acadêmicos, docentes e tutores possam acessar as funcionalidades da SAGA (empresa terceirizada que fornece a plataforma e seus conteúdos) promovendo interações síncronas e assíncronas através de Salas de Interação entre docentes, tutores e alunos.

Tanto o SOLIS, quanto o AVA e a MINHA BIBLIOTECA, garantem o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, sendo que as tecnologias ofertadas garantem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro possui parceria exclusiva com a empresa GOOGLE em um projeto intitulado “FCJP e GOOGLE for Education”, parceria única em João Pinheiro e região. Toda a Tecnologia Google Sala de Aula, Aplicativos e Dispositivos Educacionais com impacto e relevância para a aprendizagem disponível para professores e alunos FCJP da Graduação e pós-graduação, tudo reunido em um espaço amplo e todo preparado com alta complexidade tecnológica para atender a esta demanda.

A IES disponibiliza aos acadêmicos do Curso de Engenharia Agrônômica amplos laboratórios de informática contendo um número ideal de máquinas relacionadas ao número de vagas ofertadas, estes laboratórios apresentam-se com perfeita iluminação (natural e artificial), são climatizado através de ar condicionado, possui recursos audiovisuais instalados permanentemente (caso seja necessária à utilização dos mesmos durante as aulas ministradas neste laboratório).

Os laboratórios como Laboratório Multidisciplinar, Laboratório de Anatomia, Laboratório de Química, Laboratórios de informática da FCJP, entre outros, estão implantados, a IES pode imediatamente ofertar os laboratórios referentes às disciplinas ministradas no decorrer do curso e os mesmos contam com toda a estrutura e complexidade tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades inerentes aos mesmos.

Em um primeiro momento os discentes serão orientados por meio de recursos audiovisuais que mostrarão a técnica correta para a execução de cada prática e em seguida executarão as mesmas, devidamente orientados pelos professores. Estes laboratórios também são cenários propícios para a projeção em tempo real de aulas práticas demonstrativas realizadas pelo professor, e executadas pelos alunos concomitantemente.

Todas essas Tecnologias de Informação e Comunicação supracitadas garantem acessibilidade digital e comunicacional para todos os envolvidos no processo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, baseadas em seu uso, ao oferecerem recursos e ferramentas que ampliam as possibilidades de interação, colaboração e acesso ao conhecimento. Com o uso das TIC's, os estudantes podem vivenciar uma aprendizagem mais ativa e significativa, explorando diferentes abordagens e recursos que estimulam o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas.

As TIC's permitem a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os estudantes podem acessar materiais didáticos interativos, realizar atividades práticas, participar de fóruns de discussão, compartilhar ideias e colaborar em projetos conjuntos. Isso promove a construção do conhecimento de forma coletiva, incentivando a troca de experiências e perspectivas entre os estudantes, bem como a interação com professores e especialistas de diferentes partes do mundo.

Além disso, as TIC's possibilitam o acesso a uma vasta gama de recursos multimídia, como vídeos, animações, simulações e jogos educativos, que enriquecem a experiência de aprendizagem, tornando-a mais atrativa e envolvente. Esses recursos audiovisuais podem apresentar conceitos de forma visual e concreta, facilitando a compreensão e retenção do conteúdo.

As TIC's também oferecem a oportunidade de personalização da aprendizagem, permitindo que os estudantes avancem em seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades individuais. Plataformas adaptativas de aprendizagem, por exemplo, podem fornecer feedback imediato, recomendações personalizadas e atividades sob medida para o nível de conhecimento e habilidades de cada estudante, oferecendo uma experiência de aprendizagem mais individualizada.

Outro aspecto importante é a mobilidade proporcionada pelas TIC's. Com dispositivos móveis, como smartphones e tablets, os estudantes podem acessar conteúdos e recursos educacionais a qualquer hora e em qualquer lugar, facilitando a aprendizagem além dos limites físicos da sala de aula tradicional.

Em resumo, as TIC's possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem ao ampliar o acesso ao conhecimento, estimular a colaboração, oferecer recursos multimídia interativos e promover a personalização da aprendizagem. Ao integrar as TIC's de forma adequada no processo educacional, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, estimulante e alinhado com as demandas e características da sociedade contemporânea.

2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem

A FCJP descreve no PPC do curso, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se de software educacional via internet, destinado a apoiar as atividades de educação a distância. Este software oferece um conjunto de tecnologias de informação e com comunicação, que permitem desenvolver as atividades no tempo, espaço e ritmo de cada participante. O ambiente virtual de aprendizagem pode ser utilizado em: atividades presenciais, possibilitando aumentar as interações para além da sala de aula; em atividades semipresenciais, nos encontros presenciais e nas atividades à distância; oferecendo suporte para a comunicação e troca de informações e interação entre os participantes. A IES disponibiliza o AVA em Open LMS, ambiente este, de código aberto e de caráter colaborativo, fato que permite avaliações periódicas e ações de melhoria contínua. Em qualquer situação de aprendizagem, a interação entre os participantes é de extrema importância. É por meio das interações que se torna possível a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias e a cooperação.

O uso do AVA oferece as seguintes vantagens:

- a interação entre o computador e o aluno;
- a possibilidade de se dar atenção individual ao aluno;
- a possibilidade do aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- a apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- a possibilidade de ser usada para avaliar o aluno.

É de extrema importância destacar que o AVA permite plena interação entre docentes, tutores e alunos envolvidos nas disciplinas na modalidade EaD, disponibilizando salas de interação e diversos fóruns e chats que servem como ferramentas de aproximação entre estes entes. Os chats proporcionam interações síncronas enquanto os fóruns promovem encontros assíncronos promovendo reflexões sobre os conteúdos das disciplinas.

A FCJP utiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem que se mostra acessível às pessoas com deficiência facilitando o acesso metodológico, instrumental, atitudinal e comunicacional dos envolvidos no processo, intensificando as possibilidades para estas pessoas através do VLIBRAS (ferramenta de leitura através da língua brasileira de sinais) e de disciplinas adaptadas às necessidades individuais.

O material didático utilizado pela IES passa por constante avaliação através do próprio Ambiente Virtual, ambiente no qual o acadêmico pode participar de processo avaliativos deste material, e a autoavaliação do AVA ocorre também através da CPA e da Política de Avaliação do Curso, resultando em ações de melhoria contínua.

2.18. Material Didático

O material didático (EAD ou presencial), tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação e validação do NDE e da equipe multidisciplinar (quando for o caso) com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas,

recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Na elaboração do material didático para uso a distância busca-se integrar as diferentes mídias e explorar a convergência das tecnologias, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e da possibilidade de interação entre os diversos atores. Todo o material didático é elaborado em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, com abordagem do conteúdo específico da área, indicando bibliografias básicas e complementares, através de análise prévia e posterior validação do Núcleo Docente Estruturante do Curso e equipe multidisciplinar, atendendo às especificidades da modalidade de EAD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo.

O material didático é produzido por empresa terceirizada. A construção, separação, escolha e inserção do material didático no AVA é acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais capazes de analisar os materiais, apoiando o professor formador e coordenador de curso.

O NEAD da Faculdade Cidade de João Pinheiro tem como função no que se refere à produção de materiais didáticos:

- Acompanhamento de subsistemas relacionados à avaliação da implementação dos cursos e/ou disciplinas na modalidade a distância;
- Auxílio na formação e orientação das ações pertinentes aos professores formadores, tutores e coordenadores;
- Revisão e inserção de materiais didáticos para EAD no AVA;
- Auxílio no design das disciplinas no AVA;

Especial atenção é devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados e interação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- Com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes curriculares, segundo documentação do Ministério da Educação, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;
- Serem estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de autoavaliação;
- Dispor de esquemas alternativos para atendimento de alunos com deficiência;
- Indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem, através da indicação do professor, coordenador ou NDE do curso.

Todos os materiais didáticos utilizados nas disciplinas à distância passam por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com objetivo de identificar necessidades de ajustes ou complementação visando aperfeiçoamento. Além disso, a Faculdade Cidade de João Pinheiro utiliza processos de avaliação e revisão periódica e continuada dos materiais didáticos, para garantir a melhoria dos mesmos no aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação aos alunos e às tecnologias de informação e comunicação utilizadas, bem como da capacidade de comunicação, entre outros.

O ambiente virtual de aprendizagem, AVA, serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facilitando uma aprendizagem significativa. No ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com professores e tutores. Pode

também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

A construção e validação do material didático do Grupo A - SAGAH em parceria com uma faculdade envolve um processo colaborativo que visa garantir a qualidade, relevância e atualização dos conteúdos. O Grupo A - SAGAH atua como uma editora especializada na produção de materiais educacionais, enquanto a faculdade contribui com seu conhecimento acadêmico e expertise na área de ensino.

O processo de construção do material didático começa com a identificação das necessidades e objetivos de ensino da faculdade. Com base nisso, o Grupo A - SAGAH realiza uma pesquisa detalhada, consulta especialistas e revisa as diretrizes curriculares do curso para entender as competências e conhecimentos que devem ser abordados no material.

Com base nessas informações, os autores e especialistas do Grupo A - SAGAH iniciam a produção do material, elaborando o conteúdo de acordo com os princípios pedagógicos e diretrizes estabelecidas. É nesse estágio que a colaboração com a faculdade se torna essencial, pois os autores trabalham em estreita parceria com os professores e coordenadores do curso, buscando sua contribuição e expertise.

Durante o processo de construção, é realizada uma revisão contínua do material para garantir sua qualidade acadêmica e didática. Isso inclui a revisão do conteúdo por especialistas na área, a correção de erros e imprecisões, a atualização de informações de acordo com avanços recentes e a adequação do material aos objetivos de aprendizagem estabelecidos.

Após a construção do material, é realizada uma etapa de validação, na qual a faculdade, com seus professores, coordenadores, NDE e equipe multidisciplinar têm a oportunidade de revisar, analisar e testar o material didático em seu contexto acadêmico. Essa validação pode incluir a revisão minuciosa do

conteúdo, o teste do material em sala de aula e o feedback dos professores e estudantes sobre sua eficácia e adequação.

Com base nas contribuições e feedback recebidos durante o processo de validação por seus professores, coordenadores, NDE e equipe multidisciplinar, o Grupo A - SAGAH realiza as devidas revisões e ajustes no material, buscando aprimorar sua qualidade e alinhá-lo às expectativas e necessidades da faculdade.

Esse processo de construção e validação contínua do material didático do Grupo A - SAGAH vem colaboração com uma faculdade garante que o conteúdo seja atualizado, relevante, aderente às diretrizes curriculares e eficaz para o ensino-aprendizagem dos estudantes. A parceria entre a editora e a faculdade promove uma abordagem integrada, combinando a expertise acadêmica com a experiência editorial, para fornecer um material de qualidade que atenda às demandas educacionais específicas da instituição de ensino.

O material didático permite desenvolver a formação definida no PPC e Perfil do Egresso, levando em consideração sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica. Este mesmo material apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

A FCJP utiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem que se mostra acessível às pessoas com deficiência facilitando o acesso metodológico, instrumental e atitudinal dos envolvidos no processo, intensificando as possibilidades para estas pessoas através do VLIBRAS (ferramenta de leitura através da língua brasileira de sinais), o que garante uma linguagem inclusiva e acessível e de disciplinas adaptadas às necessidades individuais.

O ambiente virtual de aprendizagem, AVA, que serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facultando uma aprendizagem significativa. No ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este

conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com professores e tutores. Pode também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro considera que a avaliação do desempenho escolar em seus cursos deve:

Constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica formativa, que realmente permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;

Utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados coerentemente com a natureza da disciplina e com os domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;

Manter coerência entre as propostas curriculares, o plano de ensino desenvolvido pelo professor e o próprio processo de avaliação do desempenho e rendimento escolar do aluno;

Constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, do professor, do próprio aluno, da Coordenação de Curso e a Direção Acadêmica e Geral da Faculdade, com vistas a assegurar a qualidade da formação do profissional e do cidadão.

Os resultados das avaliações dos processos de ensino e aprendizagem são sistematizados e estão disponíveis aos alunos através de seu acesso ao portal SOLIS.

Em cada disciplina ofertada no referido semestre letivo serão distribuídos 100 (cem) pontos ao qual o aluno será avaliado em: 01 (um) Bloco Temático subdividido em BLT-1 e BLT- 2, 01 (uma) Avaliação Livre que compõe o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico e o Projeto de Integração e Extensão e 01 (uma) P.U. (Prova Unificada) expressando-se o resultado de cada avaliação em notas específicas e previamente determinadas conforme modalidade de ensino presencial e a distância.

Fica estabelecido a padronização da pontuação dos itens avaliados assim distribuídos na modalidade presencial e a distância:

Bloco Temático (BLT) será avaliado em 30,0 (trinta) pontos, subdivididos:

Bloco Temático 1 (BLT-1) atribuído 15,0 (quinze) pontos;

Bloco Temático 2 (BLT-2) atribuído 15,0 (quinze) pontos;

Avaliação Livre (AVL) será avaliada em 20,0 (vinte) pontos, subdivididos:

- 10 (dez) pontos distribuídos do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico;
- 10 (dez) pontos distribuídos do Projeto de Integração e Extensão;

Prova Unificada (PU) será avaliada em 50,0 (cinquenta) pontos.

Sobre os Blocos Temáticos Avaliativo (BLT):

1 - Finalidade de verificar se o conteúdo desenvolvido nas aulas pelo docente foi assimilado e aprendido pelo aluno no processo formativo. Relacionada à avaliação diagnóstica, pois propõe o uso do feedback que o diagnóstico pode dar, mas ao mesmo tempo contempla o uso de recursos para que os déficits identificados sejam superados e a aprendizagem seja efetivada.

2 - Verificar o CONHECIMENTOS (saberes), HABILIDADES (saber-fazer relacionado à prática do trabalho mental), e ATITUDES (saber ser, aspectos éticos, cooperação, solidariedade, participação, ou seja, competências para agir e intervir numa situação profissional).

3 - Para a modalidade presencial será elaborado no total de 10 questões, sendo 5 objetivas e 5 discursivas de componente curricular, onde cada questão vale 1,5 (um ponto e meio) não podendo ser planejado atividades extras valendo mais do que o limite estabelecido.

A Avaliação Livre (AVL) será livre para o professor distribuir em atividades que possa acrescentar conhecimento ao aluno dentro do conteúdo abordado na disciplina e que poderá também auxiliar em outras disciplinas que ele já tenha estudado ou irá estudar (promover a interdisciplinaridade) levando em consideração a especificidade na normatização do Trabalho Efetivo Discente Pedagógico e a Normatização do Projeto de Integração e Extensão.

Fica determinado que a nota atribuída pelo docente da disciplina do Projeto de Integração e Extensão será considerada a mesma, para todas as disciplinas que compõe o semestre letivo na composição da pontuação do componente da AVL.

A Prova Unificada (PU):

Finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos no projeto pedagógico de curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão e a outras áreas do conhecimento.

Formato da Prova:

Dividida em 2 dias seguidos (segunda e terça);

- * Para o 1º Dia: 40 questões objetivas do conteúdo de todo semestre de todas as disciplinas;
- * Para o 2º Dia: 4 questões dissertativas interdisciplinares.

Das questões:

- * Deverá compor a prova objetiva 4 questões para cada disciplina do semestre obrigatoriamente (quando o período tiver até 7 disciplinas); e/ou 3 questões para cada disciplina do semestre obrigatoriamente (quando o período tiver acima 7 disciplinas), entretanto, ficará as disciplinas específicas de formação o peso maior de questões.
- * Deverá compor a prova discursiva questões de conhecimentos interdisciplinar que exija do aluno o pensamento de uma ou mais disciplinas com padrão de resposta.

Da Nota e Atribuição de Pontos:

- * Para as questões objetivas valerá 0,75 cada acerto totalizando 30 pontos;
- * Para as questões discursivas valerá 5 pontos (por questão) totalizando 20 pontos;
- * A nota da PU é soma do componente objetivo mais o dissertativo para todas as disciplinas do período cursado;
- * Aluno com dispensa deverá fazer a PU normalmente com todos os componentes dissertativo, ficando liberado de responder as questões objetivas da disciplina liberada. Os pontos serão divididos entre as demais a ser redistribuído;

- * Aluno de dependência para a Prova juntamente com o caderno de seu período, compondo a PU de 9 questões objetivas e 1 dissertativa, onde a pontuação será 30 para objetivas e 20 dissertativa;
- * Sobre a Anulação de Questão: somente serão anuladas questões quando definidas pelo professor responsável pela disciplina; sendo o ponto redistribuído as demais (ou seja, não é permitido atribuir como correto o ponto de questões anuladas).

Da Organização da Prova e Outras Providências:

- * Professores enviam 10 questões fechadas no formato contextualizado com resposta e uma Questão Dissertativa com padrão de Resposta;
- * Recomenda-se que os enunciados apresentem uma definição clara da tarefa a ser realizada pelo aluno;
- * É obrigatório citar a referência bibliográfica do texto utilizado;
- * O uso de Figuras/ Imagens (foto, gráficos, tabelas, pinturas, etc.) deve ter uma visualização e resolução adequadas;
- * Cada questão deve conter 05 alternativas (A - B - C - D - E), obrigatoriamente;
- * Não serão aceitas alternativas, como nenhuma das anteriores;
- * Deve haver somente uma única alternativa correta a ser marcada pelo aluno;
- * Caderno de Prova é do aluno, para Coordenação e arquivamento fica somente o Gabarito;
- * Gabarito e Padrão de Resposta devem ser divulgados para os alunos;

* Vista de Prova Unificada: responsabilidade do Coordenador.

A Prova Final é concedida ao aluno que não tenha sido reprovado por frequência e que não tenha conseguido alcançar o mínimo de 60 pontos para aprovação, mas que tenha conseguido a média de pelo menos 40 pontos ao longo do semestre. A prova final terá o valor de 100 pontos, sendo assim, os pontos alcançados ao longo do período serão zerados e ele deverá alcançar o mínimo de 60 pontos para sua aprovação.

As disciplinas de TCC, Iniciação científica, estágios supervisionados, seminário de TCC seguirão o processo avaliativo dos seus respectivos manuais tendo somente ao final do semestre o conceito de APROVADO ou REPROVADO avaliado entre (0 a 100 pontos), porém seguindo a média mínima de 60 pontos como as outras disciplinas.

AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Nessa etapa, cada professor do curso, semestralmente apresenta um relatório sobre seus discentes (com fragilidades e potencialidades individuais e do processo de ensino-aprendizagem) que é encaminhado para o coordenador que por sua vez faz uma análise para possíveis encaminhamentos, para nivelamento, psicopedagogia, acolhimento discente, discussão junto ao NDE, ou outro, este processo foi implantado a partir do primeiro semestre de 2022, após várias reuniões do NDE que apresentaram este assunto em pauta, e, é importante destacar que, estas informações sistematizadas são disponibilizadas aos acadêmicos do curso pelo coordenador de forma individual, de acordo com as suas necessidades ou particularidades, como mencionado anteriormente. Outras ações pertinentes à proposta são o acompanhamento semanal das notificações da ouvidoria, resultados da CPA e até mesmo análises das discussões apresentadas nas reuniões do colegiado, tendo nessas esferas a participação discente, garantindo sua autonomia de forma contínua.

REFLEXÕES E DIAGNÓSTICO DA IES FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DISCENTE

A IES parte do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios preestabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acredita-se que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem selecionar e excluir, mas apresentar resultados que possam ser analisados, a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

A mesma concepção deve balizar a avaliação na modalidade presencial e à distância. As orientações sobre a realização das avaliações presenciais e as formas de recuperação da aprendizagem e desempenho devem estar explicitadas nos planos de ensino dos componentes curriculares. Para além da avaliação discente, a autoavaliação dos componentes curriculares no que tange aos aspectos previstos nos planos de ensino e da estrutura do curso/componente devem ser permanentemente avaliados com a finalidade de provimento de melhorias.

Da mesma forma, deve dar-se a avaliação do docente pelo discente. As fragilidades identificadas devem balizar as ações dos cursos e acenar para as demandas formativas.

AUTOAVALIAÇÃO DO PROCESSO

A partir dos resultados obtidos pelo processo de avaliação discente, os Núcleos Docentes Estruturantes tomam posse dos relatórios através do sistema SOLIS, e realizam uma autoavaliação pautada nos seguintes princípios:

- **Globalidade** – a avaliação deve ser sistemática, global, envolvendo antecedentes, processo, contexto e produto. Deve abranger todas as formas de

trabalho da Faculdade, respeitadas as suas diversidades e complexidades, todas as dimensões e aspectos da vida acadêmica.

- **Respeito à Identidade, à Missão e à História da IES** – o processo avaliativo deve respeitar os valores e a cultura da IES. Esse princípio sugere olhar a história da construção da Faculdade, sua efetividade e relevância.

- **Legitimidade** – se expressa através de metodologias capazes de garantir o estabelecimento de instrumentos adequados para a formulação de critérios de avaliação que tenham caráter educativo, formativo e favoreçam a construção da cidadania.

- **Continuidade** – a avaliação deve ser um processo contínuo e permanente, para ser possível criar uma cultura de avaliação educativa internalizada no cotidiano da IES. Processos avaliativos pontuais e fragmentados produzem uma falsa ideia da avaliação, que deve ser um processo muito mais amplo, requerendo juízos sobre o valor e o mérito da IES.

O comprometimento de todos os envolvidos em todos os níveis da administração na IES é fundamental nas diversas instâncias do processo avaliativo, para que se estabeleçam as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. As práticas avaliativas devem ser construídas coletivamente para que ocorra o envolvimento de todos.

Estes procedimentos supracitados resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

2.20. Número de Vagas

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP oferta 100 (cem) vagas anuais a serem disponibilizadas no período noturno, divididas em duas entradas semestrais de 50 (cinquenta) acadêmicos.

É importante mencionar que a IES, antes de decidir pedir a autorização para o referido curso, realizou uma pesquisa de mercado, que compreendeu as escolas de ensino médio (questionário entregue para os seus alunos) e empresas da cidade (questionário entregue para empresas parceiras, amigas e via ACE – Associação Comercial e Empresarial de João Pinheiro). Este levantamento de informações externas é realizado a cada ciclo formação do curso (de cinco em cinco anos).

Através da CPA, que utiliza análise quali e quantitativa, nossos discentes, docentes e técnicos administrativos se manifestam e auxiliam as Coordenações e a própria IES a dimensionar e avaliar as necessidades do curso e instituição, tais como, aumento ou redução número de vagas, dimensão do corpo docente (presencial ou EAD), condições das estruturas físicas e tecnológicas tanto para o ensino quanto para a extensão.

2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.

Por se tratar de Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS) -

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Por se tratar de Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde

- *Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.*

Por se tratar de Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

2.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

Por se tratar de Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

3. Corpo Docente e Tutorial

3.1. Núcleo Docente Estruturante

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por docentes de elevada formação e titulação, como órgão consultivo responsável pela concepção de seu projeto pedagógico, e que tem por finalidade promover sua atualização e revitalização. O NDE do Curso de Engenharia Agrônômica foi estruturado em consonância com a Resolução número 1 de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e de acordo com o regulamento aprovado pela Direção da FCJP, seus membros possuem (como política do NDE) a garantia da manutenção da maioria de seus membros como componente deste núcleo, no mínimo, até o próximo ato regulatório do curso, tendo os mesmos como principais atribuições:

- I - atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, redefinindo suas concepções e fundamentos;
- II – realização de estudos periódicos das ferramentas de avaliação externa e autoavaliação institucional para o acompanhamento e atualização da documentação referente ao curso;
- III - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico, garantindo seu alinhamento com os documentos institucionais, principalmente o PDI, prestando relatórios ao Colegiado de Curso;
- IV - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de cursos, sempre que necessário;
- V - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI - contribuir para a consolidação, adequação e atualização do perfil profissional do egresso do curso, considerando sempre as DCN's quando for o caso;
- VII - promover formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa (quando for o caso) e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso - RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006;
- IX – conduzir pelo menos uma vez ao ano, no âmbito do Curso e de acordo com a CPA, processo de autoavaliação e de avaliação do Curso;
- X – analisar, avaliar e garantir o cumprimento e atualização dos Planos de Ensino dos componentes curriculares, bem como dos planos de trabalho das atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão dos professores;
- XI – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares do Curso.
- XII - acompanhar o desenvolvimento e contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Nivelamento adotado pelo Curso;
- XIII – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante.

O núcleo docente estruturante é constituído pelo coordenador do curso como presidente, além de quatro professores pertencentes ao corpo docente

permanente do curso, a maioria com titulação *Stricto Sensu* e regime de trabalho em tempo parcial (RTP), além de possuir política de permanência de seus componentes, pelo menos, até o próximo ciclo avaliativo do curso. Este importante núcleo deve se preocupar, constantemente, com as adequações curriculares e legais relacionadas ao curso buscando sempre o atendimento das demandas do mercado de trabalho local e regional.

O núcleo docente estruturante se reúne duas vezes por semestre, como regra e em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo presidente. A atuação do NDE, desde a sua implantação, vem impactando positivamente no acompanhamento dos processos acadêmicos, na consolidação das ações e na reavaliação do projeto pedagógico do curso, através de reuniões periódicas, cujas deliberações estão registradas nas atas de reunião.

COMPONENTES DO NDE DO CURSO

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Willyder Leandro Rocha Peres	Mestre	Integral
Pedro Henrique de Castro Borges	Doutor	Parcial
Daniela Cristina Silva Borges	Doutora	Parcial
Priscila Loire da Silva	Mestre	Parcial
Guilherme Vasconcelos	Mestre	Parcial

3.2. Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua para manter a qualidade em cursos devidamente projetados, proporcionando uma interface amigável e atraente. Ela traz materiais de fácil utilização, sem exigir do educando conhecimento de ferramentas complexas. Além disso, utiliza linguagem clara e de fácil entendimento, principalmente, no que diz respeito à orientação das atividades. Por conseguinte, mas não menos importante, oferece um corpo docente capacitado, com a

titulação necessária, para auxiliar o educando, nos diversos níveis de ensino que a formação exigir.

A equipe multidisciplinar, se encontra em consonância com o PPC, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância utilizando-se de plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

Para maior entendimento das informações supracitadas, a IES possui a seguinte documentação comprobatória:

Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar;

Produção e Distribuição de Material Didático;

Regulamento da Equipe Multidisciplinar;

Validação do Material Didático.

Observação: Esta documentação citada anteriormente se encontra em anexo ao Projeto Pedagógico do referido Curso.

3.3. Atuação do Coordenador

A administração acadêmica do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

A atuação do coordenador atende à demanda existente, isso se deve principalmente ao seu regime de trabalho, 40 horas integral. Esta organização permite que o coordenador atue na gestão do curso, na relação com docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar, além da sua participação nos colegiados superiores.

O Coordenador de Curso é apresentado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral. O mandato do Coordenador de Curso é de 2 (dois) anos, permitida a recondução nas eventuais ausências ou impedimentos o Coordenador de Curso será substituído por um membro indicado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do Coordenador do Curso de Engenharia Agrônômica:

- # Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- # Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- # Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis ad referendum no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores;
- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- # Apresentar plano de ação anualmente;
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica;
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente.

Para que o coordenador de curso possa administrar as potencialidades de seu corpo docente, algumas estratégias são adotadas:

1. Comunicação efetiva: comunicação clara e aberta com os membros do corpo docente, compartilhando informações relevantes sobre as metas, objetivos e diretrizes do curso. Essa comunicação deve ser bilateral, permitindo que os professores expressem suas ideias, preocupações e sugestões.
2. Estímulo à colaboração: promover a colaboração entre os membros do corpo docente, incentivando a troca de experiências, ideias e recursos educacionais. Isso pode ser feito por meio de reuniões regulares, grupos de trabalho ou espaços virtuais de compartilhamento.

3. Desenvolvimento profissional: investir em programas de desenvolvimento profissional para os professores, oferecendo oportunidades de atualização, capacitação e aprimoramento das competências pedagógicas. Isso pode incluir workshops, cursos, seminários e participação em eventos educacionais.
4. Feedback construtivo: fornecer feedback construtivo aos membros do corpo docente, reconhecendo seus pontos fortes e identificando áreas de melhoria. Esse feedback pode ser individual ou coletivo, visando aprimorar o desempenho dos professores e incentivar a reflexão sobre suas práticas de ensino.
5. Estímulo à inovação: promover a experimentação de novas metodologias, tecnologias e abordagens de ensino, incentivando os professores a explorar estratégias inovadoras que possam melhorar o engajamento dos estudantes e o processo de aprendizagem.
6. Criação de espaços de compartilhamento: criação de espaços formais e informais nos quais os professores possam compartilhar boas práticas, materiais didáticos, recursos e experiências. Isso promove a integração e a troca de conhecimentos entre os membros do corpo docente.
7. Avaliação e acompanhamento: implementação processos de avaliação e acompanhamento do desempenho dos professores, identificando pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades de desenvolvimento. Essa avaliação pode ser realizada por meio de observações de aulas, análise de materiais didáticos, feedback dos estudantes e outros mecanismos de avaliação.

Ao adotar essas estratégias, o coordenador de curso administra efetivamente a potencialidade do corpo docente, promovendo a integração, o compartilhamento de boas práticas e a busca pela melhoria contínua. Essas ações contribuem para o aprimoramento da qualidade do ensino, fortalecem o ambiente acadêmico e favorecem o sucesso dos estudantes.

A titulação do coordenador de curso é *stricto sensu* em nível de mestrado e o mesmo possui mais de 10 anos de experiência docente e experiência profissional na área da engenharia agrônômica, que contribui muito para o engrandecimento e desenvolvimento de novas propostas juntamente com o NDE.

3.4. Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

A administração acadêmica do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

A atuação do coordenador atende à demanda existente, isso se deve principalmente ao seu regime de trabalho, 40 horas integral. Esta organização permite que o coordenador atue na gestão do curso, na relação com docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar, além da sua participação nos colegiados superiores.

O Coordenador de Curso é apresentado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral. O mandato do Coordenador de Curso é de 2 (dois) anos, permitida a recondução nas eventuais ausências ou impedimentos o Coordenador de Curso será substituído por um membro indicado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano

de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do Coordenador do Curso de Engenharia Agrônoma:

- # Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- # Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- # Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis ad referendum no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores;
- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;

- # Apresentar plano de ação anualmente;
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica;
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente.

Para que o coordenador de curso possa administrar as potencialidades de seu corpo docente, algumas estratégias são adotadas:

1. Comunicação efetiva: comunicação clara e aberta com os membros do corpo docente, compartilhando informações relevantes sobre as metas, objetivos e diretrizes do curso. Essa comunicação deve ser bilateral, permitindo que os professores expressem suas ideias, preocupações e sugestões.
2. Estímulo à colaboração: promover a colaboração entre os membros do corpo docente, incentivando a troca de experiências, ideias e recursos educacionais. Isso pode ser feito por meio de reuniões regulares, grupos de trabalho ou espaços virtuais de compartilhamento.
3. Desenvolvimento profissional: investir em programas de desenvolvimento profissional para os professores, oferecendo oportunidades de atualização, capacitação e aprimoramento das competências pedagógicas. Isso pode incluir workshops, cursos, seminários e participação em eventos educacionais.
4. Feedback construtivo: fornecer feedback construtivo aos membros do corpo docente, reconhecendo seus pontos fortes e identificando áreas de melhoria. Esse feedback pode ser individual ou coletivo, visando aprimorar o desempenho dos professores e incentivar a reflexão sobre suas práticas de ensino.
5. Estímulo à inovação: promover a experimentação de novas metodologias, tecnologias e abordagens de ensino, incentivando os professores a explorar estratégias inovadoras que possam melhorar o engajamento dos estudantes e o processo de aprendizagem.

6. Criação de espaços de compartilhamento: criação de espaços formais e informais nos quais os professores possam compartilhar boas práticas, materiais didáticos, recursos e experiências. Isso promove a integração e a troca de conhecimentos entre os membros do corpo docente.

7. Avaliação e acompanhamento: implementação processos de avaliação e acompanhamento do desempenho dos professores, identificando pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades de desenvolvimento. Essa avaliação pode ser realizada por meio de observações de aulas, análise de materiais didáticos, feedback dos estudantes e outros mecanismos de avaliação.

Ao adotar essas estratégias, o coordenador de curso administra efetivamente a potencialidade do corpo docente, promovendo a integração, o compartilhamento de boas práticas e a busca pela melhoria contínua. Essas ações contribuem para o aprimoramento da qualidade do ensino, fortalecem o ambiente acadêmico e favorecem o sucesso dos estudantes.

A titulação do coordenador de curso é *stricto sensu* em nível de mestrado e o mesmo possui mais de 10 anos de experiência docente e experiência profissional na área da engenharia agrônômica, que contribui muito para o engrandecimento e desenvolvimento de novas propostas juntamente com o NDE.

3.5. Corpo Docente: Titulação

O corpo docente da referido curso, é responsável pela construção ementaria e bibliográfica da matriz curricular, de acordo com sua respectiva disciplina. Neste processo o professor é orientado pelo coordenador em diversos momentos sobre a política do curso, que também é reforçada nas capacitações. Ou seja, é direcionado para uma avaliação criteriosa, objetiva e focada na relevância para atuação profissional e acadêmica do discente. Este mesmo docente é direcionado para uma condução de ensino crítico, com utilização de bibliografia

atualizada extrapolando as já deferidas pelo NDE. O corpo docente do curso apresenta um perfil de pesquisador, com publicação média de 7 por ano, e por isso trabalham frequentemente com indicações de conteúdos de pesquisa de ponta, sendo todos relacionados com o perfil do egresso, adotando, para isto, as seguintes estratégias:

1. **Atualização constante:** manter-se atualizado sobre as pesquisas e avanços mais recentes na área, acompanhando publicações científicas, participando de conferências e eventos acadêmicos, e mantendo contato com outros pesquisadores. Essa atualização permite que o docente esteja ciente das tendências e descobertas mais recentes, que podem ser compartilhadas com os estudantes.
2. **Relacionamento entre conteúdo e pesquisa:** relacionar os conteúdos abordados em suas disciplinas com as pesquisas de ponta da área. Isso pode ser feito por meio da seleção de artigos científicos relevantes, estudos de caso atualizados e exemplos práticos que mostrem a aplicação dos conceitos estudados. Dessa forma, os estudantes compreendem a relevância dos conteúdos e são incentivados a buscar mais informações e aprofundar seu conhecimento.
3. **Grupos de estudo ou pesquisa:** criação de grupos de estudo ou pesquisa, nos quais os estudantes têm a oportunidade de se envolver em projetos de pesquisa sob sua orientação. Esses grupos permitem que os estudantes explorem tópicos de seu interesse, desenvolvam habilidades de pesquisa e trabalhem em colaboração com outros colegas. O docente pode fornecer orientação, recursos e direcionamento ao longo do processo.
4. **Incentivo à produção do conhecimento:** incentivo à produção do conhecimento entre os estudantes, encorajando-os a apresentar trabalhos em eventos acadêmicos, escrever artigos científicos ou participar de projetos de pesquisa. Ele pode fornecer orientação na elaboração de pesquisas, auxiliar na

escrita acadêmica e oferecer suporte para a submissão de trabalhos em conferências e revistas científicas.

5. Estímulo à publicação: orientar e incentivar os estudantes a publicarem seus trabalhos de pesquisa em revistas científicas ou periódicos acadêmicos. Isso contribui para a disseminação do conhecimento gerado, fortalece o currículo dos estudantes e incentiva a continuidade da produção científica.

Ao adotar essas estratégias, o docente proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. Além disso, ele estimula a produção do conhecimento por meio de grupos de estudo ou pesquisa e incentiva os estudantes a publicarem suas pesquisas. Essas ações promovem o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, incentivam a busca pelo conhecimento atualizado e contribuem para o avanço da área de estudo.

A IES primando por um padrão de excelência em conformidade com seu projeto pedagógico institucional buscou um corpo docente com titulação obtida predominantemente em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Possuindo em seu quadro de docentes, professores doutores, mestres, especialistas sendo que os doutores correspondem à um percentual de 40,0% quando consideramos os professores para todo o curso.

Docentes	Nº	%
Total	20	100%
Doutores	08	40,0%
Mestres	10	50,0%
Especialista	02	10,0%
Graduados	0	00%
<i>Stricto Sensu</i>	18	90,0%

3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

A IES busca a contratação de seus docentes em sua grande maioria em regime de tempo integral ou parcial, sendo que a intenção com estes profissionais é de desenvolvimento de projetos de extensão, projetos de nivelamentos, atividades extraclasse, projetos de monitorias, projetos de iniciação científica, atendimento discente, participação de órgãos colegiados (NDE, CPA, Colegiado e outros), planejamento didático e preparação e correção das avaliações de aprendizagem. E a gestão dessa qualidade de atendimento e dedicação institucional é avaliada dentre outros mecanismos pelo questionário de avaliação/registro individual docente parcial e integral (informa quantidade de atendimentos discentes com data e horário, quantas e quais reuniões colegiadas participou com data e horário, tempo destinado para planejamento didático e outros). Este documento é entregue semestralmente para o coordenador do curso, com informações essenciais para um planejamento de gestão de melhoria contínua.

Docentes	Nº	%
Total	20	100%
Horistas	00	00%
Parciais	19	95,0%
Integrais	01	5%
Parciais e Integrais	20	100%

3.7. Experiência Profissional do Docente

Dos 20 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, 07 possuem graduação em cursos de licenciatura e, dos 13 restantes (bacharéis), mais de 50% possuem experiência fora do magistério superior. Esse perfil docente com esse quantitativo supracitado, garante ao curso uma exposição frequente de situações contextualizadas com relação de problemas práticos, de aplicação da

teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O corpo docente do referido curso, apresenta como diferencial uma preocupação recorrente com atualizações relacionadas com a interação conteúdo e prática, além de possuírem uma sensibilidade para temas de interdisciplinaridade no contexto laboral. Tudo isso permite que o grupo de docentes que constituem o curso possa analisar as competências prevista no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão, o que nos direciona mais facilmente para um ensino de excelência.

3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação

Básica. *Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, este indicador não se aplica.

3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior

Dos 20 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, mais de 80% possui experiência no magistério superior a mais de 5 anos. Esta proporção aponta para um corpo docente com capacidade e experiência para diagnosticar os principais pontos de dificuldade dos acadêmicos no que diz respeito ao conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, podendo o mesmo, utilizar desta característica na geração de exemplos que melhor contextualizam a disciplina com o mercado de trabalho.

Um docente experiente é aquele que não apenas é detentor da capacidade de transmissão de conteúdos e orientação aos acadêmicos sobre determinado tema, mas também é aquele que se aproxima de seus alunos através de uma docência pautada nas reais necessidades destes acadêmicos e na melhor forma de comunicação com os mesmos, com a utilização de uma linguagem que esteja

aderida às diferentes turmas com as quais o professor irá desenvolver seu trabalho.

Os docentes atuantes no Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP, se mantêm atentos nos critérios avaliativos que a metodologia aplicada pela IES exige, são constantemente capacitados através de eventos internos sobre o poder e a correta utilização destas avaliações (em tempo hábil), que devem ter características diagnósticas, para informar o que o aluno trás de períodos passados, formativa, que é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro não é nada mais que um fator que faz parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, e somativas, as quais são essenciais para informar e situar os estudantes da escola como um todo. Os docentes da FCJP também são orientados a utilizarem a sua experiência em sala de aula para aproveitarem estes processos avaliativos como geradores de informações sobre o andamento do aproveitamento geral de cada turma e, com isso, reestruturar o seu formato do ensino constantemente, na busca de uma docência mais alinhada com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso desejado, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para este fim. Outro ponto forte do corpo docente do referido curso é sua liderança junto aos discentes e seu reconhecimento pela sua produção, o que pode ser comprovado através de uma análise curricular dos mesmos.

3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância.

A estrutura curricular ofertada pelo Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP apresenta apenas 4 (quatro) disciplinas sendo ofertadas na modalidade EaD que são: Língua, Comunicação e Investigação (ofertada no primeiro período do curso), Inovação e Criatividade (ofertada no segundo período do curso), Ética e Formação Humanística (ofertada no terceiro período do curso) e uma disciplina Optativa I (ofertada no quarto período do curso). Os Docentes, responsáveis pelas disciplinas atualmente ofertadas na modalidade EaD possuem experiência

na docência na educação a distância maior que 5 (cinco) anos. Esta proporção aponta para um corpo docente com capacidade e experiência para diagnosticar os principais pontos de dificuldade dos acadêmicos no que diz respeito ao conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, podendo o mesmo, utilizar desta característica na geração de exemplos que melhor contextualizam a disciplina com o mercado de trabalho.

Um docente experiente é aquele que não apenas é detentor da capacidade de transmissão de conteúdos e orientação aos acadêmicos sobre determinado tema, mas também é aquele que se aproxima de seus alunos através de uma docência pautada nas reais necessidades destes acadêmicos e na melhor forma de comunicação com os mesmos, com a utilização de uma linguagem que esteja aderida às diferentes turmas com as quais o professor irá desenvolver seu trabalho.

Os docentes atuantes no Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP, se mantêm atentos nos critérios avaliativos que a metodologia aplicada pela IES exige, são constantemente capacitados através de eventos internos sobre o poder e a correta utilização destas avaliações (em tempo hábil), que devem ter características diagnósticas, para informar o que o aluno trás de períodos passados, formativa, que é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro não é nada mais que um fator que faz parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, e somativas, as quais são essenciais para informar e situar os estudantes da escola como um todo. Os docentes da FCJP também são orientados a utilizarem a sua experiência em sala de aula para aproveitarem estes processos avaliativos como geradores de informações sobre o andamento do aproveitamento geral de cada turma e, com isso, reestruturar o seu formato do ensino constantemente, na busca de uma docência mais alinhada com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso desejado, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para este fim. Outro ponto forte do corpo docente do referido curso é sua liderança junto aos discentes e seu reconhecimento pela sua produção, o que pode ser comprovado através de uma análise curricular dos mesmos.

3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

Para garantir a aderência dos tutores com as disciplinas ministradas em EaD no decorrer do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro, é disponibilizado a todos os tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FCJP disponibiliza capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim, permitindo e mantendo suporte constante aos tutores durante as atividades dos mesmos.

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP apresenta como tutores os professores Me. Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira e Esp. Marcelo Ferreira de Araújo, que se responsabilizam pelas disciplinas atualmente ofertadas na modalidade EaD. Estes professores apresentam mais de 10 anos de experiência como docente do ensino superior e mais de 5 anos de experiência na Tutoria em Educação a Distância.

Como os tutores que atuam no curso são responsáveis pelas mediações síncronas e presenciais como os acadêmicos que cursam as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, os mesmos desenvolvem relacionamento próximo com os alunos, o que tornam mais claras as suas potencialidades e fragilidades, e, de posse destas informações os tutores buscam a melhor mediação pedagógica diante das características de cada aluno e de cada turma, facilitando assim na escolha das atividades e de literaturas complementares, além das já previstas como bibliografias a serem utilizadas na disciplina, que possam pontualmente auxiliar o estudante em suas principais dificuldades durante sua formação.

3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente

O Colegiado do Curso está institucionalizado através de regulamento próprio, possuindo representatividade dos diversos segmentos e com equidade entre os pares, como demonstrado abaixo, na composição dos seus membros:

- I. pelo Coordenador do Curso;
- II. por dois professores de disciplinas ou unidades curriculares específicas do curso;
- III. Por dois discentes do curso.
- IV. Por dois Técnicos-Administrativos.

O Colegiado de Curso dentro da sua regulamentação, define que as reuniões deverão ocorrer no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, com homologação do Diretor Geral, por convocação do Coordenador do Curso ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados, sendo todas as reuniões e decisões associadas devidamente registradas em ata própria.

O Colegiado dentro de seu regulamento define suas atribuições, que corroborarão com todo o processo de formação descrito neste PPC:

Analisar o perfil do curso e das diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;

Acompanhar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;

Analisar a avaliação do curso;

Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;

Deferir os planos de ensino referentes às unidades curriculares que constituem cada curso, em consonância com o projeto pedagógico e articulando com demais docentes;

Pronunciar-se sobre o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas e adaptações de acadêmicos transferidos, diplomados ou que tenham desenvolvido competências profissionais no mundo do trabalho;

Pronunciar-se sobre o aproveitamento discente extraordinário, no que se refere à abreviação de seu curso;

Appreciar o plano e o Calendário Acadêmico das atividades do Curso a serem submetidos ao CONSUAD;

Avaliar o material didático proposto para o corpo docente;

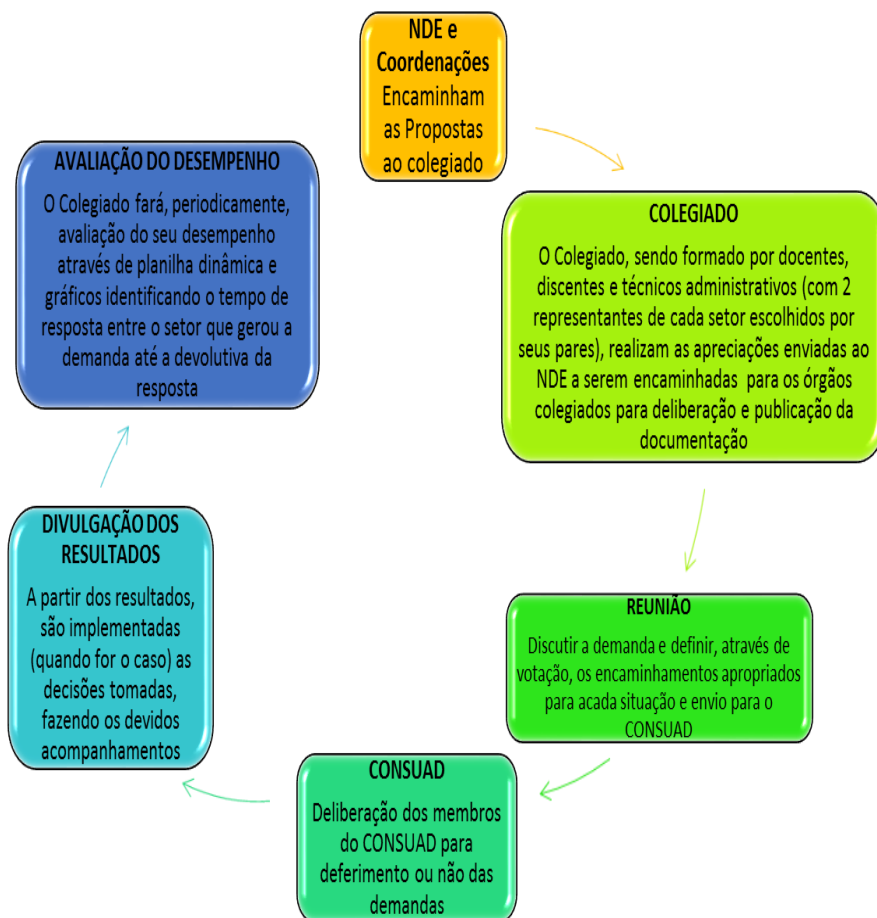
Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e recursos sob sua responsabilidade;

Aprovar as atividades extracurriculares;

Aprovar alterações no projeto do Curso quando necessário;

Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O colegiado do curso apresenta fluxo próprio e definido, sendo bastante fluido e otimizado para uma resposta rápida e coerente:



O colegiado possui um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos de decisões, através do sistema SOLIS institucional.

O que torna o processo acessível, transparente e eficiente. E por fim, o colegiado do referido curso ainda possui um processo de autoavaliação, realizado através de questionários aplicados anualmente para seus discentes, técnicos administrativos e docentes, via sistema Moodle.

3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

O Curso de Engenharia Agrônômica conta com dois tutores, capacitados para as atribuições inerentes ao cargo de tutoria à distância, já que apresenta 100%

de seus tutores com formação na área da disciplina e 100% dos tutores com pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

A formação e capacitação demonstrada dos tutores habilitam-nos a fornecer o suporte necessário às atividades docentes das diferentes unidades curriculares ofertadas durante o curso e fomentar, presencialmente, as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos acadêmicos, o que potencializa o processo de ensino e aprendizagem.

O quadro abaixo destaca as informações sobre os tutores responsáveis pelas disciplinas ministradas na modalidade EaD no Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP.

Tutor	Titulação	Regime de Trabalho
MARIA DE LOURDES DE AGUIAR FERREIRA	MESTRE	HORISTA
MARCELO FERREIRA DE ARAÚJO	ESPECIALISTA	HORISTA

3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

Para garantir a aderência dos tutores com as disciplinas ministradas em EaD no decorrer do Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro, é disponibilizado a todos os tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FCJP disponibiliza capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim, permitindo e mantendo suporte constante aos tutores durante as atividades dos mesmos.

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP apresenta como tutores os professores Me. Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira e Esp. Marcelo Ferreira de Araújo, que se responsabilizam pelas disciplinas atualmente ofertadas na modalidade EaD. Estes professores apresentam mais de 10 anos de experiência como docente do ensino superior e mais de 5 anos de experiência na Tutoria em Educação a Distância.

Como os tutores que atuam no curso são responsáveis pelas mediações síncronas e presenciais como os acadêmicos que cursam as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, os mesmos desenvolvem relacionamento próximo com os alunos, o que tornam mais claras as suas potencialidades e fragilidades, e, de posse destas informações os tutores buscam a melhor mediação pedagógica diante das características de cada aluno e de cada turma, facilitando assim na escolha das atividades e de literaturas complementares, além das já previstas como bibliografias a serem utilizadas na disciplina, que possam pontualmente auxiliar o estudante em suas principais dificuldades durante sua formação.

3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância

Os mecanismos de planejamento para interação entre os docentes, tutores e estudantes podem ser realizados de maneira síncrona e assíncrona. Para as interações síncronas é utilizado o recurso reunião on-line onde o professor formador pode responder em tempo real todas as dúvidas referentes aos conteúdos estudados pelos alunos, por meio de chat. De maneira assíncrona, os alunos podem interagir com os seus professores e tutores, por meio de fóruns, onde os alunos conseguem acompanhar todo o histórico de participação e contribuição dos colegas.

A troca de conhecimento e informações entre o professor formador e tutoria presencial é feita por meio da ferramenta de e-mail, telefone e os fóruns no

Ambiente de Capacitação (Centro de Capacitação da IES) específico para troca de informação entre os tutores presenciais, professores formadores e coordenação de EAD. Além disso, há planejamento de interação, em conformidade com o PPC, que possibilita condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, considera análise sobre a interação para encaminhamento de questões do curso, com previsão de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

A Faculdade Cidade de João Pinheiro está consciente de que a indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão é pressuposto norteador de seu fazer institucional e constitui base para que a educação, nela realizada, vise ao desenvolvimento da nossa região. A interligação que deve ocorrer entre estes aspectos resultará na superação da visão dicotômica de que é possível fazer ensino de qualidade sem iniciação científica e iniciação científica de qualidade apartada do ensino.

A iniciação científica, dentro desta perspectiva, deverá ser um instrumento que avaliza a prática de ensino adotada pela Instituição, especificamente por meio da ação conjunta entre acadêmicos e professores. Nesta conjuntura, contudo, o ensino de qualidade deverá considerar o ensejo das competências do egresso, traçadas no perfil de formação designado a cada curso por meio do Projeto Pedagógico. O sentido de um ensino de qualidade deverá estar pautado no direcionamento da teoria e da prática, já que estes constituem parte integrante do esforço de docentes e discentes na consecução da aprendizagem.

A FCJP, por sua vez, assume o compromisso com a busca constante do conhecimento novo e que conduz à solução de problemas da região, bem como de variáveis que impactam de modo claro nos aspectos diretamente

relacionados com o entorno. Sob este ponto de vista, a Instituição possui a preocupação institucional com o campo da iniciação científica, já que haverá dificuldades na compreensão da iniciação científica nas diversas áreas do saber onde a FCJP atua.

Os projetos institucionais de pesquisa ou iniciação científica, coordenados pelo NIPE e Internacionalização, objetivam desenvolver no aluno uma reflexão científica de temas relevantes na área em que estuda, por meio da sua inserção na Pesquisa. Tais programas serão orientados a familiarizar o aluno com a metodologia científica; destaca a importância do uso do rigor metodológico para melhor compreender situações que ocorrem na realidade; irão propor soluções às problemáticas a partir das investigações científicas, que contribuam para sua formação intelectual e social; oferecerão meios para atender às exigências mercadológicas de investigação científica.

Os Projetos de pesquisa ou iniciação científica estimularam pesquisadores a engajarem estudantes de graduação no processo de produção de conhecimento científico; a aprendizagem de técnicas e métodos científicos; o estímulo do pensamento crítico-científico e da criatividade decorrentes das condições criadas pela participação em atividades de Pesquisa.

As Políticas de Inovação Tecnológica e o Desenvolvimento Artístico e Cultural também são contempladas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro, estando presentes em duas Linhas de Pesquisa Institucionais e nos Núcleos de Apoio às Políticas Educacionais. A Política de Inovação é contemplada mediante a iniciação científica e atua na formação de empreendedores com o perfil que as transformações da sociedade exigem, integrados com a realidade regional, de tal forma que a inovação contribui com a melhoria da qualidade de produtos e serviços gerados tanto em organizações públicas quanto privadas.

A Política da Cultura se torna um instrumento que permitirá colocar o aluno em contato com a atividade científica, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural e, enganá-lo desde cedo na Pesquisa e Iniciação Científica,

como diferencial na formação acadêmica. Isso ocorre por meio da participação de alunos, docentes e a comunidade de forma geral, na participação de atividades culturais ligando os alunos à sua cultura local, na valorização da produção artística e do patrimônio cultural em seminários, simpósios e congressos científicos. A Política da Cultura valoriza as ações de desenvolvimento cultural e da arte, visando à melhoria da qualidade de vida e de aspectos vinculados à cultura da cidade de João Pinheiro e região.

O desenvolvimento das práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural que serão desenvolvidas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro, possibilitará a interpretação e a produção de conhecimento por meio de atividades transversais havendo linhas de pesquisas que integrarão o conhecimento acadêmico em atuação junto a comunidade, sendo importante lembrar que todos os dados, resultados e ações serão transmitidos à comunidade através de seus diversos canais (site, jornal interno, quadros de aviso, revista científica e demais mídias sociais).

Quanto as produções científicas, mais de 50% dos docentes atuantes no referido curso possuem entre 7 e 9 produções nos últimos 3 anos.

4. Infraestrutura

4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A Faculdade disponibiliza postos de trabalho em gabinetes individualizados para a realização das atividades dos professores, que funciona com salas individualizadas equipadas com armários com chave para guarda de material pessoal e profissional, telefone, computador interligado à Internet com Webcam e headset para a utilização dos mesmos por parte dos docentes, com disponibilidade de rede Wireless para os docentes trabalharem nos seus notebooks, quadro branco, impressora, ar condicionado e demais materiais

necessários, servindo de suporte para eventuais reuniões do curso, em ótimas condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, privacidade, conservação e comodidade. Estas salas individuais são propícias para o atendimento às demandas individuais dos acadêmicos, além de se mostrarem como ótimos ambientes para o desenvolvimento das atividades extraclasse inerentes ao cargo de professor em tempo integral.

O complexo de salas conta com uma secretária que auxilia os professores. Dessa forma, esse espaço está muito bem adequado para o desenvolvimento dos planejamentos de aulas, pesquisas, elaboração de provas, pesquisas e atendimento aos discentes de forma individual ou em grupos.

Deste modo, a Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de espaços de trabalho que possibilitam ações acadêmicas, contribuindo para os planejamentos didático-pedagógicos dos Docentes em tempo integral, com recursos tecnológicos da informação e comunicação, otimizando assim os atendimentos dos discentes e orientandos. Atendendo os devidos cuidados de segurança dos materiais e equipamentos pessoais, com a devida privacidade.

4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador

O Curso de Engenharia Agrônômica dispõe de uma sala ampla para os serviços acadêmicos da coordenação do curso. A sala do coordenador é ambiente propício para a realização das atividades relacionadas ao atendimento individualizado e em grupo dos membros da comunidade acadêmica. Este espaço encontra-se em condições adequadas de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e privacidade, possibilitando o desenvolvimento do trabalho, de ordem técnico-administrativa e acadêmica de forma individual ou em grupos. O espaço possui climatização por ar condicionado, possui mobiliário adequado (mesas e cadeiras em número suficiente para atender às demandas do ambiente), telefone, impressora, mesinha para o café, bebedouro, computador com acesso à internet, webcam,

headset devidamente instalados e funcionando no computador de mesa e a sala ainda possui armários com chave para a guarda dos materiais de uso pessoal e/ou profissional do coordenador.

4.3. Sala Coletiva de Professores

O Curso de Engenharia Agrônômica da Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de uma sala que foi exaustivamente pensada para priorizar o conforto necessário aos docentes que dela usufruem, permitindo assim um atendimento mais amplo às necessidades docentes quando estão em seu ambiente de trabalho. Esta sala oferece facilidades que possibilitam a preparação de aulas, consultas ao portal e ao sistema acadêmico. Este espaço possibilita o desenvolvimento do trabalho, de ordem acadêmica, o espaço é climatizado por ar condicionado, possui cinco computadores de mesa com acesso à internet, impressora, webcam, headset e acesso à rede WI-FI da instituição, possui armários com chaves individualizadas para guarda de material docente, jogos de tabuleiro para o lazer dos docentes, possui mesa de reunião com doze cadeiras para eventuais reuniões presenciais em grupo, com mais três mesas redondas com quatro cadeiras em cada, telefone, mesa para café, bebedouro, sofá, tv e, além disto, a sala dispõe de apoio técnico administrativo para os docentes que a utilizam.

4.4. Salas de Aula

Pensando na acessibilidade de nossos estudantes, a IES é equipada com infraestrutura acessível para dar melhor suporte tanto às pessoas que apresentam necessidades especiais quanto à locomoção em geral, além de pisos táteis afixados no solo que levam a todos os ambientes educacionais e administrativos da instituição. O Campus possui salas de aula específicas para o Curso de Engenharia Agrônômica, com 50 carteiras em cada, que comportam o número de vagas ofertadas e também apresenta ótima iluminação artificial e natural, pintura em ótimo estado de conservação e são bem arejadas e

possuindo climatização por ar condicionado, estes espaços proporcionam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

Estão mobiliadas com carteiras individuais, quadros de avisos, quadro negro, mesa e cadeira para o docente, instalações elétricas para o uso de equipamentos como: Rede de Wi-Fi, Datashow, televisão, equipamentos de som, entre outros, sempre que necessários.

As salas de aula da FCJP passam por manutenção periódica após autoavaliação institucional a qual realiza o levantamento, junto à comunidade acadêmica, sobre as condições físicas das salas de aula, gerando insumos para a percepção do setor de manutenção sobre as reais e atuais condições das mesmas.

Lembrando que além da CPA (anualmente) e do NDE (semestralmente), os nossos discentes ainda possuem a ouvidoria (diariamente) e a própria coordenação do curso, como ponto de referência para estas manutenções recorrentes. Afixados no interior das salas de aula, a IES disponibiliza QR-Code's que, com a utilização de smartphones, direcionam para os setores de Tecnologia da Informação e de Manutenção e Limpeza, para que possam ser utilizados pelos docentes e discentes nos eventuais momentos de necessidade, citamos isto como sendo uma ação exitosa e inovadora que tem facilitado bastante a comunicação e resolução dos problemas quando surgem.

4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A FCJP oferece aos discentes livre acesso aos equipamentos de informática, dispondo de um número suficiente de equipamentos, que atende às necessidades dos usuários para as devidas atividades, com acesso à internet, esta, com estabilidade e velocidade de acesso que garante o seu uso contínuo, tendo os laboratórios de informática e as máquinas disponibilizadas e acessíveis presentes nas bibliotecas da instituição.

A FCJP conta com dois laboratórios de Informática, climatizados com ar condicionado, que possuem quadro branco, Datashow instalado no teto, com ótima iluminação artificial e natural, apresentam total acessibilidade para pessoas com deficiência com máquinas preparadas com DOSVOX, VLIBRAS, teclados em Braille e com letras aumentadas, espaço definido para cadeirante, todas com webcam e headset. Estes laboratórios permanecem em funcionamento prestando seus serviços à comunidade acadêmica entre os horários de 08:00 às 22:00 de segunda a sexta e de 08:00 às 12:00 aos sábados.

O Laboratório de Informática I possui 51 (cinquenta e um) computadores (Core i3 6100 3.70ghz 4gb de RAM 500gb de HD), 20 (vinte) bancadas, monitores de 20 polegadas, com mouse, teclado, headset e webcam em todas as máquinas. O Laboratório de Informática II possui 25 (vinte e cinco) computadores com as mesmas configurações das máquinas e de acomodações físicas do Laboratório I. Os usuários contam com a ajuda de monitores nos laboratórios de informática.

A IES ainda conta com uma rede de Wi-Fi que abrange toda a área educacional. Estes laboratórios também passam por avaliação periódica coordenada pelo Setor de Tecnologia da Informação através de informações colhidas na avaliação da estrutura física através da CPA (anualmente), Tecnologia de Informação (relatório próprio) e NDE's (semestralmente), ouvidoria e coordenações (diariamente).

4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular

Todo o acervo bibliográfico físico da IES, disponibilizado aos professores e alunos, e demais componentes da comunidade acadêmica, está tombado e informatizado e disponível através do sistema SOLIS, já o acervo virtual, possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, lembrando que ambos estão registrados em nome da IES. A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta

pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, relatório este, que é utilizado para o gerenciamento da atualização da quantidade de exemplares e ou assinaturas de acesso mais demandadas.

A biblioteca da FCJP possui plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Básicas são compostas por três títulos por unidade curricular, sendo um, ou mais, disponibilizados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA de acesso livre, irrestrito e ininterrupto (inclusive fins de semana e feriados) aos acadêmicos e professores.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em Braile e letras aumentadas, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos. Além da Biblioteca e da utilização da rede de Wi-Fi da instituição, o acadêmico ainda tem disponível os laboratórios de informática da IES, os quais funcionam de 08:00 as 22:00 horas de segunda a sexta e de 08:00 as 12:00 horas aos sábados.

4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

A biblioteca da FCJP possui plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Complementares são compostas por cinco títulos por unidade curricular, sendo todos ofertados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em braile, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos.

4.7.1. Biblioteca FCJP

Disponibiliza aos seus usuários acesso ao acervo físico, dispõem de recepção, salas de leitura, salas de estudo em grupo, salas de vídeo, salas de pesquisa informatizada, cabines de estudo individualizado e acervo, além de possibilitar aos acadêmicos que utilizarem este espaço o acesso à biblioteca virtual dentro do ambiente da biblioteca.

4.7.2. Periódicos Especializados

A Biblioteca disponibiliza periódicos sob a forma virtual de livre acesso e assinaturas impressas com retroação de no mínimo os três últimos anos e *full text*.

São periódicos específicos do curso de Engenharia Agrônômica:

PERIÓDICOS	ENDEREÇO DE ACESSO
Acta Amazônica	https://www.scielo.br/j/aa/
Acta Scientiarum Agronomy	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciAgron
Ciência Rural	https://www.scielo.br/j/cr/
EMBRAPA	https://www.spo.cnptia.embrapa.br/temas-publicados
Engenharia Agrícola	https://www.scielo.br/j/eagri/
Extensão Rural	https://periodicos.ufsm.br/index.php/extensao_rural/index
Fitopatologia Brasileira	https://www.scielo.br/j/fb/
Horticultura Brasileira	https://www.horticulturabrasileira.com.br/
Pesquisa Agropecuária Brasileira	https://www.scielo.br/j/pab/
Pesquisa Agropecuária Tropical	https://www.scielo.br/j/pat/
Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente	https://revistas.ufpr.br/pesticidas/login
Planta Daninha	https://www.scielo.br/j/pd/
Revista Brasileira de Entomologia	https://www.scielo.br/j/rbent/

Revista Brasileira de Sementes	https://www.scielo.br/j/rbs/
Revista Brasileira de Ciência do Solo	https://www.scielo.br/j/rbcs/
Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal	https://www.scielo.br/j/rbfv/
Revista Brasileira de Fruticultura	https://www.scielo.br/j/rbf/
Revista de Ciências Agrônômicas	https://www.scielo.br/j/rca/
Revista de Economia e Sociologia Rural	https://www.revistasober.org/
Revista em Agronegócio e Meio Ambiente - Rama	https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama
Summa Phytopathologica	https://www.scielo.br/j/sp/
Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental	http://www.agriambi.com.br/
Revista Brasileira de Agrotecnologia	http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBAGRO
Revista Brasileira de Agroecologia	https://revistas.aboagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia
Tropical Plant Pathology	https://www.scielo.br/j/tpp/

4.7.3. Bases de Dados Assinadas

A IES conta com a assinatura de base de dados de periódicos bem como de biblioteca virtual - MINHA BIBLIOTECA, visando suprir o acervo impresso, bem como facilitar o acesso à informação aos docentes e discentes.

4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso

- **SCIELO:** Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.

- **BVS:** A Biblioteca Central atua como Participante da Rede BVS, que permite acesso a fontes de informação na área de Saúde Pública.
- **BDTD/IBICT:** Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- **LIVRE:** Periódicos de livre acesso na internet

4.7.5. Informatização

O acervo das Bibliotecas, composto por obras de referência, livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos, periódicos e multimeios, nas várias áreas do conhecimento, é tratado tecnicamente segundo o Anglo American Cataloguing Rules - AACR2 e a Classificação Decimal de Universal - CDU e é sinalizado de modo a facilitar sua localização pelos usuários.

4.7.6. Sistema SolisGE

A informatização da Biblioteca utiliza o Sistema SolisGE, que contempla de forma integrada as principais funções de uma Biblioteca, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando a rotina diária de seus usuários.

Principais Módulos:

- **Catálogo:** Permite catalogar de acordo com as regras do Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 e da Classificação Decimal de Universal – CDU
- **Circulação de Materiais:** Controla o empréstimo de qualquer tipo de documento com prazos e quantidades diferenciadas por categoria de usuário.
- Emite relatórios e estatísticas referentes ao processo de empréstimo.
- Empréstimo
 - ✓ Empréstimo para consulta local;
 - ✓ Empréstimo domiciliar;
 - ✓ Reserva local;
 - ✓ Renovação online.

4.7.7. Treinamentos

A Biblioteca da FCJP oferece a seus usuários orientação quanto ao uso dos recursos informacionais disponíveis, normalização bibliográfica conforme ABNT e utilização do Sistema SolisGE para renovação de empréstimo e reserva *on line*.

4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério de Educação, o Sistema de Bibliotecas dá acessibilidade aos seus usuários com necessidades educacionais especiais a diferentes fontes de informação, mediante utilização de recursos diferenciados.

Auditiva: O atendimento às pessoas com necessidades educacionais auditivas é realizado por um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no período das 8h às 17h, ou sempre que necessário. A instituição disponibiliza também o VLIBRAS para a comunidade acadêmica.

Visual: Às pessoas com necessidades educacionais visuais, as Bibliotecas disponibilizam o sistema **DOSVOX**, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores.

Física: As Bibliotecas têm acesso adequado, com a utilização de rampas e pisos táteis e os espaços internos foram redimensionados para facilitar o deslocamento de cadeirantes.

4.7.9. Serviços

Aos usuários da Biblioteca são oferecidos os seguintes serviços:

- ✓ Elaboração de fichas catalográficas;

- ✓ Visitas guiadas à Biblioteca;
- ✓ Solicitação de artigos via COMUT ON-LINE (Programa de comutação bibliográfica on-line)/SCAD.
- ✓ Levantamento bibliográfico

4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes

Possuímos assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, de forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos para o curso entre as principais áreas e a maioria deles assinados nos últimos três anos e, no último ano também possuímos revistas e periódicos específicos que passaram a fazer parte do acervo.

4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP conta com laboratórios didáticos em excelente quantidade para auxílio nos processos de ensino-aprendizagem, quando é levado em consideração o número de vagas ofertadas. Todos os laboratórios da FCJP possuem normas e regulamentos de utilização (POP - Procedimento Operacional Padrão) que ficam disponibilizados aos usuários de forma eletrônica e física (no próprio ambiente do laboratório) além de passarem constantemente por atualização periódica advinda de informações colhidas com os próprios usuários e professores através dos questionamentos sobre a estrutura física da IES realizados durante a aplicação dos questionários da CPA, ou através de solicitações do Núcleo Docente Estruturante do curso, devidamente aprovadas pelo seu colegiado.

O curso conta com os seguintes laboratórios de formação básica em quantidade:

01 - Laboratório de Microscopia, Histologia, Citologia

02 - Laboratório de Informática

01 - Laboratório de Química e Bioquímica

01 – Laboratório de Física

Laboratório de Microscopia, Histologia, Citologia:

Consiste de diversos equipamentos de microscopia além de lâminas suficientes para o desenvolvimento de aulas práticas de Citologia, Histologia e Embriologia, além disto, possuem bancadas devidamente distribuídas para uma boa divisão dos alunos por equipamento disponibilizado e conta com recursos de vidrarias para o desenvolvimento das aulas em questão. Este laboratório é climatizado por ar condicionado, possui ótima iluminação artificial e natural e possui Datashow fixo no teto para auxiliar os usuários durante as aulas.

Laboratório de Informática:

A Instituição dispõe de seis laboratórios de informática com máquinas novas para atender às necessidades de pesquisa e consulta dos discentes, docentes e técnicos administrativos. Estes laboratórios ficam disponíveis para os alunos tanto no horário de aula quanto fora deste horário, sempre acompanhado pelos monitores. Os laboratórios de informática da FCJP possuem climatização por ar condicionado, quadro branco, quadro de avisos e Datashow fixo no teto, proporcionando maior conforto e possibilidades para seus usuários.

Laboratório de Química e Bioquímica

É um laboratório utilizado pelos docentes e alunos das disciplinas de Química e Bioquímica, com espaço e materiais necessários para o desenvolvimento das aulas práticas pertinentes a estas disciplinas.

Destaca-se a preocupação da IES com a acessibilidade aos laboratórios tanto para cadeirante quanto para portadores de deficiência visual durante a utilização dos mesmos por membros da comunidade acadêmica que deles necessitem, todas as máquinas possuem webcam com microfone e são equipadas com software de acessibilidade como o DOSVOX e o VLIBRAS.

Laboratório de Física

Este laboratório possui os equipamentos que atendem a parte básica de física dos solos e a ementa da disciplina de Física, com total acessibilidade e equipamentos de ensaios técnicos, termodinâmicos e medidores distribuídos em bancadas com climatização por ar condicionado, quadro branco, quadro de avisos e Datashow fixo no teto, proporcionando maior conforto e possibilidades para seus usuários.

Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP

A manutenção dos equipamentos é de responsabilidade direta do setor de Tecnologia da Informação que faz a manutenção dos laboratórios de informática quinzenalmente. A necessidade de reparos ou aquisição é informada pelos monitores do laboratório, podendo ser também informada pelos professores que utilizam o mesmo. O setor de Tecnologia da Informação tem um prazo de quinze dias úteis para realizar as operações necessárias e atender demais solicitações.

REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

CAPITULO I

Da Finalidade

Art. 1º - O Laboratório de Informática da Faculdade Cidade de João Pinheiro é constituído a serviço dos alunos, professores, funcionários e comunidade local.

CAPÍTULO II

Do Pessoal

Art. 2º - A administração dos Laboratórios se dá através do setor de Tecnologia da Informação, auxiliado por assistentes contratados ou Estagiários;

Art. 3º - O Assistente de Laboratório deverá garantir, em conjunto com o setor de Tecnologia da Informação, o funcionamento e execução dos serviços técnicos e operacionais da estrutura, e o funcionamento contínuo da sala para usos relacionados com educação e experiências práticas em geral;

Art. 4º - O Estagiário deverá auxiliar o setor de Tecnologia da Informação e o assistente na manutenção e funcionamento do Laboratório.

CAPITULO III

Do Horário de Funcionamento

Art. 5º - O Laboratório deverá funcionar da seguinte forma:

- I- segunda à sexta-feira das 08h00 às 22h30;
- II- sábados das 08h00 às 12h00.

CAPÍTULO IV

Estrutura Operacional – Equipamentos e Reservas

Art. 6º - São oferecidos computadores contendo a infraestrutura necessária para utilização durante aulas práticas conforme cursos na FCJP e também para uso em cursos de extensão e pós-graduação.

Art. 7º - A reserva dos Laboratórios, por parte dos professores, deverá ser realizada com no mínimo três dias de antecedência à realização da aula. No caso de instalação de novos softwares, esta antecedência deverá ser de sete dias.

Art. 8º - Cada disciplina terá um período máximo de antecedência para marcação de aulas. Esta antecedência variável visa estabelecer um critério de prioridade ao acesso ao laboratório, devendo, portanto, os professores das disciplinas priorizadas utilizarem tal recurso para garantir o uso do laboratório.

Art. 9º - Só será permitida nova reserva após 8 (oito) dias corridos contados a partir da última reserva feita pelo professor. Tal medida visa estabelecer um rodízio entre os professores que utilizam os laboratórios. A reserva é realizada através de agendamento no setor de Tecnologia da Informação caso haja disponibilidade dos mesmos.

Art. 10º - Será garantida aos professores uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos de atraso para início das aulas práticas previamente agendadas. Depois de decorrido essa tolerância, o laboratório será considerado disponível para o uso e o agendamento será considerado como não utilizado.

CAPÍTULO V

Usos - Finalidades e Público Alvo

Art. 11º - A utilização dos laboratórios por alunos dos cursos da Faculdade Cidade de João Pinheiro fora dos horários de aula limita-se às atividades relacionadas a práticas e exercícios dos cursos aqui oferecidos, não sendo permitida então a utilização para interesses particulares. Não será cobrada nenhuma taxa pelo uso dos computadores a nenhum aluno de qualquer curso. O acesso só será permitido para alunos previamente cadastrados em nossos sistemas e matriculados na instituição.

Art. 12º - O uso por alunos em atividades não vinculadas às aulas regulares (usos ocasionais) deve observar os horários de funcionamento bem como no início das aulas. Os laboratórios deverão ser desocupados com 20 (vinte) minutos de antecedência do início das aulas para organização e preparação das atividades para os professores.

Art. 13º - O uso dos laboratórios por professores e pesquisadores fora dos horários de aula estará autorizado mediante comunicação ao setor de Tecnologia da Informação contendo o programa efetivo de uso por intermédio de formulário padrão ou e-mail.

Art. 14º - A utilização dos laboratórios, por funcionários da FCJP, para fins estritamente administrativos, estará autorizada mediante disponibilidade de equipamentos e comunicação formal, por memorando impresso, ao setor de Tecnologia da Informação.

Art. 15º - O serviço de acesso à Internet ficará autorizado e disponibilizado, quando relacionado a atividades de caráter eminentemente educativas e que tenham relação com os conteúdos programáticos dos cursos oferecidos na instituição. Acessos a sites pornográficos e o uso de mecanismos fraudulentos contra a estrutura (vírus, sniffers, entre outros) serão criteriosamente banidos e

podem desencadear processos punitivos e/ou suspensivos junto às Coordenações de Cursos, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da Instituição.

Art. 16º - A utilização dos laboratórios de forma indevida e, aqui não destacada, será tratada pela Coordenação Acadêmica.

Art. 17º - Os acessos à internet são auditados ficando a critério da instituição verificar quais sites o aluno acessou, caso os links acessados caracterize “utilização indevida”, o aluno poderá ser punido conforme Regimento da IES.

Art. 18º - Todo usuário é responsável pelo seu *login* e senha, bem como por qualquer acesso, adulteração ou utilização de sua senha, portanto, *login* e senha são de uso individual e intransferível. Sob suspeita de sua senha ter sido descoberta por terceiros, providenciar comunicação imediata para substituição. Nenhuma senha é trocada ou alterada por telefone, não existe suporte telefônico externo.

Art. 19º - Cada usuário, ao término de suas atividades, deverá efetuar o log-off (finalizar o sistema), no intuito de evitar que seu *login* e senha sejam utilizados por pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO VI

Das Proibições

Art. 20º - É proibido a entrada nas salas laboratoriais portando qualquer tipo de líquidos, alimentos, cigarros, balinhas e chicletes.

Art. 21º - É proibida a instalação de programas que objetivem o mau funcionamento dos equipamentos e o mau uso dos equipamentos implicarão em punições ou suspensões conforme determinação do Regimento Interno da IES.

Art. 22º - É proibido ligar ou desligar os seguintes dispositivos: estabilizador de tensão, nobreak, servidores, impressoras e os aparelhos de ar condicionado, senão por pessoas autorizadas.

Art. 23º - É proibido a todos os usuários copiar os softwares existentes nos laboratórios, bem como seus discos de instalação, exceto aqueles que são de Domínio Público, Shareware ou Demonstrativos.

Art. 24º - Qualquer utilização que não conste nos itens enumerados deste documento será desautorizada.

Art. 25º - Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Regimento Interno da FCJP.

Art. 26º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica e Áreas Experimentais

Os laboratórios Didáticos de Formação Específica do curso de Engenharia Agrônômica da FCJP são:

01. Laboratório Externo Multidisciplinar – Campus Experimental II – Destilaria Veredas

01. Laboratório Externo Multidisciplinar – Campus Experimental III – Usina BEVAP

01. Laboratório de Desenho Técnico, Topografia e Geoprocessamento

01. Laboratório de Solos e Geologia

01. Laboratório de Física, Hidráulica e Irrigação

01. Laboratório de Botânica, Fisiologia, Fitotecnia e Sementes – TAS

01. Laboratório de Microbiologia Agrícola

01. Laboratório de Anatomia Animal, Zoologia e Entomologia

01. Laboratório de Agrometeorologia e Climatologia Agrícola

4.9.1. Boas Práticas de Laboratório Específicos da Agronomia da FCJP

Boas práticas de laboratório (BPL) são ações que visam a diminuição de riscos em ambiente laboratorial. São normas de conduta de trabalho que objetivam a segurança individual e coletiva, além da reprodutibilidade metodológica e resultados obtidos. Todas as aulas no laboratório, independentemente do número de alunos, deverão ser acompanhadas por um DOCENTE responsável, o qual deverá possuir competências para tal.

4.9.2. Recomendações Gerais para todos os Laboratórios da Agronomia FCJP

Os usuários devem planejar as ações antes de se dirigir ao ambiente: necessidades de reagentes, materiais e outros. Checar as propriedades físico-químicas dos reagentes, seus riscos e cuidados de manipulação.

Reservar o uso do laboratório antecipadamente, de acordo com o modelo proposto pelo laboratório.

Não é permitido utilizar o laboratório ou qualquer sala para fins pessoais ou qualquer outro tipo de atividade que não seja experimental.

Durante o desenvolvimento das aulas práticas não é permitido aos alunos transitarem de um laboratório a outro sem prévia autorização do professor responsável pela aula.

O acesso à sala de reagentes é restrito aos ESTAGIÁRIOS, LABORATORISTA e PROFESSORES. A sala de reagentes deverá ficar permanentemente fechada.

O usuário de laboratório deve adotar sempre uma atitude atenciosa, cuidadosa e metódica no que faz.

- # Respeitar os avisos de segurança, as indicações de perigo e demais informativos sobre normas de uso e comportamento existentes no laboratório.
- # Em nenhuma hipótese o laboratório pode ser deixado vazio com janelas ou portas destrancadas.
- # É proibido retirar equipamentos do laboratório sem autorização do responsável pelo respectivo bem patrimonial.
- # Não utilizar as estufas do laboratório de análise para aquecer alimentos.
- # Não retirar/trocar equipamentos, materiais e mobiliário de sua posição original sem autorização do responsável pelo laboratório.
- # Os principais EPIs são: jaleco, luvas, máscara, touca e óculos de proteção facial.
- # Lavar as mãos antes e depois das atividades.
- # Utilizar jaleco sempre, e apenas, dentro do laboratório.
- # Utilizar sempre sapato fechado.
- # Manter os cabelos presos.
- # Manter as unhas curtas e limpas.
- # Não atender celular quando estiver dentro do laboratório.
- # Não comer, beber, preparar alimentos ou utilizar cosméticos no laboratório.
- # Evitar levar as mãos à boca, nariz, cabelo, olhos e ouvidos no laboratório.

- # Não usar colar, anéis, pulseiras, brincos e piercing dentro do laboratório.
- # Sempre usar luvas ao manipular materiais potencialmente infectantes.
- # Não manipular objetos de uso coletivo como, por exemplo, maçanetas e telefone, enquanto estiver usando luvas.
- # O ideal é não usar lentes de contato no laboratório, mas caso seja necessário, não manipulá-las e utilizar óculos de proteção.
- # Evitar trabalhar sozinho no laboratório.
- # *Caso for trabalhar sozinho, qual o procedimento?* Informar horário de entrada, provável saída e anunciar-se quando da real saída do ambiente.
- # Tomar cuidados especiais com produtos inflamáveis, tóxicos, explosivos, agentes oxidantes e corrosivos. Havendo a necessidade de transporte destes, deve ser feito com duas mãos (uma mão embaixo e uma na lateral). Deve-se redobrar a atenção ao manipular esses produtos e não os transportar junto com outros objetos.
- # Não se exponha a radiação UV, IV ou de luminosidade muito intensa sem a proteção adequada.
- # Feche todas as gavetas e portas que abrir.
- # Manter o ambiente limpo e higienizado.
- # Identificar e armazenar corretamente os produtos químicos.
- # Lavar toda o material utilizado após realização de qualquer atividade.

Identificar materiais referentes a experimentos que estejam armazenados em qualquer ambiente do laboratório (nome, orientador, telefone, data do armazenamento).

Apagar qualquer identificação que tenha sido feita em vidrarias após o uso. Situar e manter equipamentos de risco (ex. autoclave, botijão de nitrogênio líquido) em área segura.

Manter fichas de informações de segurança de produtos químicos em local visível e de fácil acesso.

Utilizar armários próprios para guardar objetos pessoais.

Manter o laboratório bem iluminado.

Observar a identificação da voltagem das tomadas.

Usar corretamente os equipamentos, conforme recomendações do fabricante.

Pipetar usando pipetadores automáticos, manuais ou peras de borracha. Nunca com a boca.

Saber onde ficam os EPC's (equipamentos de proteção coletiva) e como utilizá-los.

Utilizar cabine de segurança biológica sempre que manipular materiais que precisem de proteção contra contaminação.

O preparo de reagentes e uso dos equipamentos deve ser inspecionado por um responsável (professor(a) responsável pelo laboratório ou mestrando(a) /doutorando(a) designado por este, ou professor(a) orientador(a) caso o acadêmico(a) seja de outro curso do Campus).

Quando houver preparo de soluções estas deverão apresentar rótulo identificando a composição, a data e a concentração.

Descartar materiais e resíduos em local adequado.

Jogue papéis usados e materiais inservíveis na lata de lixo somente quando não representar risco para as pessoas ou meio ambiente.

Ao terminar o conteúdo de uma embalagem de reagente, avisar o responsável pelo laboratório, para controle de estoque.

Ao sair do ambiente, desligar todos os equipamentos, exceto aqueles que necessitam permanecer ligados em função da sua pesquisa (ex: bomba câmara de Richards e estufa de solos); verificar se torneiras estão corretamente fechadas, trancar portas, apagar as luzes e desligar o ar-condicionado.

4.9.3. Higienização de Materiais e Equipamentos da Agronomia FCJP

A lavagem dos materiais utilizados pode ser realizada com o uso de uma esponja, sabão e água.

Todo material deve ser lavado imediatamente após o uso e armazenado após a eliminação da água de lavagem.

As cubas das pias devem estar devidamente higienizadas (sem resíduos) e as bancadas devem estar limpas e secas.

Panos de limpeza, atilhos e panos utilizados para saturação de amostras indeformadas de solo também devem ser lavados com água e sabão, sendo responsabilidade do usuário limpá-los.

Caso haja resíduos de solo no chão, este deve ser varrido e descartado no coletor "SOLO".

Materiais metálicos utilizados em campo como marretas, pás, cilindros para coleta de amostras indeformadas de solo, castelos, dentre outros, devem ser imediatamente lavados após o uso e secos com pano para evitar que oxidem.

Evitar atritos e fricção desnecessária da superfície de materiais que riscam e desgastam.

4.9.4. Descarte de Produtos

Deve ser realizado em sacos plásticos tipo 1 (branco), totalmente fechado, sem a ocorrência de abertura ou rompimento.

Material contaminado deve ser devidamente acondicionado e destinado à autoclavagem, para serem descontaminados.

Os sacos devem ser identificados com o laboratório de origem, técnico responsável e data do descarte.

Material perfurocortante devem ser descartados em recipientes apropriados e devidamente identificados.

O material deve ser identificado com o laboratório de origem, técnico responsável, data do descarte e indicação de material perfurocortante.

Para o descarte de produtos químicos é importante observar o grau de toxicidade e não misturar os resíduos de diferentes naturezas e composições. No armazenamento, devem ser consideradas as compatibilidades entre os produtos químicos. A lista de Incompatibilidade pode ser consultada no Apêndice A do arquivo PDF ou, ao final desta página.

4.9.5. Acesso, Permanência e Saída dos Laboratórios da Agronomia FCJP

O acesso aos visitantes será permitido somente mediante autorização e após receberem as instruções de segurança do ambiente laboratorial.

É proibida a permanência de discentes nos laboratórios fora do horário de expediente da equipe técnica, bem como em finais de semana e feriados.

Exceções serão admitidas apenas quando o orientador acompanhar o discente durante a realização de suas atividades ou o discente apresentar autorização; para utilização do laboratório, nestes termos, deverá ser preenchida uma autorização de uso do laboratório (modelo disponibilizado pelo laboratório).

Este documento deverá ser entregue ao responsável pelo laboratório para arquivamento.

Antes de sair do laboratório, remover todo o equipamento de proteção incluindo luvas e jaleco; não visitar as áreas públicas e comuns (banheiros, cantina, bibliotecas ou corredores) utilizando EPIs.

CAMPUS EXPERIMENTAL 01 – FAZENDA SAN PEDRO

Campus Experimental 01, ou Site 01 é nossa área central na Fazenda SAN PEDRO onde iniciamos as pesquisas com forrageiras em 2019. Localizada a 8km da cidade de João Pinheiro, a FCJP iniciou o processo de manejo ambiental com ato autorizativo junto aos órgãos competentes: IEF e Prefeitura Municipal de JOÃO PINHEIRO para executarmos atividades agronômicas na área.

Este campus como núcleo de pesquisa, extensão e ensino, atende as seguintes diretrizes curriculares:

1. Produção Vegetal
2. Olericultura

3. Fitotecnia
4. Fitopatologia
5. Silvicultura
6. Sustentabilidade e Meio Ambiente
7. Melhoramento Genético

4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde.

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN. NSA para os demais cursos.

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

4.11. Laboratórios de Habilidades. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados - *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

4.13. Biotérios. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Através da parceria com o Grupo A, a plataforma apresenta plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento, bem como, de um sistema de acompanhamento para gerenciamento dos processos, que dispõe, para isso, indicadores bem definidos.

Os conteúdos trabalhados nos cursos que são oferecidos pela FCJP foram selecionados a partir da filosofia, princípios, objetivos e metas a serem alcançados e adequar-se-ão à natureza específica de cada curso oferecido e definido pelo trabalho conjunto da Coordenação com o corpo docente dos cursos oferecidos. Para isso foi firmado contrato com o Grupo A (SAGAH), o qual disponibiliza o conteúdo digital e o sistema informatizado (plataforma) para a oferta das disciplinas na modalidade EaD do curso.

Este trabalho conjunto encaminha a vida acadêmica, planejando os diferentes conteúdos programáticos, para que venham conferir uma base sólida de sustentação ao plano evolutivo da construção de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e valores, em cada um dos cursos que serão oferecidos pela faculdade.

Para isso, dentro de uma orientação global, toma como base as Diretrizes Curriculares e os Padrões de Qualidade referentes a cada curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões e eventos de cada uma das áreas. O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular

importância na organização, sendo que, a partir da sua concretização prática nas salas de aulas e outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos, as metas propostas para cada curso e concretizada a missão institucional. Este processo é realizado por meio de reuniões regulares, onde a decisão consensual é a tônica adotada, considerando os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- Deve ser funcional, aplicável à profissão, ajustado à instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e também com a formação do profissional em questão;
- Atualidade, alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Contribuição social, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade dos conteúdos, possibilitando a compreensão do conteúdo a partir de diversas perspectivas;
- Integração vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Na Educação a distância os processos de ensinar e de aprender não acontecem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino na modalidade a distância são mediadas por meio de materiais didáticos. Todos os materiais educacionais e atividades propostas são baseadas nas melhores práticas pedagógicas

encontradas no mercado, com a compreensão de que o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Através da parceria com o Grupo A, a plataforma apresenta plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento, bem como, de um sistema de acompanhamento para gerenciamento dos processos, que dispõe, para isso, indicadores bem definidos.

Todos os materiais educacionais e atividades propostas são baseadas nas melhores práticas pedagógicas encontradas no mercado, com a compreensão de que o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

Os materiais didáticos (audiovisual e escrito) são introduzidos para o ambiente virtual de aprendizagem. Esse ambiente virtual possui livros digitais, vídeo aulas, e conteúdos complementares que possibilitam o estudo e desenvolvimento das atividades acadêmicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se ainda que o material didático fornecido pelo Grupo A (SAGAH) possui plano de contingência bem estabelecido para que o fluxo de informações não seja interrompido.

4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. *Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A Faculdade Cidade de João Pinheiro utiliza o Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Patos de Minas – FPM, através de parceria firmada entre as duas instituições.

A Faculdade Patos de Minas está regularmente registrada com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, registrado no CONEP pelo Ofício Circular 146/2016/CONEP/CNS/MS.

As atividades inerentes às pesquisas desenvolvidas institucionalmente, e por instituições parceiras, são aprovadas e subsidiadas por esse comitê supracitado.

4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).

A Faculdade Cidade de João Pinheiro utiliza o Comitê de Ética na Utilização de Animais da Faculdade Patos de Minas – FPM, através de parceria firmada entre as duas instituições.

Avalia a ética dos protocolos de pesquisas e ensino envolvendo animais, material orgânico e dados deles oriundos, objetivando defender os interesses dos sujeitos das pesquisas em sua integralidade e dignidade de acordo com as diretrizes legais e normativas do Conselho Nacional e Controle de Experimentação Animal (CNECA) e outros diplomas legais e normativos que vierem a ser promulgados.

O CEUA – FPM é credenciado no Conselho Nacional e Controle de Experimentação Animal (CNEEA).

4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso.

Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

Por se tratar de Curso de Engenharia Agrônômica, este indicador não se aplica.

ANEXO I

DOCENTES: CARACTERÍSTICAS

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
ANA MARIA PAULA ROSA	DOUTORA	PARCIAL
DANIELA CRISTINA SILVA BORGES	DOUTORA	PARCIAL
GISELDA SHIRLEY DA SILVA	MESTRE	PARCIAL
GRACIELLE ISABEL DO COUTO	ESPECIALISTA	PARCIAL
GUILHERME DOS REIS VASCONCELOS	MESTRE	PARCIAL
HUGO CHRISTIANO SOARES MELO	DOUTOR	PARCIAL
LUCIANA DE ARAÚJO MENDES SILVA	DOUTORA	PARCIAL
MARCELO DE ALMEIDA REIS	DOUTOR	PARCIAL
MARIA CELIA DA SILVA GONCALVES	DOUTORA	PACIAL
MARIA DE LOURDES DE A. FERREIRA	MESTRE	PARCIAL
MARIA VAZ RODRIGUES	ESPECIALISTA	PARCIAL
MILTON CESAR JUNIOR SOARES	MESTRE	PARCIAL
PEDRO HENRIQUE DE CASTRO BORGES	DOUTOR	PARCIAL
PRISCILA LOIRE DA SILVA	MESTRE	PARCIAL
SAMUEL LUAN PEREIRA	MESTRE	PARCIAL
SAULO GONÇALVES PEREIRA	DOUTOR	PARCIAL
SORYANA GONCALVES F. DE MELO	MESTRE	PARCIAL
UNILSON GOMES SOARES	MESTRE	PARCIAL
VANDEIR JOSÉ SILVA	MESTRE	PARCIAL
WILLYDER LEANDRO ROCHA PERES	MESTRE	INTEGRAL

TUTORES: CARACTERÍSTICAS

TUTOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
-------	-----------	--------------------

MARIA DE L. DE AGUIAR FERREIRA	MESTRE	HORISTA
MARCELO FERREIRA DE ARAÚJO	ESPECIALISTA	HORISTA

ANEXO II

Matriz Curricular do Curso de Engenharia Agrônômica FCC

1º Período

Disciplinas	C/H	OFERTA
Matemática	80	PRESENCIAL
Fundamentos da Química	40	PRESENCIAL
Introdução à Agronomia	40	PRESENCIAL
Geometria Analítica e Álgebra Linear	60	PRESENCIAL
Língua, Comunicação e Investigação	80	DIGITAL
Projeto de Integração e Extensão I	40	PRESENCIAL
Total	340	

2º Período

Disciplinas	C/H	OFERTA
Física I	80	PRESENCIAL
Química Aplicada	80	PRESENCIAL
Botânica	40	PRESENCIAL
Desenho Gráfico	80	PRESENCIAL
Inovação e Criatividade	80	DIGITAL
Projeto de Integração e Extensão II	40	PRESENCIAL
Total	400	

3º Período

Disciplinas	C/H	OFERTA
Ética e Formação Humanística	80	DIGITAL
Topografia	80	PRESENCIAL
Biologia Celular Agrícola	80	PRESENCIAL

Bioestatística Agrícola	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão III	40	PRESENCIAL
Total	320	

4º Período

Disciplinas	C/H	OFERTA
Optativa I	80	DIGITAL
Construções Rurais	80	PRESENCIAL
Geoprocessamento	40	PRESENCIAL
Microbiologia Agrícola	80	PRESENCIAL
Química Orgânica, Inorgânica e Analítica	80	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão IV	40	PRESENCIAL
Total	400	

5º Período

Disciplinas	C/H	OFERTA
Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos	80	PRESENCIAL
Bioquímica	80	PRESENCIAL
Gestão e Administração Rural	40	PRESENCIAL
Zoologia Agrícola	40	PRESENCIAL
Hidráulica	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão V	40	PRESENCIAL
Total	320	

6º Período

Disciplinas	C/H	TOTAL
Armazenamento de Grãos	40	PRESENCIAL
Meteorologia Agrícola	80	PRESENCIAL

Ecologia	40	PRESENCIAL
Entomologia Agrícola I	40	PRESENCIAL
Genética Agrícola	60	PRESENCIAL
Forragicultura	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão VI	40	PRESENCIAL
Total	340	

7º Período

Disciplinas	C/H	TOTAL
Microbiologia Agrícola Avançada	40	PRESENCIAL
Melhoramento Genético	80	PRESENCIAL
Entomologia Agrícola II	80	PRESENCIAL
Silvicultura	40	PRESENCIAL
Hidrologia, Recursos Hídricos e Manejo e Conservação dos Solos	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão VII	40	PRESENCIAL
Total	320	

8º Período

Disciplinas	C/H	TOTAL
Agricultura I	40	PRESENCIAL
Fisiologia Vegetal	60	PRESENCIAL
Optativa II	40	PRESENCIAL
Optativa III	40	PRESENCIAL
Fitopatologia Geral	40	PRESENCIAL
Máquinas e Implementos Agrícolas	80	PRESENCIAL
Plantas Daninhas e Herbicidas	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão VIII	40	PRESENCIAL

Total	380	
--------------	------------	--

9º Período

Disciplinas	C/H	TOTAL
Fertilidade de Solos e Nutrição de Plantas	80	PRESENCIAL
Fitopatologia Agrícola	80	PRESENCIAL
Agricultura II	40	PRESENCIAL
Nutrição de Ruminantes e Monogástricos	40	PRESENCIAL
Trabalho de Curso	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão IX	40	PRESENCIAL
Total	320	

10º Período

Disciplinas	C/H	TOTAL
Nutrição Mineral de Plantas	40	PRESENCIAL
Irrigação e Drenagem	40	PRESENCIAL
Produção e Tecnologia de Sementes	40	PRESENCIAL
Estágio Supervisionado	200	PRESENCIAL
Seminário de Trabalho de Curso	40	PRESENCIAL
Projeto de Integração e Extensão X	40	PRESENCIAL
Total	400	

Disciplinas Optativas	
OPTATIVA I	
Empreendedorismo e Sustentabilidade	80
Educação Ambiental	80
Diversidade Cultural e Social	80
OPTATIVA II	
LIBRAS	40

Tecnologia Pós-colheita	40
Cultura Afrodescendente e Indígena	40
OPTATIVA III	
Perícia e Avaliação Imobiliária Rural	40
Paisagismo e Plantas Ornamentais	40
Direitos Humanos	40

Total	3.540 horas
Atividades Complementares	60 horas
Total Geral em Hora Relógio	3.600 horas

ANEXO III

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA ENGENHARIA AGRONÔMICA – FCJP

1º PERÍODO

MATEMÁTICA

Ementa: O corpo dos números reais. Sequências numéricas. Séries numéricas. Limite de funções. O conceito de derivada. O conceito de integral. Conjuntos numéricos. Funções elementares. Números complexos. Funções polinomiais.

Bibliografia Básica

DANTE, L. R. **Matemática:** contexto e aplicações. 5.ed. São Paulo: Ática, 2011.

(20)

IEZZI, G. et al. **Fundamentos de matemática elementar 1:** conjuntos, funções. 9.ed. São Paulo: Atual, 2013 (7)

ZILL, Dennis G., CULLEN, R. **Matemática Avançada para Engenharia.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. [MB].

Bibliografia Complementar [MB]

FAINGUELERNT, E. K., NUNES, K. A. **Matemática:** práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Penso, 2012.

LAPA, N. **Matemática aplicada:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Saraiva, 2012.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática Financeira:** Edição Compacta, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SULLIVAN, M. **Matemática Finita:** Uma Abordagem Aplicada. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOLDSTEIN, L. et al. **Matemática aplicada:** economia, administração e contabilidade. 12.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FUNDAMENTOS DA QUÍMICA

Ementa: Fundamentos de Química Geral. Unidades de medidas. Estrutura atômica. Tabela Periódica e Propriedades. Ligações Químicas. Funções Inorgânicas. Reações Inorgânicas. Balanceamento de Reações Químicas.

Bibliografia Básica

MAHAN, B. H; MYERS, R. J; **Química**. Um Curso Universitário. 4 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. **(10)**

RUSSELL, J.B. **Química geral**. 2.ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. **(16)**

BROWN, L. S., HOLME, T.A. **Química geral aplicada à engenharia** 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

JESPERSEN, N D.; HYSLOP, A.; BRADY, J.E. **Química**: a natureza molecular da matéria vol. 1. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CHANG, R. **Química Geral**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

ROSENBERG, J. L., EPSTEIN, L. M., KRIEGER, P. J. **Química Geral**. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SILVA, E. L.; BARP, E. **Química Geral e Inorgânica**: Princípios Básicos, Estudo da Matéria e Estequiometria. São Paulo: Érica, 2014.

KOTZ, J. C. et al. **Química Geral e Reações Químicas v.1**. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning 2016.

INTRODUÇÃO AGRONOMIA

Ementa Apresentação da disciplina, seus objetivos, programa e normas. Estrutura do Curso (currículo, linhas curriculares, departamentos). Perfil profissional. Informação profissional (áreas de atuação e desempenho profissional, as exigências de formação e de conduta, perspectivas). A profissão do Engenheiro Agrônomo: atribuições, regulamentações, inserção social, ética profissional. Agricultura, desenvolvimento e meio ambiente. Noções sobre a evolução recente e a realidade atual da agricultura brasileira; assim como com os debates sobre a perspectiva para essa agricultura. Formação dos Solos,

Intemperismo, Diagênese, Litificação, Cultivo Convencional, Cultivo Mínimo e Plantio Direto; Introdução a manejo e conservação de solo e água.

Bibliografia Básica

- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013. (6.ed. 2022 – MB) **(10)**
- CHADDAD, F. **Economia e Organização da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. **(6)**
- COSTA, A. J. O. **Agricultura Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

- ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (coord.) **Agronegócios: Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- TAVARES, M.F.F. et al. **Introdução à agronomia e ao agronegócio**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- GOIS, E.H.B. et al **Agricultura especial** Porto Alegre: SAGAH, 2022.
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F.; CALEMAN, S.M.Q. (orgs). **Gestão de sistemas de agronegócios** São Paulo: Atlas, 2015.
- BERTOLLO, M. et al. **Geografia agrária** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

GEOMETRIA ANALÍTICA E ALGEBRA LINEAR

Ementa Sistemas de equações lineares. Espaços vetoriais. Transformações lineares. Autovalores e autovetores. Geometria Analítica Plana: Vetores, Reta, Circunferência, Elipse, Parábola, Hipérbole, Mudança de Coordenadas. Geometria Analítica Espacial: Vetores, Reta, Superfícies, Quádricas, Mudança de Coordenadas. Classificação de Cônicas e Quádricas.

Bibliografia Básica

- DANESI, M. M.; SILVA, A.R.R.; PEREIRA JUNIOR, S.A.A. **Álgebra linear**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. [MB]
- ANTON, H. **Álgebra linear com aplicações** 8.ed. São Paulo: Bookman, 2001. **(8)**

WINTERLE, P. **Vetores e geometria analítica**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000. (8)

Bibliografia Complementar [MB]

ZAHAN, M. **Álgebra linear**. São Paulo: Blucher, 2021.

SILVA, C.; MEDEIROS, E.C. **Geometria analítica** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

ZILL, Dennis G., CULLEN, R. **Matemática Avançada para Engenharia**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011

SANTOS, N. M. dos. **Vetores e Matrizes uma Introdução a Álgebra Linear**. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SULLIVAN, M. **Matemática Finita: Uma Abordagem Aplicada**. 11.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LÍNGUA, COMUNICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Ementa: Noções de Metodologia Científica e os princípios teóricos e metodológicos no contexto da Língua, Comunicação e Interpretação, além das normas gramaticais, inclui a interpretação, compreensão e composição textuais.

Bibliografia Básica:

FÁVERO, L.L. **Coesão e coerência textuais**. 11. Ed. São Paulo: Ática, 2009. (18)

ANDRADE, M.M.; HENRIQUES, A. **Língua portuguesa noções básicas para cursos superiores**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004. (12)

MOYSÉS, C. A. **Língua Portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2016. [MB].

Bibliografia Complementar: [MB]

ANTONIASSI JÚNIOR, G. (org.) **Manual de metodologia científica**. 2.ed. Patos de Minas: Faculdade Patos de Minas-FPM, 2020

CORTINA, A. et al. **Fundamentos Da Língua Portuguesa** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

AIUB, T. (org) **Português: Práticas De Leitura E Escrita** Porto Alegre: Penso, 2015.

ALMEIDA, A.F.; ALMEIDA, V.S. **Português básico**: gramática, redação, texto. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, D.S.; ZILBERKNOP, L.S. **Português Instrumental**. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO I

Ementa: Fundamentos para trabalhos em equipe, orientações para elaboração de cronograma agrícola, estudo de viabilidade, lista de materiais e definições de metodologia e procedimentos rurais. Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no primeiro semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, que considere as características de aplicações de introdução ao Curso de Engenharia Agrônômica da FCJP.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013. (6.ed. 2022 – MB) **(10)**

CHADDAD, F. **Economia e Organização da Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. **(6)**

COSTA, A. J. O. **Agricultura Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. (coord.) **Agronegócios: Gestão, Inovação e Sustentabilidade**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TAVARES, M.F.F. et al. **Introdução à agronomia e ao agronegócio**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

GOIS, E.H.B. et al **Agricultura especial** Porto Alegre: SAGAH, 2022.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F.; CALEMAN, S.M.Q. (orgs). **Gestão de sistemas de agronegócios** São Paulo: Atlas, 2015.

BERTOLLO, M. et al. **Geografia agrária** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

2º PERÍODO

FÍSICA

Ementa Medição de vetores. Movimento em uma dimensão. Movimento em um plano. Dinâmica da partícula. Trabalho e energia. Conservação da energia. Conservação do momento linear. Colisões. Cinemática da rotação. Dinâmica da rotação. Equilíbrio de corpos rígidos. Introdução ao estudo experimental em física. Estudo experimental da cinemática. Estudo experimental da dinâmica. Estudo experimental do calor. Oscilações. Gravitação. Estática dos fluídos. Dinâmica dos fluídos. Ondas em meios elásticos. Ondas sonoras. Temperatura. Calor e a primeira lei da termodinâmica. Teoria cinética dos gases.

Bibliografia Básica

HEWITT, P. G. **Fundamentos de Física Conceitual**. 12.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. [MB]

VILLAS BOAS, N.; DOCA, R. H.; BISCUOLA, G. J. **Tópicos de Física 2: termologia, ondulatória, óptica**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. **(6)**

HALLIDAY, D; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de física mecânica**. Vol.16.ed. São Paulo: LTC,2002. **(6)**

Bibliografia Complementar [MB]

CUTNELL, J. D.; JOHNSON, K.W. **Física** 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

KNIGHT, R. D. **Física Uma Abordagem Estratégica v.1: mecânica, gravitação, oscilações e ondas**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BAUER, W.; WESTFALL, G.D., DIAS, H. **Física para Universitários: Relatividade, Oscilações, Ondas e Calor**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

TIPLER, P. A.; MOSCA, G. **Física para Cientistas e Engenheiros. v.1** Rio de Janeiro: LTC, 2009.

JEWETT JR., J.W.; SERWAY, | R. **Física para Cientistas e Engenheiros: Oscilações, ondas e termodinâmica**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2013.

QUÍMICA APLICADA

Ementa: Cálculo Estequiométrico. Soluções. Leis empíricas dos gases. Teoria cinética dos gases. Termodinâmica. Equilíbrio químico e iônico. Equilíbrio nos sistemas heterogêneos. Propriedades coligativas. Cinética de reações químicas. Eletroquímica, sistemas e propriedades. Cinética Química. Físico-química de superfícies. Técnicas de manuseio em laboratório e algumas experiências envolvendo propriedades físicas

Bibliografia Básica:

BROWN, L. S., HOLME, T.A. **Química geral aplicada à engenharia** 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021. [MB]

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química:** questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman 2006 **(8)**

KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. **Química Geral e Reações Químicas v.1.** 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. **(7)**

Bibliografia Complementar: [MB]

ZUMDAHL, S. S.; DECOSTE, D. J. **Introdução à Química-Fundamentos** São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015

CHANG, R. **Química Geral:** Conceitos Essenciais. 4.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

BORGNAKKE, C.; SONNTAG, R.E. **Fundamentos da termodinâmica.** 2.ed. São Paulo: Blucher, 2018.

ATKINS, P. **Físico-Química Fundamentos** 6.ed. Rio de Janeiro: LTC Grupo GEN, 2018.

ROSENBERG, J. L.; EPSTEIN, L. M.; KRIEGER, P. J. **Química Geral.** 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BOTÂNICA

Ementa: Morfologia externa dos órgãos vegetais; noções básicas de taxonomia e nomenclatura botânica; organização sistêmica e funcional interna das plantas (células, tecidos, sistemas de tecidos e órgãos); noções de fisiologia vegetal (relações hídricas, fotossíntese, respiração, fermentação, hormônios vegetais, fisiologia pós-colheita, fisiologia de sementes).

Bibliografia Básica:

NULTSCH, Wilhelm. **Botânica geral**. Porto Alegre: Artmed, 2000. **(12)**
NOGUEIRA, M.B. et al. **Fisiologia vegetal**. Porto Alegre : SAGAH, 2020. [MB]
EVERT, R. F.; EICHHORN, S. **Raven Biologia vegetal** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

CEOLA, G.; STEIN, R.T. **Botânica sistemática**. Porto Alegre: SAGAH, 2019
STEIN, R.T. et al. **Morfologia vegetal** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017
SCHWAMBACH, C.; CARDOSO SOBRINHO, G. **Fisiologia vegetal**: introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza. São Paulo: Érica, 2014.
BRESINSKY, A. et al. **Tratado de botânica de Strasburger** 36. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DESENHO GRÁFICO

Ementa: Representar e ter noções básicas dos principais traços do Desenho Técnico, como também estar afinado com as normas técnicas da ABNT. Tipos de papel. Manejo de objetos de desenho. Material de Desenho; Normas Técnicas; Linhas Técnicas; Caligrafia Técnica; Cortes e seções; Técnicas de Cotagem; Aplicação de Escalas; Desenho Arquitetônico: planta-baixa, situação, cobertura Desenho de Projetos e Instalações: rede de abastecimento de água, luz e esgoto.

Bibliografia Básica

SILVA, R.P.T. **Desenho técnico aplicado à engenharia**. São Paulo: Saraiva, 2021. [MB]
Muniz, C. **Desenho técnico**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015. **(6)**
Neizel, E. **Desenho técnico para construção civil**. São Paulo: EPU, 2015. 2v **(6)**

Bibliografia Complementar: [MB]

LEGGITT, J. **Desenho de arquitetura**: técnicas e atalhos que usam tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CURTIS, B. **Desenho de Observação**. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

YEE, R. **Desenho Arquitetônico**: Um Compêndio Visual de Tipos e Métodos. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016

LEAKE, J. M.; BORGERSON, J. L. **Manual de Desenho Técnico para Engenharia**: Desenho, Modelagem e Visualização. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SILVA, A. et al. **Desenho Técnico Moderno**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

Ementa: Teorias da criatividade e inovação na dinâmica do pensamento criativo e suas características individuais e influências sociais associado ao comportamento criativo com a finalidade de estimular a criatividade como modos de pensar velhos modelos e transformando carreiras no novo modelo globalizado.

Bibliografia Básica (MB)

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 7.ed. São Paulo: Empreende, 2018.

TIGRE, P. **Gestão da Inovação**: Uma Abordagem Estratégica, Organizacional e de Gestão de Conhecimento. São Paulo: Grupo GEN 2006

BIO, S. **Do Empreendedorismo ao “Empresadorismo”**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. (MB)

Bibliografia Complementar (MB)

DORNELAS, J. **Empreendedorismo Fazendo acontecer**: Livro do Aluno - v.1. São Paulo: Empreende, 2020.

HASHIMOTO, M.; BORGES, C. **Empreendedorismo**: Plano de negócios em 40 lições. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

TEIXEIRA, T.; LOPES, A.M. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2.ed. Barueri: Manole, 2020.

NELSEN, J.; EMSER, D. **Empoderar pessoas no ambiente de trabalho**: 52 estratégias baseadas nos princípios da disciplina positiva. 1. ed. São Paulo: Manole, 2020.

TAJRA, S.; RIBEIRO, J. **Inovação na prática**: design thinking e ferramentas aplicadas a startups. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO II

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no segundo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre a Zoologia Agrícola e/ou Desenhos gráficos, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

RUPPERT, E. E. **Zoologia dos Invertebrados**. 7.ed. São Paulo: Rocca, 2005.

(7)

SILVA, R.C. **Extensão Rural**. São Paulo: Érica, 2014. [MB]

Muniz, C. **Desenho técnico**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015. (6)

Bibliografia Complementar [MB]

LEGGITT, J. **Desenho de arquitetura**: técnicas e atalhos que usam tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CURTIS, B. **Desenho de Observação**. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

YEE, R. **Desenho Arquitetônico**: Um Compêndio Visual de Tipos e Métodos. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016

FRANSOZO, A. **Zoologia dos Invertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2016.

BRUSCA, R. C.; MOORE, W.; SHUSTER, S.M. **Invertebrados** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

3º PERÍODO

ÉTICA E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Ementa: Conceitos básicos de ética, moral e direito associado às noções de ética e filosofia na promoção da formação humanística na epistemologia contemporânea em questão do sentido da vida; voltada para as discussões das relações interpessoais do homem, a sociedade e o meio ambiente como objetos do conhecimento. Dentro deste contexto, se torna essencial a contextualização e articulação de temas, problemas e abordagens relacionados aos direitos humanos, multiculturalismo, sociedade internacional, identidade e relações étnico-raciais, proteção internacional dos direitos humanos e tribunais internacionais, que propiciarão um fortalecimento da base de conhecimento inerente ao desenvolvimento de uma formação ética e humanística sólida e permeável.

Bibliografia Básica (MB)

MINICUCCI, A. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (MB)

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar (MB)

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauro: Edipro, 2002.

OLIVEIRA, F. M.G. **Direitos humanos**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método: 2016.

LA TAILLE, Yves de **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAKAKI, F.F.S.; VIERO, G.M. **Direitos humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018

MONDAINI M. **Direitos Humanos**. São Paulo: Edições 70 2020.

TOPOGRAFIA

Ementa Conceitos e instrumentos aplicados na Altimetria. Nivelamento geométrico e trigonométrico. Traçados de curvas de níveis. Cálculo de volumes. Bacia de Contribuição e secções transversais. Conceitos de Modelagem Numérica de Terrenos - MNT. Introdução a Programas de Topografia. Introdução à Teoria dos Erros. Noções básicas de Fotogrametria Aérea e Digital. Uso do GNSS nos levantamentos topométricos. Conceitos básicos de Sistemas de Informações Geográficas - SIG. Noções básicas de Sensoriamento Remoto - SR.

Bibliografia Básica

MCCORMAC, J. **Topografia**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. **(6)**

DAIBERT, J. D. **Topografia: técnicas e práticas de campo** 2. ed. São Paulo: Érica, 2014. **(4)** [MB]

ALBERTIN, R.M. et al. **Geografia física do Brasil**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos de topografia**: edição especial. Porto Alegre: SAGAH, 2016.

STEIN, R.T. et al. **Cartografia digital e sensoriamento remoto** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

SAVIETTO, R. **Topografia aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

CORREA, P.M. et al. **Topografia e geoprocessamento**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BORGES, A. C. **Topografia**. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.

BIOLOGIA CELULAR AGRÍCOLA

Ementa Divisão celular. Cromossomos. Núcleo celular. Composição química da célula. Ácidos nucleicos. Organelas celulares. Membranologia: envoltórios celulares. Classificação dos seres vivos de acordo com o tipo celular.

Bibliografia Básica

JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. **(6)**

DE ROBERTIS, E.M.F.; HIB, J. **De Robertis, bases da biologia celular e molecular**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. **(13)**

LODISH, Harvey, et al. **Biologia Celular e Molecular**. 7.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014. [MB].

Bibliografia Complementar [MB]

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Celula**, 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança dos Alimentos**. 2.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.

WATSON, J. D. et al. **Biologia molecular do gene**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

REVIERS, B. **Biologia e Filogenia das Algas**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

ZAHA, A.; FERREIRA, H. B.; PASSAGLIA, L.P. **Biologia Molecular Básica**. 5.ed. Porto alegre: ArtMed, 2014.

BIOESTATÍSTICA AGRÍCOLA

Ementa Planejamento do experimento e interferências a respeito de uma determinada característica deste experimento: delineamento amostral; tabulação e gráficos; medidas de tendência central e medidas de dispersão; conceitos de probabilidade, comparação de médias e análise bivariada (tabelas de contingência e regressão linear), incluindo conceitos de testes de hipóteses. DBC E DIC.

Bibliografia Básica

Beiguelman, B. **Curso prático de bioestatística**.5.ed São Paulo: Fundação de pesquisas científicas de Ribeirão Preto,2002. **(5)**

VIEIRA, S. **Introdução a bioestatística**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 **(6)**

PARENTI, T.; SILVA, J.S.F.; SILVEIRA, J. **Bioestatística** Porto Alegre: SAGAH, 2017. [MB].

Bibliografia Complementar [MB]

ARANGO, H. G. **Bioestatística**: Teórica e Computacional. 3.ed.. Guanabara Koogan, 2009.

MONTGOMERY, D. C.; RUNGER, G. C.; HUBELE, N.F. **Estatística Aplicada à Engenharia** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

NOVAES, D. V.; COUTINHO, C. Q.S. **Estatística para educação profissional e tecnológica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ROSNER, B. **Fundamentos de bioestatística**. 8.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística**: Princípios e aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO III

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no segundo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Topografia, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessa disciplina à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica [MB]

SILVA, R.C. **Extensão Rural**. São Paulo: Érica, 2014.

STEIN, R.T. et al. **Cartografia digital e sensoriamento remoto** Porto Alegre: SAGAH, 2020

ALBERTIN, R.M. et al. **Geografia física do Brasil**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

Bibliografia Complementar [MB]

TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos de topografia**: edição especial Porto Alegre: SAGAH, 2016.

DAIBERT, J. D. **Topografia**: técnicas e práticas de campo 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

STEIN, R.T. et al. **Cartografia digital e sensoriamento remoto** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

CORREA, P.M. et al. **Topografia e geoprocessamento**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BORGES, A. C. **Topografia**. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.

4º PERÍODO

CONSTRUÇÕES RURAIS

Ementa: Roteiro contendo os itens fundamentais na elaboração de um projeto arquitetônico. Descrição, propriedades e usos dos materiais de construção de utilização mais comum no meio rural. Estudo de técnicas construtivas abrangendo fundações, estruturas de alvenaria e de concreto e telhados. Dimensionamento de instalações hidráulicas e sanitárias para as construções rurais. Fundamentos e dimensionamentos expedido de instalações elétricas de baixa tensão para as diversas aplicações na propriedade agrícola. A energia elétrica no âmbito do desenvolvimento sustentável; Conceitos básicos de energia e eletricidade voltados às instalações elétricas; Fornecimento de energia elétrica: geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Bibliografia Básica:

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções v.1**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009. [MB]

CREDER, H. **Instalações elétricas**. 15.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. (6)

GALINATTI, A. C. M. et al. **Projetos de paisagismo e de construções rurais**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções v.2**. 6. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

THOMAS, M., ADORNA, D. L., SCHMITZ, R. J. **Construções especiais**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

YUDELSON, J. **Projeto integrado e construções sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2013

ROBBA, E. J. et al. **Introdução a sistemas elétricos de potência**: componentes simétricas. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2000.

ABITANTE, A. L. **Materiais de construção**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

GEOPROCESSAMENTO

Ementa: O Conjunto das Geotecnologias. Introdução ao Geoprocessamento. Característica dos SIGs. Dados Espaciais. Fontes de Dados. Bases digitais na Internet. Atlas digitais. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Topologia. Aquisição e Manipulação de Dados. Geocodificação. Gerenciamento de Dados. Integração de Dados. Consulta e Análise Espacial. Mapeamento por Computador. Sistemas aplicativos. Sistemas Gratuitos. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Princípios Físicos. Espectro Eletromagnético. Plataformas e Sensores. Sistemas sensores mais usuais no Brasil. Aquisição de Imagens. Análise Visual de Imagens. Processamento Digital de Imagens. Tipos de GPS e sua Aplicação. Uso da Geomática na sala de aula. Aplicações meteorológicas, oceanográficas, urbanas e ambientais. Estudos de Caso. Atividades Práticas. Trabalho de Campo Curricular. Prática Laboratorial.

Bibliografia Básica:

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática** 4.ed.São Paulo: Contexto ,2008. (9)

FLORENZANO, T.G. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 3 ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2011. (8)

STEIN, R.T. et al. **Geoprocessamento** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

TROMBETA, L.R. et al. **Geoprocessamento** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

IBRAHIN, F. I. D. **Introdução ao geoprocessamento ambiental**. São Paulo: Érica, 2014.

TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos de geodésia e cartografia**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CORREA, P.M. et al. **Topografia e geoprocessamento**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

FITZ, P.R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina do Texto, 2008. (4ex)

MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA

Ementa Introdução; Importância; Classificação dos Microrganismos, Grupos de Microrganismos; Bactérias: Nutrição, reprodução, metabolismo, genética; Vírus; Fungos: Classificação, modo de vida e reprodução, características das principais divisões; Algas e Protozoários. Controle Agrícola; Tipos de Fungicidas e Bactericidas, Controle biológico e produção ON FARM.

Bibliografia Básica

BLACK, J. G.; BLACK, L. J. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. [MB].

TRABULSI, L.R. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. **(11)**

TORTORA, G. J. **Microbiologia**. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. **(8)**

Bibliografia Complementar [MB]

SALVATIERRA, C.M. **Microbiologia**: Aspectos Morfológicos, Bioquímicos e Metodológicos. São Paulo: Érica, 2014.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança dos Alimentos**. 2.ed. Porto Alegre: ArtMed 2013.

HOFLING, J. F.; GONÇALVES, R. B. **Microscopia de luz em microbiologia**: morfologia bacteriana e fúngica. Porto Alegre: ArtMed, 2008

MADIGAN, M. T. et al. **Microbiologia de Brock**. 14.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

BALARDIN, R.S. et al. **Mancozebe**: muito além de um fungicida. Porto Alegre: Bookman, 2017

QUÍMICA ORGÂNICA, INORGÂNICA E ANALÍTICA

Ementa: Funções Inorgânicas; Equilíbrio de dissociação: ácidos e bases; Funções orgânicas. Hidrocarbonetos. Compostos e funções oxigenadas. Funções sulfuradas. Compostos e funções nitrogenadas. Compostos organometálicos. Funções mistas. Mecanismos de Reações Orgânicas; Isomeria plana, espacial e óptica; Grande grupo de inseticida; Processos Químicos Espontâneos. Polímeros; Introdução à Química Analítica e análise qualitativa de

cátions e ânions mais comuns; Equilíbrio iônico; pH e solução-tampão; íons complexos; Técnicas em laboratório e algumas experiências envolvendo propriedades orgânicas e análises químicas.

Bibliografia Básica:

SILVA, R. B.; COELHO, F.L. **Fundamentos de química orgânica e inorgânica** Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB]

SKOOG, D. A. et al. **Fundamentos de Química Analítica**. 9.ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015 (6)

VOLLHARDT, K.P.C. **Química orgânica**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. (34)

.

Bibliografia Complementar: [MB]

SILVERSTEIN, R. M.; et al. **Identificação Espectrométrica de Compostos Orgânicos** 8. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2019.

SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C.B.; SNYDER, S.A. **Química orgânica**. 12.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. 2v

DIAS, S. L. P.; et al. **Química Analítica**. Porto Alegre: Bookman 2016.

ROSA, G.; GAUTO, M.; GONÇALVES, F. **Química Analítica: Práticas de Laboratório** Porto Alegre: Bookman, 2013

RAYNER-CANHAM, G.; OVERTON, T. **Química Inorgânica Descritiva**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO IV

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no segundo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre a Construções Rurais e/ou Microbiologia Agrícola, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

PIRES, E.M. Controle biológico: estudos, aplicações e métodos de criação de predadores asopíneos no Brasil. Viçosa: UFV, 2016 **(6)**

TRABULSI, L.R. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. **(11)**

GALINATTI, A. C. M. et al. **Projetos de paisagismo e de construções rurais**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções v 1**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009.

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções v.2**. 6. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

YUDELSON, J. **Projeto integrado e construções sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SILVA, R.C. **Extensão Rural**. São Paulo: Érica, 2014.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança dos Alimentos**. 2.ed. Porto Alegre: ArtMed 2013.

5º PERÍODO

GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS

Ementa: Conceitos de gênese dos solos; Classificação das rochas; Minerais primários; Fatores de formação do solo; Processos físico, químicos e biológicos de formação do solo; Morfologia de solos; Principais sistemas de classificação de solos, Soil taxonomy e SiBCS; Pedogênese de: Latossolos, Plintossolos, Nitossolos, Argissolos, Luvissolos, Planossolos, Cambissolos, Neossolos, Gleissolos, Organossolos, Espodossolos, Chernossolos, Vertissolos. Caráter coeso, Duripan, Fragipan, Horizontes cálcicos e solos salinos.

Bibliografia Básica

PELINSON, N. S. et al. **Morfologia e gênese do solo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. **(7)**

Botelho, R. G. M.(org); GUERRA, A.J.T. **Erosão e conservação dos solos conceitos, temas e aplicações**. 2.ed.São Paulo: Bertrand Brasil,2005. **(8)**

Bibliografia Complementar [MB]

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SANTOS, P. R. C.; DAIBERT, J. D. **Análise dos solos**: formação, classificação e conservação do meio ambiente. São Paulo: Érica, 2014.

FINKLER, R. et al. **Ciências do solo e fertilidade** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

POPP, J.H. **Geologia geral**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

SANTOS NETO, P. M. **Mecânica dos solos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

BIOQUÍMICA

Ementa: Estudo dos componentes moleculares das células; energética bioquímica; aminoácidos, proteínas, enzimas, coenzimas, vitaminas, carboidratos, lipídios, ácidos nucleicos e compostos nitrogenados não proteicos; metabolismo proteico; hormônios. Bioquímica dos Ácidos nucleicos.

Bibliografia Básica:

BERG, J.M.; TYMOCZKO, J.L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 [MB].

VOET, D.; Pratt, Charlotte W. **Fundamentos de bioquímica**. São Paulo: Artmed,2002. **(9)**

MARZZOCO, A; TORRES, B. B. **Bioquímica Básica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007 **(8)**

Bibliografia Complementar: [MB].

RODWELL, V.W. et al. **Bioquímica Ilustrada de Harper** (Lange). 31.ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 7.ed. Porto Alegre: Arrtmed, 2019.

FERRIER, D. R. **Bioquímica Ilustrada**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CAMPBELL, M. K.; FARREL, S.O. **Bioquímica** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SOUZA, D. G.; BRAGHIROLI, D.I.; SCHNEIDER, A.P.H. **Bioquímica aplicada** Porto Alegre: SAGAH, 2018

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO RURAL

Ementa: Características da administração rural. Técnicas de administração e gerência. Níveis e tipos de planejamento. Elaboração e avaliação de projetos. Gestão da qualidade. Ferramentas de gestão.

Bibliografia Básica: [MB]

CARDOSO, H. M. C. **Guia da gestão rural:** gestão da informação, econômico-financeira e tributária ao seu alcance 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

COSTA, A. J. D. **Agricultura Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar: [MB]

LANDIVA, T.H. **Gestão da qualidade total**. São Paulo: Saraiva, 2021

MARION, J. **Contabilidade Rural:** Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REIS, Marcus **Crédito rural:** teoria e prática 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ZDANOWICZ, José Eduardo **Gestão financeira para cooperativas:** enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014

ZOOLOGIA AGRÍCOLA

Ementa: Morfologia, sistemática, diversidade, relações com o ambiente e biologia geral dos táxons dos Protozoários, Platelminhos, Aschelminhos,

Anelídeos, Artrópodes, Moluscos e Cordados (peixes cartilaginosos, peixes ósseos, anfíbios, répteis, aves e mamíferos).

Bibliografia Básica:

HICKMAN, C. P. et al. **Princípios Integrados de Zoologia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. [MB]

RUPPERT, E. E. **Zoologia dos Invertebrados**. 7.ed. São Paulo: Rocca, 2005 (7)

STORER, T. R. USINGER; R. S.; J.W.NIBAKKEN. **Zoologia Geral**. 6.ed. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 2003. (7)

Bibliografia Complementar: [MB]

MOURA, A. S.; SANTOS, T.R.S.; SILVEIRA, F.M. **Zoologia e entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2019

FRANSOZO, A. **Zoologia dos Invertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2016.

BRUSCA, R. C.; MOORE, W.; SHUSTER, S.M. **Invertebrados** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

PECHENIK, J.A. **Biologia dos invertebrados**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BENEDITO, E. (org). **Biologia e ecologia de vertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2017

HIDRÁULICA

Ementa: Conceitos Básicos. Hidrostática. Hidrodinâmica. Orifícios, bocais e tubos curtos. Escoamento em condutos forçados. Estações elevatórias. Golpe de aríete. Condutos livres. Hidrometria.

Bibliografia Básica: [MB]

ESPARTEL, L. **Hidráulica Aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

AZEVEDO NETO, J. M.; ARAUJO, R. **Manual de hidráulica**. 9. ed. São Paulo: Blücher, 2015.

COUTO, L.M. **Hidráulica na prática**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

Bibliografia Complementar: [MB]

GRIBBIN, J.E. **Introdução a hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

MUNSON, B. R.; OKIISHI, T. H.; YOUNG, D. F. **Fundamentos da mecânica dos fluidos**. 4. ed. São Paulo: Blücher, 2004.

VICENTE, L. C., et al. **Hidráulica, irrigação e drenagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

COELHO, J.C. **Energia e Fluidos: Mecânica dos fluidos**. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2016.

GODOI, P. J. P. M.; ASSUNÇÃO, G. S. C. **Mecânica dos fluidos** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO V

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no segundo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre a Gênese e Morfologia dos Solos e/ou Meteorologia Agrícola, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. (7)

LEINZ, V.; AMARAL, S. E. **Geologia geral**. 14.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 (10)

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações**. 4.ed. Barueri: Manole, 2022. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CAPUTO, H. P.; CAPUTO, A. N.; RODRIGUES, J. M. A. **Mecânica dos solos e suas aplicações volume 1: fundamentos**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SANTOS, P. R. C.; DAIBERT, J. D. **Análise dos solos**: formação, classificação e conservação do meio ambiente. São Paulo: Érica, 2014.

KNAPPETT, J. A., CRAIG, R.F. **Craig, mecânica dos solos**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

POPP, J.H. **Geologia geral**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

6º PERÍODO

ARMAZENAMENTO DE GRÃOS

Ementa: Introdução ao armazenamento; Características das unidades armazenadoras; Fluxograma e transportadores de grãos; Ecossistema da armazenagem; Propriedades físicas dos grãos e processos físicos e bioquímicos que ocorrem na massa de grãos; Água no grão; Psicrometria; Secagem de grãos; Aeração de grãos; Manejo integrado de pragas e doença; Prevenção de acidentes.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, C. R. **Produção e tecnologia de sementes**. Porto Alegre: Sagah, 2021. [MB].

GOIS, E.H.B. et al. **Agricultura especial**. Porto Alegre: Sagah, 2022. [MB].

FORNASIERI FILHO, D. **Manual da Cultura do Milho**. Jaboticabal: Funep, 2007. (3)

Bibliografia Complementar:

FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J. L. **Manual da Cultura do Sorgo**. Jaboticabal: Funep, 2009. (2)

KOBLITZ, M. G. B. **Matérias-primas alimentícias**: composição e controle de qualidade. Rio de Janeiro: Koogan 2014. [MB]

OLIVEIRA, M.; AMATO, G. W. **Arroz**: Tecnologia, processos e usos, São Paulo: Blucher, 2021. (2)

MOURA, A.S. et al. **Entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

PAOLESCHI, B. **Estoques e armazenagem** São Paulo: Érica, 2014. [MB]

METEOROLOGIA AGRÍCOLA

Ementa: Tempo e clima aplicados ao setor agrícola. Estudo dos elementos meteorológicos e de suas relações com os processos biofísicos das plantas e a incidência de pragas e doenças. Evapotranspiração de ecossistemas agrícolas e naturais. Balanço hídrico. Instrumentação de medição de variáveis agrometeorológicas e micrometeorológicas. Ambiente agrometeorológico dos cultivos. Aplicação de técnicas agrometeorológicas para melhorias do sistema de produção

Bibliografia Básica:

ALVARENGA, A.A.; AZEVEDO, L.L.C.; MORAES, M.E.O. **Agrometeorologia:** princípios, funcionalidades e instrumentos de medição. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

SOARES, R.V.; BATISTA, A.C.; TETTO, A.F. **Meteorologia e climatologia florestal.** Curitiba: UFPR/Os Autores, 2015. (3)

CARNEVSKIS, E.L.; FELLET, L. **Agrometeorologia e climatologia.** Porto Alegre: SAGAH, 2018 [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

MACHADO, V. S. **Princípios de climatologia e hidrologia** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

CHRISTOPHERSON, R. W.; BIRKELAND, G.H. **Geossistemas:** uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

SILVA, L.P. **Hidrologia:** engenharia e meio ambiente Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BARRY, R. G.; CHORLEY, R.J. **Atmosfera, tempo e clima** 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TORRES, F. T. P.; MACHADO, P.J.O. **Introdução a climatologia** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ECOLOGIA

Ementa Introdução à Ciência ecológica; Princípios e conceitos de ecologia; Características de ecossistemas; Sucessão ecológica e regeneração; Vegetação primária, secundária e plantas cultivadas; Ecofisiologia de plantas cultivadas e Efeitos ecológicos da tecnologia agrícola.

Bibliografia Básica

ODUM, E. P.; BARRET, G.W. **Fundamentos de ecologia** 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. [MB]

COX, C.B.; MOORE, Peter D. **Biogeografia uma abordagem ecologia e evolucionária**. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. (8)

REIS, A.C. et al. **Ecologia e análises ambientais** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

CAIN, M.L.; BOWMAN, W.D.; HACKER, S.D. **Ecologia** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

BARBOSA, R. P.; VIANA, V.J. **Recursos naturais e biodiversidade: prevenção e conservação dos ecossistemas** São Paulo: Érica, 2014.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M^a C. F. (edit). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. **Ecologia de Indivíduos a Ecossistemas**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COELHO, Ricardo Motta Pinto. **Fundamentos em Ecologia**. São Paulo: Artmed, 2002. (6)

ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA I

Ementa: Morfologia externa de insetos; Coleções entomológicas; Taxonomia de insetos; Anatomia Interna e fisiologia de insetos; Biologia, ecologia e comportamento de insetos.

Bibliografia Básica

GULLAN, P.J. **Insetos: Fundamentos da entomologia**. 5ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017. (5)

CANTARELLI, E.B.; COSTA, E.C. (orgs). **Entomologia florestal aplicada**. Santa Maria: UFSM, 2014. (3)

MOURA, A.S. et al. **Entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

MOURA, A.S.; SANTOS, T.R.; SILVEIRA, F.M. **Zoologia e entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

TRIPLEHORN, C.A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos Insetos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

FRAGA, D.R.; SILVA, J.A.G.(orgs). **Tópicos sobre o uso e legislação de insumos e receituário agrônomo no Rio Grande do Sul**: a busca de sustentabilidade e qualidade dos processos. Ijuí: Unijuí, 2019.

FONSECA, E.M. S.; ARAUJO, R. **Fitossanidade**: Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças e Pragas. São Paulo: Érica, 2015.

KLAASSEN, C. D.; WATKINS III, J. B. **Fundamentos em Toxicologia de Casarett e Doull**. 2.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

GENÉTICA AGRÍCOLA

Ementa Genética e sua importância. Bases citológicas da hereditariedade. Mendelismo e análises de sua extensão. Ligação e permuta gênica. Herança relacionada ao sexo. Mutação. Herança extra-cromossômica. Alterações cromossômicas estruturais e numéricas e seu significado biológico. Genética de populações. Genética quantitativa. Dogma Central da Biologia Molecular. DNA Recombinante. Genética Molecular e suas aplicações.

Bibliografia Básica:

MANSOUR, E. R. M.; TREVISAN, G.L.; DAGNINO, A.P.A. **Genética** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

WATSON, J. et al. **Biologia molecular do gene**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. (5)

GRIFFITHS, A. J.F. et al **Introdução à Genética**. 12.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

PIERCE, B. A. **Genética: Um Enfoque Conceitual**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. **Fundamentos de Genética**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017

HARTL, D. L.; CLARK, A. G. **Princípios de Genética de Populações**. 4.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

PIMENTA, C. A. M.; LIMA, J.M. **Genética aplicada à biotecnologia** São Paulo: Érica, 2015.

KLUG, W. S. et al. **Conceitos de Genética**. 9.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

FORRAGICULTURA

Ementa: Fotossíntese e respiração em plantas forrageiras. Potencial do animal e da pastagem. Conservação de forragens. Adubação de forrageiras. Leguminosas: aspectos bioquímicos e fisiológicos da nodulação e fixação do nitrogênio molecular. Plantas invasoras de pastagens. Controle químico de plantas invasoras. Nutrição de Monogástricos e Ruminantes a pasto.

Bibliografia Básica:

CONGIO, G.F. S.; MESCHIATTI, M.A.P. **Forragicultura**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. [MB].

SILVA, S. **Plantas forrageiras de A a Z**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014. **(3)**

VILELA, H. **Pastagem: seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010. **(3)**

Bibliografia Complementar:

CASTRO, F. S.; VASCONCELOS, P.R. **Zootecnia e produção de ruminantes e não ruminantes** Porto Alegre: SAGAH, 2019 [MB]

REICHARDT, K.; TIMM, L.C. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações** 4. ed. Barueri: Manole, 2022. [MB]

FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. **Plantas forrageiras**. 2.ed. Viçosa: UFV, 2022. **(2)**

DONATO, S.L.R.; BORÉM, A.; RODRIGUES, M.G.V. **Palma forrageira do plantio à colheita**. Viçosa: UFV/EPAMIG, 2020. (2)

SILVA, J. C. P. M. **Manejo de vacas leiteiras a pasto**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. (2)

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VI

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no sexto semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Ecologia e/ou Botânica, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

SILVA, R.C. **Extensão Rural**. São Paulo: Érica, 2014. [MB]

COX, C.B.; MOORE, Peter D. **Biogeografia uma abordagem ecologia e evolucionária**. 7.ed.Rio de Janeiro: LTC,2009. (8)

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementar [MB]

ODUM, E. P.; BARRET, G.W. **Fundamentos de ecologia**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

CAIN, M.L.; BOWMAN, W.D.; HACKER, S.D. **Ecologia** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

BARBOSA, R. P.; VIANA, V.J. **Recursos naturais e biodiversidade: prevenção e conservação dos ecossistemas** São Paulo: Érica, 2014.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M^a C. F. (edit). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014

BRESINSKY, A. et al. **Tratado de botânica de Strasburger**. 36. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

7º PERÍODO

MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA AVANÇADA

Ementa Introdução; Importância; Classificação dos Microrganismos, Grupos de Microrganismos; Bactérias: Nutrição, reprodução, metabolismo, genética; Vírus; Fungos: Classificação, modo de vida e reprodução, características das principais divisões; Algas e Protozoários. Controle Agrícola; Tipos de Fungicidas e Bactericidas, Controle biológico e produção ON FARM.

Bibliografia Básica

BLACK, J. G.; BLACK, L. J. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. [MB].

TRABULSI, L.R. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. **(11)**

TORTORA, G. J. **Microbiologia**. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. **(8)**

Bibliografia Complementar [MB]

SALVATIERRA, C.M. **Microbiologia**: Aspectos Morfológicos, Bioquímicos e Metodológicos. São Paulo: Érica, 2014.

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança dos Alimentos**. 2.ed. Porto Alegre: ArtMed 2013.

HOFLING, J. F.; GONÇALVES, R. B. **Microscopia de luz em microbiologia**: morfologia bacteriana e fúngica. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

RIBEIRO, B.D. et al (orgs) **Microbiologia industrial vol 2**: alimentos Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

ALVES, S. B.; BIAGGIONI, R. L. **Controle microbiano de pragas na América Latina**: avanços e desafios. Piracicaba: Fealq, 2008. (2ex)

MELHORAMENTO GENÉTICO

Ementa: Melhoramento de plantas: conceito, importância e objetivos. Variabilidade genética. Sistemas reprodutivos das plantas superiores e sua relação com os métodos de melhoramento. Estrutura genotípica das plantas autógamas e alógamas. Plantas de reprodução assexuada. Herança quantitativa

e qualitativa. Tipos de ação gênica. Poliploidia. Interação genótipos por ambientes. Métodos de melhoramento das plantas autógamas. Métodos de melhoramento das plantas alógamas. Endogamia e Heterose. Produção de híbridos. Melhoramento clássico e a biotecnologia. Biotecnologia: Tecnologia do DNA recombinante. Biotecnologias, Industrial, Médica, Agrícola, Ambiental. Biotecnologia, Sociedade e Aspectos Éticos

Bibliografia Básica:

DALMOLIN, D. A.; MANSOUR, E.R.M.; SANTANA, N.S. **Melhoramento de plantas**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. (MB)

BORÉM, A.; MIRANDA, G.V.; FRITSCH NETO, R. **Melhoramento de plantas**. 8.ed. Viçosa: UFV 2021 **(3)**

BORÉM, A.; FRITSCH NETO, R. (edits). **Biotecnologia aplicada ao melhoramento de plantas**. Viçosa: UFV, 2013. **(3)**

Bibliografia Complementar: [MB]

BECKER, R. O.; BARBOSA, B.L.F. **Genética básica** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

VILLAGRA, B. L. P.; RISTOW, R.; IBRAHIM, F.I.D. **Reconhecimento e seleção de plantas**: processos, morfologia, coleta e ciclo de vida São Paulo: Érica, 2014

PIMENTA, C. A. M.; LIMA, J.M. **Genética aplicada à biotecnologia** São Paulo: Érica, 2015.

ZAVALHIA, L. S.; MARSON, C.I.M.; RANGEL, J.O. **Biotecnologia** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

AQUARONE, E. et al (coords). **Biotecnologia industrial**: biotecnologia na produção de alimentos. São Paulo: Blucher, 2001.

ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA II

Ementa: Insetos de interesse econômico; Introdução ao Manejo de insetos Praga; Controle legislativo, por resistência, físico e cultural; Controle de pragas por comportamento e por autocídio; Controle biológico de pragas; Controle químico de pragas; Toxicologia de inseticidas; Manejo da resistência de insetos

à inseticidas; Manejo Integrado de Pragas; Pragas das Principais Culturas: Milho e sorgo, soja e feijão, café, algodão, cana-de-açúcar; Insetos úteis.

Bibliografia Básica

GULLAN, P.J. **Insetos**: Fundamentos da entomologia. 5ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017. (5)

CANTARELLI, E.B.; COSTA, E.C. (orgs). **Entomologia florestal aplicada**. Santa Maria: UFSM, 2014. (3)

MOURA, A.S. et al. **Entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

MOURA, A.S.; SANTOS, T.R.; SILVEIRA, F.M. **Zoologia e entomologia agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

TRIPLEHORN, C.A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos Insetos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

FRAGA, D.R.; SILVA, J.A.G.(orgs). **Tópicos sobre o uso e legislação de insumos e receituário agrônomo no Rio Grande do Sul**: a busca de sustentabilidade e qualidade dos processos. Ijuí: Unijuí, 2019.

FONSECA, E.M. S.; ARAUJO, R. **Fitossanidade**: Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças e Pragas. São Paulo: Érica, 2015.

KLAASSEN, C. D.; WATKINS III, J. B. **Fundamentos em Toxicologia de Casarett e Doull**. 2.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SILVICULTURA

Ementa: Introdução à Silvicultura; Coleta, beneficiamento e tratamentos de sementes florestais; Viveiros de produção de mudas florestais; Identificação e características de espécies florestais nativas e exóticas; Exploração comercial de florestas naturais e artificiais; Implantação de florestas para fins comercial (plantios homogêneos, florestamentos e reflorestamentos); manejo florestal; produção de matérias primas de origem florestal; preservação da madeira; dendrologia; dendrometria; inventário florestal; sistemas agroflorestais.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, I.S.; OLIVEIRA, I.M.; ALVES, K.S. **Silvicultura**: Conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R.L. **Silvicultura clonal**. 3.ed. Viçosa, UFV, 2021 **(3)**

MORAN, E.F.; OSTROM, E. (orgs) **Ecosistemas florestais**: interação homem-ambiente. São Paulo: Senac / Edusp, 2009. **(2)**

Bibliografia Complementar:

SILVA, R.C. **Mecanização florestal**: da fundamentação dos elementos do solo a operação de máquinas e equipamentos. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

SCHUMACHER; M.V.; Vieira, M. **Silvicultura do eucalipto no Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2015. **(2)**

PINHEIRO, A.L. et al. **Ecologia, Silvicultura e Tecnologia de Utilização dos Mogno-Africanos (Khaya spp.)** Viçosa: UFV, 2011 **(2)**

ARAÚJO, M.M.; NAVROSKI, M.C.; SCHORN, L.A. (orgs). **Produção de Sementes e Muda**: um enfoque à silvicultura. Santa Maria: UFSM, 2018 **(2)**

COELHO, G.C. **Sistemas agroflorestais**. São Paulo: Rima, 2012 **(2)**

HIDROLOGIA, RECURSOS HÍDRICOS E MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS

Ementa: Ciclo hidrológico; Bacias hidrográficas; Balanço Hídrico; Gerenciamento e monitoramento de recursos hídricos; Outorga e Cobrança de Recursos Hídricos; Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos; Águas subterrâneas; Qualidade do solo e do ambiente, e a sustentabilidade; Degradação do solo e recuperação de áreas degradadas; Prevenção de erosão; Classificação de Capacidade de Uso das Terras Agrícolas; Conservação do solo em diferentes sistemas de cultivo; Rotação de culturas e plantas de cobertura; Manejo de fertilidade do solo em sistemas conservacionistas; Manejo de solos de várzea; Plantio Direto.

Bibliografia Básica

PINTO-COELHO, R. M., HAVENS, K. **Gestão de Recursos Hídricos em Tempos de Crise**. Porto Alegre: ArtMed, 2016. [MB]

GRIBBIN, J. E. **Introdução a Hidráulica, Hidrologia e Gestão de Águas Pluviais**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2013. [MB]

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. **(7)**

Bibliografia Complementar [MB]

MÜLLER, F.C. et al. **Uso, manejo e conservação do solo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

REIS, A. C. **Manejo de solo e plantas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SILVA, L.P. **Hidrologia: engenharia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

BITTENCOURT, C., PAULA, M. A. S. de. **Tratamento de Água e Efluentes: Fundamentos de Saneamento Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos**. São Paulo: Érica, 2014.

SILVA, R.C. **Mecanização e manejo do solo**. São Paulo: Érica, 2014.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VII

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no sétimo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Entomologia Agrícola, Microbiologia Agrícola Avançada e/ou Melhoramento Genético, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

DALMOLIN, D. A.; MANSOUR, E.R.M.; SANTANA, N.S. **Melhoramento de plantas**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. (MB)

GULLAN, P.J. **Insetos: Fundamentos da entomologia**. 5ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017. (5)

TRABULSI, L.R. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. **(11)**

Bibliografia Complementar (MB)

FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança dos Alimentos**. 2.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2013.

LACERDA L. **Jardim de polinizadores**. São Paulo: Blucher, 2022.

BARBOSA, R. P.; VIANA, V.J. **Recursos naturais e biodiversidade**: prevenção e conservação dos ecossistemas São Paulo: Érica, 2014.

COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. **Apicultura: Manejo e produtos**. 3.ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006 **(2)**

KINGHORN, B; VAN DER WERF, J.; RYAN, M. **Melhoramento animal**: uso de novas tecnologias. Piracicaba: Fealq, 2016. **(2)**

8º PERÍODO

AGRICULTURA I

Ementa Estudos sobre histórico, origem, distribuição geográfica, importância econômica, classificação, descrição botânica, exigências climáticas e de solos, métodos culturais, variedades, colheita, beneficiamento, armazenamento e comercialização das seguintes culturas: milho e sorgo; soja e feijão; algodão; café.

Bibliografia Básica

FORNASIERI FILHO, D. **Manual da Cultura do Milho**. Jaboticabal: Funep, 2007. **(3)**

CARVALHO, G. R. et al. **Cafeicultura do Cerrado**. Belo Horizonte: Epamig, 2021. **(3)**

TAGLIAPIETRA, E. L. et al. **Ecofisiologia da soja visando altas produtividades**. 2. ed. Santa Maria: UFSM / Field Crops, 2022. **(3)**

Bibliografia Complementar

FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J. L. **Manual da Cultura do Sorgo**. Jaboticabal: Funep, 2009. **(2)**

NOGUEIRA, J. G. A.; NEVES, M. F. **Estratégias para a Cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2015. [MB].

GOIS, E.H.B. et al. **Agricultura especial**. Porto Alegre: Sagra, 2022. [MB].

STEIN, R.; COSCOLIN, R.B.S. **Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade** Porto Alegre: SAGAH, 2019. [MB].

CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. **Feijão: do plantio à colheita**. Viçosa: UFV, 2015. (4)

FISIOLOGIA VEGETAL

Ementa: Embriogênese. Fisiologia da Germinação e Dormência. Respiração. A dinâmica da Água no Solo-PlantaAtmosfera. Processos de absorção e condução de água pela célula e pela planta. Balanço Hídrico das plantas. Absorção Iônica. Nutrientes Essenciais. Fotossíntese. Translocação de Íons e Solutos Orgânicos. Assimilação de Nitrogênio. Fisiologia do Florescimento. Controle Hormonal do Crescimento, desenvolvimento e morfogênese vegetal. Análise Quantitativa do Crescimento.

Bibliografia Básica:

EVERT, R. F.; EICHHORN, S. **Raven Biologia vegetal** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. [MB]

TAIZ, L. et al. **Fundamentos de fisiologia vegetal**. Porto Alegre: Artmed, 2021 (3)

NOGUEIRA, M.B. et al. **Fisiologia vegetal**. Porto Alegre: SAGAH, 2020 [MB]

Bibliografia Complementar [MB]

CEOLA, G.; STEIN, R.T. **Botânica sistemática**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

STEIN, R.T. et al. **Morfologia vegetal** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

SCHWAMBACH, C.; CARDOSO SOBRINHO, G. **Fisiologia vegetal: introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza**. São Paulo: Érica, 2014.

BRESINSKY, A. et al. **Tratado de botânica de Strasburger** 36. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

FITOPATOLOGIA GERAL

Ementa: Introdução, conceitos e histórico da Fitopatologia; sintomatologia e diagnose; relações patógeno hospedeiro; fungos, stramenopile, bactérias, nematóides, vírus e outros agentes como causadores de doenças de plantas; grupos de doenças, epidemiologia; princípios de controle de doenças de plantas; controle biológico, químico, físico, genético e cultural de doenças de plantas. Controle integrado.

Bibliografia Básica:

DALMOLIM, D.A. et al. **Fitopatologia** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]
AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIM FILHO, A. **Manual de Fitopatologia: Princípios e Conceitos**: v. 1, 5. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2018. **(3)**
AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIM FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. **Manual de Fitopatologia: Doenças das Plantas Cultivadas**: v. 2, 5. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2016. **(3)**

Bibliografia Complementar

FONSECA, E.M.S.; ARAUJO, R. **Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas**. São Paulo: Érica, 2015. [MB]
MIZUBUTI, E. S. G.; MAFFIA, L.A. **Introdução à Fitopatologia**. Viçosa: UFV, 2007 **(2)**
LOVATTO, P. B. **Fitoprotetores Botânicos: União de Saberes e Tecnologias para Transição Agroecológica**. Curitiba: Appris, 2020 **(2)**
MEDEIROS, R.B. et al. **Virologia Vegetal**. Brasília: UnB, 2015 **(4)**
ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W.C.; RODRIGUES, F.A. **O Essencial da Fitopatologia: Epidemiologia de Doenças de Plantas**. São Carlos: Suprema, 2014. **(2)**

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Ementa: Introdução às máquinas agrícolas; Segurança na Utilização de Máquinas Agrícolas; Combustíveis e lubrificantes; Motores de uso agrícola; Tratores agrícolas; Máquinas para preparo do solo; Máquinas para semeadura e adubação; Máquinas para tratamentos culturais; Máquinas para colheita; Introdução a Mecanização Agrícola; Dimensionamento e Logística da frota de máquinas e implementos agrícolas; Controle Operacional e Custos de máquinas agrícolas.

Bibliografia Básica:

SILVA, R.C. **Mecanização florestal:** da fundamentação dos elementos do solo a operação de máquinas e equipamentos. São Paulo: Érica, 2015. [MB]
SILVA, R.C. **Máquinas e equipamentos agrícolas.** São Paulo: Érica, 2014 **(3)**
SOBENKO, L.R. et al. **Máquinas e mecanização agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

SANTOS JÚNIOR, J.R. **Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações I.** São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.
FERNANDO, P. H. L. **Máquinas operatrizes** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
BARBOSA FILHO, A.N. **Segurança do trabalho na agropecuária e na agroindústria** São Paulo: Atlas, 2017.
SILVA, R.C. **Mecanização e manejo do solo.** São Paulo: Saraiva, 2014
SILVA, R.C. **Planejamento e projeto agropecuário.** São Paulo: Saraiva, 2014

PLANTAS DANINHAS E HERBICIDAS

Ementa Biologia de plantas daninhas: principais espécies, prejuízos, benefícios. Forma de dispersão, dormência, germinação e alelopatia; Aspectos fisiológicos da competição entre plantas daninhas e culturas; Métodos de controle de plantas daninhas; Herbicidas: classificação e mecanismos de ação, formulações, absorção e translocação. Metabolismo nas plantas e seletividade. Interação herbicida ambiente; Resistência de plantas daninhas a herbicidas: causas de seu aparecimento, identificação e manejo em condições de campo; Tecnologia para

aplicação de herbicidas. Recomendações técnicas para manejo de plantas daninhas em áreas agrícolas e não agrícolas.

Bibliografia Básica

LISBOA, H. et al. **Plantas daninhas**. Porto Alegre: Sagah, 2021. [MB].

MENDES, K. F.; SILVA, A. A. **Plantas daninhas**: biologia e manejo. Viçosa: Oficina de textos, 2022. **(6)**

PEDROSO, R. **Leguminosas e oleaginosas** Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB]

Bibliografia Complementar

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014. **(2)**

FONSECA, E.M.S.; ARAUJO, R.C. **Fitossanidade**: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas São Paulo: Érica, 2015. [MB]

SILVA, R.C. **Produção vegetal**: processos, técnicas e formas de cultivo São Paulo: Érica, 2014. [MB]

INOUE, M. H.; et al. **Manejo de Amaranthus**. São Carlos: Rima, 2015. **(2)**

BARROSO, A. A. M. et al. **Biologia e manejo da resistência do capim-amargoso no Brasil**. Jaboticabal: Funep, 2015. **(2)**

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO VIII

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no oitavo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Máquinas e Implementos Agrícolas e/ou Fitopatologia Geral, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

BARBOSA FILHO, A.N. **Segurança do trabalho na agropecuária e na agroindústria** São Paulo: Atlas, 2017.

SOBENKO, L.R. et al. **Máquinas e mecanização agrícola** Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

DALMOLIM, D.A. et al. **Fitopatologia** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

Bibliografia Complementar:

SANTOS JÚNIOR, J.R. **Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações I**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021. [MB]

MIZUBUTI, E. S. G.; MAFFIA, L.A. **Introdução à Fitopatologia**. Viçosa: UFV, 2007. (2)

SILVA, R.C. **Mecanização florestal**: da fundamentação dos elementos do solo a operação de máquinas e equipamentos. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

SILVA, R.C. **Mecanização e manejo do solo**. São Paulo: Saraiva, 2014[MB]

FONSECA, E.M. S.; ARAUJO, R. **Fitossanidade**: Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças e Pragas. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

9º PERÍODO

FERTILIDADE DE SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS

Ementa: Introdução à Fertilidade do Solo; Lei geral da fertilidade; Matéria Orgânica do solo; Acidez do solo e calagem; Nitrogênio, fósforo e potássio no solo; Enxofre e micronutrientes; Análise química de solo; Interpretação de análise de solo; Diagnose foliar e Sintomas de deficiência nutricional; Elementos essenciais, benéficos e tóxicos; Critérios de essencialidade; Mecanismos de contato íon-raiz; Absorção, translocação e redistribuição de nutrientes nos vegetais; Exigências nutricionais; Macro e micronutrientes; Funções dos nutrientes; Interação dos nutrientes; Influência da nutrição de plantas na qualidade de produtos agrícolas; Preparo de soluções nutritivas.

Bibliografia Básica:

REICHARDT, K.; TIMM, L.C. **Solo, planta e atmosfera**: conceitos, processos e aplicações 4. ed. Barueri: Manole, 2022. [MB]

RIBEIRO, A. C. et al. **5ª aproximação**: recomendações para uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1999. **(3)**

NOVAIS, R. F. et al. **Fertilidade do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciências do Solo, 2007. **(3)**

Bibliografia Complementar:

FINKLER, R. et al. **Ciências do solo e fertilidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB]

BRADY, N. C., WEIL, R. R. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [MB]

BRANDÃO, D. S. et al. **Química e fertilidade do solo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]

MALAVOLTA, E. **Manual de Nutrição Mineral de Plantas**. Piracicaba: Agrônômica Ceres, 2006. **(2)**

FLORES, R. A., et al., **Nutrição e Adubação de Grandes Culturas na Região do Cerrado**. Viçosa: UFV, 2019. **(2)**

FITOPATOLOGIA AGRÍCOLA

Ementa: Nematóides (causadores de doenças em plantas), bactérias (causadoras de doenças em plantas), micoplasmas (causadores de doenças em plantas), patologia de sementes, princípios de variabilidade de fitopatógenos, resistência de plantas e fisiologia do parasitismo de fitopatógenos, fungicidas (atualização e uso correto), manejo integrado de doenças de plantas.

Bibliografia Básica:

DALMOLIM, D.A. et al. **Fitopatologia** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIM FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. **Manual de Fitopatologia: Doenças das Plantas Cultivadas**: v. 2, 5. ed. Piracicaba: Agrônômica Ceres, 2016. **(3)**

ALFENAS, A. C.; MAFIA, R.G. **Métodos em Fitopatologia**. 2.ed. Viçosa: UFV, 2016. **(3)**

Bibliografia Complementar

FONSECA, E.M.S.; ARAUJO, R. **Fitossanidade**: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas. São Paulo: Érica, 2015. [MB]

MIZUBUTI, E. S. G.; MAFFIA, L.A. **Introdução à Fitopatologia**. Viçosa: UFV, 2007 **(2)**

LOVATTO, P. B. **Fitoprotetores Botânicos**: União de Saberes e Tecnologias para Transição Agroecológica. Curitiba: Appris, 2020 **(2)**

MEDEIROS, R.B. et al. **Virologia Vegetal**. Brasília: UnB, 2015 **(4)**

ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W.C.; RODRIGUES, F.A. **O Essencial da Fitopatologia**: Epidemiologia de Doenças de Plantas. São Carlos: Suprema, 2014. **(2)**

AGRICULTURA II

Ementa: Introdução à olericultura. Importância socioeconômica das hortaliças. Classificação botânica e comercial. Tecnologia da produção, dando ênfase a exigências climáticas, cultivares, adubação, tratamentos culturais, controle fitossanitário, hidroponia. Colheita e pós-colheita. Espécies olerícolas de maior interesse regional.

Bibliografia Básica

VICENTE, L. D. et al. **Olericultura**. Porto Alegre: Sagah, 2021. [MB]

ANDRIOLO, J. L. **Olericultura Geral**. Santa Maria: UFSM, 2017. **(3)**

GUIMARÃES, M. A.; OLIVEIRA, A. B.; SILVA, J. C. V. **Manutenção de hortas**: práticas culturais e aspectos a serem considerados. Fortaleza: Expressão, 2016. **(3)**

Bibliografia Complementar

FONTES, P. C. R.; SILVA, D. F. H. **Produção de Tomate de Mesa**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. **(2)**

PAVAN, M.A.; SAKATE, R.K. (eds). **A cultura do alho**: produzir com qualidade para competir. Botucatu: Unesp, 2015. **(2)**

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais (PANC) no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de estudos da Flora, 2014. **(2)**

MARTINEZ, H. E. P. **Manual Prático de Hidroponia**. 4. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2021. **(2)**

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 6. ed. Barueri: Manole, 2019. [MB]

NUTRIÇÃO DE RUMINANTES E MONOGÁSTRICOS

Ementa: Introdução à ciência da nutrição animal. Avaliação dos alimentos. Digestão comparada. Metabolismo dos nutrientes importantes na nutrição de poligástricos e monogástricos. Caracterização dos alimentos: Minerais, vitaminas e aditivos. Formulação de rações para animais domésticos e manejo nutricional. Técnicas de laboratório para análise de alimentos.

Bibliografia Básica: [MB]

PESSOA, R.A.S. **Nutrição Animal**: Conceitos Elementares. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTRO, F. S.; VASCONCELOS, P.R. **Zootecnia e produção de ruminantes e não ruminantes** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

ARAÚJO, L.F.; ZANETTI, M.A. (edits). **Nutrição animal**. Barueri: Manole, 2019.

Bibliografia Complementar: [MB]

COZZOLINO, S.M.F. **Biodisponibilidade de Nutrientes**. 6.ed. Barueri: Manole, 2020.

CINTRA, André G. **Alimentação Equina**: Nutrição, Saúde e Bem-Estar. Rio de Janeiro: GEN, 2016.

TEIXEIRA, E.M. et al **Produção Agroindustrial**: Noções de Processos, Tecnologias de Fabricação de Alimentos de Origem Animal e Vegetal e Gestão Industrial. São Paulo: Saraiva, 2015.

MACEDO, P. D. G.; MATOS, S. P. **Bioquímica dos Alimentos**: Composição, Reações e Práticas de Conservação. São Paulo: Saraiva, 2015.

NESPOLO, C.R. et al. **Práticas em Tecnologia de Alimentos** Porto Alegre: Artmed, 2015.

TRABALHO DE CURSO

Ementa: A disciplina aprofunda os critérios de produção de conhecimento com ênfase na etapa de elaboração da pesquisa bem como redação científica permitindo que o aluno finalize sua pesquisa e redija o trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. **(12)**

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 6. ed. Pearson, 2007. **(26)**

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021 (MB)

Bibliografia Complementar (MB)

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PEREIRA MG. **Artigos Científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. LAKATOS, E. M.;

MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias Pesquisa em Ciências**: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: GEN, 2009

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO IX

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no nono semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Fertilidade do solo e/ou Agricultura, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

FORNASIERI FILHO, D. **Manual da Cultura do Milho**. Jaboticabal: Funep, 2007. **(3)**

CARVALHO, G. R. et al. **Cafeicultura do Cerrado**. Belo horizonte: Epamig, 2021. **(3)**

TAGLIAPIETRA, E. L. et al. **Ecofisiologia da soja visando altas produtividades**. 2. ed. Santa Maria: GR, 2022. **(3)**

Bibliografia Complementar

FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J. L. **Manual da Cultura do Sorgo**. Jaboticabal: Funep, 2009. **(2)**

VIEIRA, H.D. **Café rural: noções da cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. **(2)**

NOGUEIRA, J. G. A.; NEVES, M. F. **Estratégias para a Cafeicultura no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2015. [MB].

GOIS, E.H.B. et al. **Agricultura especial**. Porto Alegre: Sagah, 2022. [MB].

CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. **Feijão: do plantio à colheita**. Viçosa: UFV, 2015. **(4)**

10º PERÍODO

NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS

Ementa:

Esta disciplina visa proporcionar aos estudantes do curso de Engenharia Agrônômica conhecimentos fundamentais sobre os processos de absorção, transporte, redistribuição e metabolismo de nutrientes minerais em plantas. Serão abordados os principais nutrientes essenciais, suas funções fisiológicas, fatores que influenciam a disponibilidade no solo, métodos de diagnóstico de deficiências e excessos, além de estratégias de manejo nutricional visando a otimização da produção agrícola de forma sustentável.

Bibliografia Básica:

TAIZ, L. et al. **Fundamentos de fisiologia vegetal**. Porto Alegre: Artmed, 2021
(3)

KERBAUY, G. B. **Fisiologia vegetal** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. [MB]

NOGUEIRA, M.B. et al. **Fisiologia vegetal** Porto Alegre: SAGAH, 2020. [MB]

Bibliografia Complementar:

MALAVOLTA, E. **Manual de Nutrição Mineral de Plantas**. Piracicaba: Agrônoma Ceres, 2006. (2)

FLORES, R. A., et al., **Nutrição e Adubação de Grandes Culturas na Região do Cerrado**. Viçosa: UFV, 2019. (2)

STEIN, R.T. et al. **Morfologia vegetal** Porto Alegre: SAGAH, 2018. [MB].

TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. [MB].

SCHWAMBACH, C.; CARDOSO SOBRINHO, G. **Fisiologia vegetal**: introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza. São Paulo: Érica, 2014. [MB].

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Ementa: Introdução ao estudo da irrigação. Demanda de água dos projetos. Planejamento da irrigação. Sistemas de irrigação. Irrigação por gravidade. Irrigação sob pressão. Manejo da água para irrigação. Introdução ao estudo da drenagem. Métodos de drenagem. Drenagem superficial. Noções de drenagem subterrânea.

Bibliografia Básica:

BERNARDO, S. et al. **Manual de Irrigação** 9. ed. Viçosa: UFV, 2019. (3)

GARCEZ, L.N.; ALVAREZ, G.A. **Hidrologia**. 2.ed. São Paulo: Blucher, 1988. (3)

VICENTE, L. C., et al. **Hidráulica, irrigação e drenagem**. Porto Alegre : SAGAH, 2021. (MB)

Bibliografia Complementar:

MANTOVANI, E. C. et al. **Avanços Tecnológicos na irrigação**. Informe Agropecuário 313 Belo Horizonte: Epamig, 2021. **(2)**

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, Planta e Atmosfera**: Conceitos, Processos e Aplicações. 4.ed. Barueri: Manole, 2022. [MB]

STEIN, R. T., et al. **Hidrologia e drenagem** Porto Alegre: SAGAH, 2021. (MB)

GOMES, M. M., VERÓL, A. P., REZENDE, O, M. **Drenagem urbana**: do projeto tradicional à sustentabilidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. (MB)

GRIBBIN, J. E. **Introdução a hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais** São Paulo: Cengage Learning, 2014. [MB]

PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES

Ementa Introdução, Importância da semente, Formação das semente, A semente madura: estruturas e funções. Composição química, Maturação, Germinação, Dormência, Deterioração e vigor, Histórico do setor de sementes no Brasil, Campos de produção de sementes, Colheita e Pós colheita de sementes e Legislação Brasileira de Sementes.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, C. R. **Produção e tecnologia de sementes**. Porto Alegre: Sagah, 2021. [MB].

TAIZ, L. et al. **Fundamentos de fisiologia vegetal**. Porto Alegre: Artmed, 2021. **(3)**

CARVALHO, N. M.; NAKAGAWA, J. **Sementes**: ciência, tecnologia e produção. Jaboticabal: Funep, 2012. **(3)**

Bibliografia Complementar [MB].

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. **Regras para análise de sementes**. Brasília, 1992. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/arquivospublicacoes-insumos/2946_regras_analise_sementes.pdf

SILVA, R.C. **Produção vegetal**: processos, técnicas e formas de cultivo. São Paulo: Érica, 2014.

STEIN, R.T. et al. **Morfologia vegetal** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.

SCHWAMBACH, C.; CARDOSO SOBRINHO, G. **Fisiologia vegetal**: introdução às características, funcionamento e estruturas das plantas e interação com a natureza. São Paulo: Érica, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Ementa: Treinamento e experiência pré-profissional do estudante. Contato com o mercado de trabalho. Empresas públicas e privadas que demandam o profissional da Engenharia Agrônômica. Atividades desenvolvidas sob a orientação de um professor/pesquisador.

Bibliografia Básica:

BIANCHI, Roberto; MORAES, Ana Cecília de; ALVARENGA, Marina. Manual de Orientação Estágio Supervisionado – Cengage, 4º Edição, 2009.

BURROLLA, Marta A. Feiten. O estágio Supervisionado. 6. ed. Cortez Editora.

LIMA, Manolita Correia; OLIVO, Silvio. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. 1. ed. Cengage Learning.

Bibliografia Complementar [MB].

ALMEIDA, Maria Isabel, De; PIMENTA, Selma Garrido. Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. Cortez, 2015. [Minha Biblioteca]

ROESCH, Sylvia Maria AZEVEDO. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração, Atlas – 3º Edição, 2005.

ZABALLA, Antoni. A Prática Educativa como ensinar. São Paulo: ARTMED, 1998.

DIAS, G.F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2.ed. São Paulo: Gaia, 2006

PANIAGO, R.N.; SARMENTO, T.; NUNES, P.G. Estágio curricular supervisionado docente baseado na pesquisa: debates lusobrasileiros Ijuí: Ed. Unijuí, 2021.

SEMINÁRIO TRABALHO DE CURSO

Ementa: Finalização do trabalho de conclusão de curso e preparação dos seminários de defesa pública e organização da versão final, conforme normas institucionais.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 6. ed. Pearson, 2007.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. (MB)

Bibliografia Complementar (MB)

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

PEREIRA MG. **Artigos Científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias Pesquisa em Ciências**: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

RAMOS, Al. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: GEN, 2009.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO X

Ementa: Instruções para elaboração, execução e apresentação de projetos técnicos que integrem os conteúdos abordados no décimo semestre do Curso de Agronomia. Elaboração de um projeto acompanhado de relatório final e apresentação, sobre Nutrição Mineral de Plantas e/ou Irrigação e Drenagem, levando em consideração a possibilidade de aplicação dos conteúdos dessas disciplinas à carreira do Engenheiro Agrônomo.

Bibliografia Básica

RIBEIRO, A. C. et al. **5ª aproximação**: recomendações para uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1999. **(3)**

VICENTE, L. C., et al. **Hidráulica, irrigação e drenagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. (MB)

TAGLIAPIETRA, E. L. et al. **Ecofisiologia da soja visando altas produtividades**. 2. ed. Santa Maria: GR, 2022. **(3)**

Bibliografia Complementar

GRIBBIN, J. E. **Introdução a hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais** São Paulo: Cengage Learning, 2014. [MB]

MANTOVANI, E. C. et al. **Avanços Tecnológicos na irrigação**. Informe Agropecuário 313 Belo Horizonte: Epamig, 2021. **(2)**

FLORES, R. A.; CUNHA, P.P. **Prática de manejo do solo para adequada nutrição de plantas no cerrado**. Goiânia: UFG, 2016 **(2)**

ANDRADE, C. E., **Calagem e Adubação de Café**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. **(2)**

MALAVOLTA, E. **Manual de Nutrição Mineral de Plantas**. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2006. **(2)**

DISCIPLINAS OPTATIVAS

OPTATIVA I

EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Ementa: O desafio no mundo dos negócios, articulado com a formação de empreendedores agregando uma visão ampliada de negócios e oportunidades, a partir da visão e evolução do pensamento sustentável conectado com as questões socioeconômicas e de responsabilidade social focado na promoção da educação ambiental. Dentro deste contexto, trabalhar seus conceitos, objetivos, princípios básicos, Política Nacional, legislação, órgãos ambientais, modalidades e formas (formal, não formal e informal). Para que dessa forma seja construída uma base forte de conhecimento direcionada para os estudos de impacto ambiental alinhado as questões da legislação vigente.

Bibliografia Básica (MB)

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M^a C. F. (edit). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6.ed. São Paulo: Empreende, 2016.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental Responsabilidade Social Corporativa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2019.

Bibliografia Complementar (MB)

KOHN, R. **Ambiente e Sustentabilidade**: Metodologias para Gestão. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REIS L. B., et al, **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018.

FLORIT et al. **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019.

HASHIMOTO, M.; BORGES, C. **Empreendedorismo**: Plano de negócios em 40 lições. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2019

BIO, S. **Do Empreendedorismo ao “Empresadorismo”**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Visão e evolução do pensamento sustentável conectado com as questões socioeconômicas e de responsabilidade social focado na promoção da educação ambiental. Dentro deste contexto, trabalhar seus conceitos, objetivos, princípios básicos, Política Nacional, legislação, órgãos ambientais, modalidades e formas (formal, não formal e informal). Para que dessa forma seja construída uma base forte de conhecimento direcionada para os estudos de impacto ambiental alinhado as questões da legislação vigente.

Bibliografia Básica: [MB]

MULATO, I. P. **Educação Ambiental e o enfoque Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA)** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2021.

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M^a C. F. (edit). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

BARSANO, P.R.; BARBOSA, R.P. **Meio ambiente**: guia prático e didático 3.ed. São Paulo: Érica, 2019.

Bibliografia Complementar: [MB]

KOHN, Ricardo. **Ambiente e Sustentabilidade**: Metodologias para Gestão. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

IBRAHIM, F. I. D. **Educação ambiental**: estudos dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade São Paulo: Érica, 2014.

RUSCHEINSKY, A. (org). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LUZZI, D. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.

MANSOLDO, A. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral** : Como educar neste mundo em desequilíbrio? Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DIVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL

Ementa: Diversidade cultural e suas implicações no processo de conhecimento e significação do mundo e os espaços sócio-cultural: clivagens de classe, inter-étnicas, sexuais e de gênero. Identidades e alteridades no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica: [MB]

SCARANO, R.C.V. et al. **Direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

VIANNA, C. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DORETO, D.T. et al. **Questão Social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar: [MB]

MIRANDA, S.A. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRAZ, C.V.; Leite, G.S. (coords) **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015.

FREITAS, M.E.; Dantas, M. (orgs) **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARAUJO, S.M.; BRIDI, M.A.; MOTIM, B.L. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, M.C.C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2010.

OPTATIVA II**LIBRAS**

Ementa: Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas e das identidades surdas, tendo como base a compreensão crítica do contexto social, cultural e das bases legais que envolvem a língua natural da comunidade surda brasileira, Libras. Propostas educacionais direcionadas às pessoas surdas.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Y.; CRUZ, C.R. (orgs). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais** Porto Alegre: Penso, 2019. [MB]

FERNANDES, E. (org). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

(6)

CAPOVILLA F.C. et al. **Novo Deit-libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trínlingue. São Paulo: USP/INEP, 2009. 2v **(6)**

Bibliografia Complementar (MB)

ESTELITA, M. **ELiS - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais**. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

QUADROS, R. M. de. CRUZ, C. R. **Língua de Sinais**: Instrumento de Avaliação. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação de surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TECNOLOGIA PÓS COLHEITA

Ementa: Perdas pós-colheita no Brasil; Atributos de qualidade e conservação; Manejo pré e pós-colheita; Desordens fisiológicas e patologia pós-colheita; Transporte, pré-processamento, beneficiamento, classificação, padronização, secagem, embalagem e armazenamento de produtos agrícolas; Métodos de manutenção da qualidade e técnicas de laboratório usadas em pós-colheita; Exigências mercadológicas.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, C. R. **Produção e tecnologia de sementes**. Porto Alegre: Sagah, 2021. [MB].

FORNASIERI FILHO, D. **Manual da Cultura do Milho**. Jaboticabal: Funep, 2007. **(3)**

ANDRIOLO, J. L. **Olericultura Geral**. Santa Maria: UFSM, 2017. **(3)**

Bibliografia Complementar:

FONTES, P. C. R.; SILVA, D. F. H. **Produção de Tomate de Mesa**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. **(2)**

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 6. ed. Barueri: Manole, 2019. [MB]

FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J. L. **Manual da Cultura do Sorgo**. Jaboticabal: Funep, 2009. **(2)**

SCAGGIANTE, G. et al. **Goiaba Pós-colheita**: Frutas do Brasil. Brasília: Embrapa, 2001. **(2)**

LIZ, R.S.; CARVALHO, J.M.; THOMÉ, K.M. **Tomate destinado ao processamento industrial**. Águas Claras: Ed. do Autor, 2012. (2)

CULTURA AFRODESCENTE E INDÍGENA

Ementa: Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós colonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. Currículo e política curriculares. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnociências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica (MB)

BARBIERI, S. R. J. **Os direitos dos povos indígenas** São Paulo: Almedina, 2021.

BARROSO, P. F.; BONETE, W.J. **Estudos culturais e antropológicos** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

FERRAZ, C. V.; LEITE, G. S. (Coord.) **Direito à Diversidade**. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

Bibliografia Complementar (MB)

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SANT’ANA, Cláudio **Arte e cultura**. São Paulo: Érica, 2014.

GOMES, Nilma Lino; ABRAMOWICZ, Anete. **Educação e raça: Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. São Paulo: Autêntica, 2010.

GOMES, N.L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

SCOPEL, V.G.; CARVALHO, A.M.; OLIVO, P.B. **Artesanato e cultura brasileira**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

OPTATIVA III

PERÍCIA E AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA RURAL

Ementa: Noções básicas sobre avaliações e perícias rurais; Etapas da perícia; Avaliação de imóveis rurais: desapropriações, desapropriação para Reforma Agrária; pagamento, alienação, permuta, garantias, seguros; métodos de avaliação; Avaliação de recursos naturais, de benfeitorias, plantações; Legislações; Depreciação; Avaliação de servidões; Técnica de elaboração de laudos; Avaliações em ações judiciais.

Bibliografia Básica:

FREITAS, J. A. **Laudos e perícias em engenharia** São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021. [MB]

MARTINS, D. M. **Imóveis Rurais:** Como Classificar e Avaliar Propriedades Rurais. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014. **(3)**

BRANDELLI, L. **Registro de imóveis:** Eficácia material Rio de Janeiro: Forense, 2016. [MB]

Bibliografia Complementar:

THEODORO JUNIOR, H. **Terras particulares** - demarcação, divisão e tapume. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. [MB]

FORSTER, G.R. **A Privatização das Terras Rurais**. Barueri: Manole, 2003. [MB]

FIKER, J. **Perícias e avaliações de engenharia:** fundamentos práticos 3. ed. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 2011. **(2)**

SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. **Classificação da Aptidão Agrícola das Terras:** Um Sistema alternativo. Guaíba: Agrolivros, 2007. **(2)**

FIKER, J. **Manual avaliações e perícias em imóveis urbanos**. 5.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. **(2)**

PAISAGISMO E PLANTAS ORNAMENTAIS

Ementa: Situação e importância da floricultura. Propagação de flores e plantas ornamentais. Aspectos culturais das principais espécies comerciais de flores e

plantas ornamentais. Pós-colheita e armazenamento de flores. Comercialização de flores e plantas ornamentais. Histórico, conceito e importância do paisagismo; Princípios básicos do paisagismo; Grupos de plantas em paisagismo; Projeto paisagístico - levantamento das condições locais; Anteprojeto; Projeto definitivo; Memorial descritivo; Implantação e manutenção dos jardins.

Bibliografia Básica:

RUSIN, C. et al. **Floricultura e paisagismo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. [MB]
LIRA FILHO, J.A. **Paisagismo**: princípios básicos. 2.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012 (3)
GALINATTI, A.C.M. et al. **Projetos de paisagismo e de construções rurais** Porto Alegre: SAGAH, 2021 [MB]

Bibliografia Complementar: [MB]

FIGUEIREDO, A. C. C. **Projetos de Paisagismo e jardinagem** São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.
GALINATTI, A. C. M.; GRABASCK, J.R.; SCOPEL, V.G. **Projeto de paisagismo** I Porto Alegre: SAGAH, 2019.
SEKIYA, R. F. M. **Composição de plantas ornamentais em jardins**. São Paulo: Érica, 2014.
VIANA, V. J.; BERNARDES, G.S.R. **Cultivo de plantas ornamentais**. São Paulo: Érica, 2014.
CASTRO, A.A. **Características plásticas e botânicas das plantas ornamentais** São Paulo: Érica, 2014.

DIREITOS HUMANOS

Ementa: Teoria Geral dos Direitos Humanos; Precedentes históricos do processo de internacionalização dos Direitos Humanos; A estrutura normativa do sistema global e regional de proteção dos Direitos Humanos; A Constituição Brasileira de 1988 e o processo de democratização no Brasil; A Constituição de 1988 e os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e cidadania no Brasil.

Bibliografia Básica (MB)

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (MB)

GARCIA, E. **Proteção internacional dos direitos humanos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Método, 2015.

Bibliografia Complementar (MB)

CASTILHO, R. **A Liberdade como fundamento dos Direitos Humanos** São Paulo: Expressa, 2021.

MARMELSTEIN, G. **Curso de Direitos Fundamentais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

LEITE, C. H. B. **Manual de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2015.

RAMOS, A. de C. **Processo internacional de direito humanos: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil**. 5.ed.. São Paulo: Saraiva, 2016.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 9.ed.. São Paulo: Saraiva, 2015.

ANEXO IV

Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho Discente Efetivo

Dispõe sobre a Normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pela IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 575, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006.

Considerando o Art. 2º e Art. 3º da Resolução Nº. 03 de 02 de julho de 2007 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, diz que: “*Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá: I – preleções e aulas expositivas; II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas. Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo*”.

RESOLVE:

Art. 1º Utilizar o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como estratégia para a melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos alunos por meio da implementação de medidas educativas e estratégias didáticas que induzam aos estudantes a empreenderem um verdadeiro salto de qualidade em seu trabalho, que resulte num melhor desempenho acadêmico e profissional, a partir da sua passagem pelos cursos de graduação ofertado pela IES.

Art. 2º Fica a IES de acordo com os parâmetros legais estabelecidos pela resolução supracitada nº. 3 de 02/07/2007 estabelecer o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como parte do componente da carga horária dos cursos por ela ofertadas. Desta forma, a carga horária das disciplinas passa a ser composta por:

- I. Atividade Acadêmicas presenciais, aqui compreendidas como preleções e aulas expositivas realizados pelo docente;
- II. TDEP, aqui compreendido como o conjunto de atividades complementares realizadas extraclasse pelos discentes desde que planejadas e supervisionada pelo docente da disciplina.

Art. 3º Entende-se por Trabalho Discente Efetivo Pedagógico o conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas de modo extraclasse, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos De Curso – PPC, de modo a complementar as atividades acadêmicas presenciais.

- I. O TDEP deve, obrigatoriamente, estar relacionado com a ementa - conteúdo da disciplina ministrada no referido semestre de acordo com o planejamento do docente.
- II. O planejamento deverá ser aprovado pelo coordenador de curso e entregue junto com o Plano de Ensino para validação da atividade.
- III. O TDEP deve ser planejado e supervisionado pelo docente, mas a realização das atividades é de responsabilidade dos discentes, pois é componente fundamental e indispensável do processo de aprendizagem dos estudantes.

- IV. O TDEP é componente integrante da carga horária das disciplinas; e deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina.

Art. 4º O TDEP poderá, de acordo com o planejamento docente, ser composto de:

- I. Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca (que deve ser mais bem explorada) ou em plataforma digital;
- II. Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos;
- III. Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados, estudos de viabilidades técnicas e júris simulados.

Art. 5º São objetivos do TDEP:

- I. Promover a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos de cada curso, contribuindo para a integralização do currículo dos cursos;
- II. Promover a melhoria do desempenho acadêmico e profissional do alunado por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizem a sua participação ativa no processo de formação, promovendo o aprendizado autônomo e sua progressiva autonomia intelectual;
- III. Possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem ampliar o envolvimento dos estudantes, favorecendo o trabalho individual e coletivo, fortalecendo a articulação da teoria com a prática e a aproximação com o campo de atuação profissional;
- IV. Diversificar e flexibilizar as atividades acadêmico-pedagógicas dos cursos de graduação.

Art. 6º Fica os Coordenadores dos Cursos, no âmbito da IES, responsáveis por orientar os docentes no planejamento, organização, avaliação e protocolo de entrega dos trabalhos pelos alunos. Dado isso, para garantir a qualidade das

atividades propostas, bem como os objetivos sejam atingidos, os docentes deverão:

- I. Planejar as atividades, em razão da carga horária, distribuindo-as preferencialmente ao longo do semestre de modo a protocolar na coordenação a Proposta de Avaliação Livre em relação ao TDEP;
- II. Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) através da plataforma *Google Classroom* especificamente para desenvolvimento da atividade programada do TDEP;
- III. Disponibilizar as atividades e a orientação necessária, logo no início do semestre;
- IV. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estudantes;
- V. Avaliar os conteúdos apresentados pelos alunos;
- VI. Receber dos alunos o arquivo digital dos trabalhos por meio de formulário específico, com as alterações necessárias, e enviá-los para Secretaria Acadêmica, juntamente com a planilha de apresentação do TDEP, com todos os dados sobre os trabalhos apresentados, objetivo, habilidades e competências esperadas dos alunos.
- VII. Caberá aos docentes organizar as atividades de modo didático e objetivo, fazendo uso da escolha do tipo de atividade a ser determinada no planejamento conforme o Art. 4º; atribuir a pontuação da atividade distribuída na AVL (Avaliação Livre) no valor de 10 pontos.

Art. 7º As implicações para o alunado por ser um componente integrante da carga horária das disciplinas, deve, portanto, deve ser realizado pelos discentes como requisito parcial para obtenção da aprovação nas disciplinas; o TDEP estará previsto em cada disciplina, em vista da adequada consecução dos objetivos propostos pelas atividades compondo assim a nota da AVL (Avaliação Livre) do procedimento avaliativo da IES. Assim, o aluno deverá cumprir os prazos fixados pelo docente sendo vedada a entrega da atividade posteriormente a data da atividade.

Art. 8º Fica de responsabilidade da Coordenação Pedagógica e a Coordenação Acadêmica acompanhar os coordenadores e professores dos cursos as atividades do TDEP, de modo que as ações sejam implantadas de forma adequada, sem comprometer a qualidade desejada em relação aos cursos; cabendo a Coordenação Pedagógica o suporte técnico pedagógico no que diz:

- I. Capacitação dos docentes para a compreensão e a utilização do TDEP;
- II. Acompanhamento pedagógico dos docentes, a fim de garantir a qualidade das atividades propostas, observada a liberdade da cátedra.
- III. Avaliação contínua e sistemática da aplicação do método nos cursos envolvidos, a fim de assegurar a qualidade da atividade, em favor do crescente desenvolvimento com qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Art. 9º Sobre as implicações da execução da carga horária correspondente a disciplina devido a adoção do TDEP, os cursos ofertados pela IES passam a planejar um conjunto de atividades discentes efetivas pedagógicas, compatíveis dentro da carga horária prevista para cada disciplina em conformidade as semanas previstas no calendário acadêmico. Dado isso, a IES passará a ter disponível no mínimo 18 semanas letivas no calendário acadêmico presenciais na IES em cada semestre; as demais semanas e horas ficam complementares conforme o planejamento do PDEP protocolado pelo docente da disciplina junto a coordenação, validado pelas Coordenações Pedagógicas e Acadêmica, a fim de totalizar a carga horária prevista para cada disciplina.

Art. 10º Quanto aos aspectos operacionais da utilização do TDEP, dar-se-á na composição da carga horária das disciplinas que deverá observar: calcular a quantidade de horas necessárias para complementar a carga horária da disciplina; onde, a carga horária do TDEP é calculada de modo a observar:

- A. Carga Horária total da disciplina conforme matriz curricular;
- B. Total de créditos de aula diário da disciplina conforme grade horária;
- C. Total de semanas em calendário acadêmico conforme dias da semana;
- D. Total da carga horária presencial da disciplina não convertida
- E. Total da carga horária executada presencial convertida;
- F. Total da carga horária em TDEP;

§ 1º Para cálculo da carga horária atribuída no TDEP aplica-se a fórmula: **[B x C = D x 50 / 60 = E – A = F]**.

§ 2º Exemplo da aplicação da fórmula na prática de cálculo:

- Disciplina: Metodologia Científica
- CH total: 80 horas
- Total de créditos conforme dias da semana em grade horária: 2 segunda-feira | 2 quinta-feira
- Total de semanas em calendário conforme dias da semana: 18 segunda-feira | 20 quinta-feira

Onde: $[2 \times 18 = 36; 2 \times 20 = 40; 36 + 40 = 76 \times 50 / 60 = 63,3 - 80 = 16,7 \text{ em aproximação } 17]$.

Leia-se: 2 (dois créditos da segunda-feira) X (multiplicado) por 18 (dezoito semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às segundas-feiras) = (igual a) 36 e 2 (dois créditos da quinta-feira) X (multiplicado) por 20 (vinte semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às quintas-feiras) = (igual a) 40, onde 36 (trinta e seis) + (somado com) 40 (quarenta) = (é igual ao total de) 76 (horas carga horária presencial da disciplina que necessita da conversão de 50 para 60 minutos; daí então) X (multiplica 76 por) 50 (cinquenta minutos) / (divide por) 60 (sessenta minutos) = (é igual a) 63,3 (sessenta e três virgula três horas; daí) 63,3 (sessenta e três virgula três horas da carga horária cursada presencialmente convertida de 50 para 60 minutos) - (subtraído) 80 (oitenta horas correspondente a carga horária da disciplina conforme matriz curricular) = (é igual a) 16,7 – 17 horas de TDEP (dezesesseis virgula sete aproximado para dezessete horas a serem complementada com o trabalho discente efetivo pedagógico).

Art. 11º Cabe destacar que não é permitido utilizar o TDEP para repor aulas presenciais previstas no calendário acadêmico e não ministradas pelo docente responsável pela disciplina.

Art. 12º Fluxograma do Planejamento de Organização e Sistematização da aplicação do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico consiste em:

- 1º passo: definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP;
- 2º passo: seleção do tipo de atividade a ser realizada conforme Art. 4º descritas no anexo I desta normativa;
- 3º passo: Elaboração da Proposta de Avaliação Livre que contemplará ao TDEP onde constará a definição do(s) objetivo(s) da(s) atividade(s), detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução;
- 4º passo: seleção do material de apoio para realização das atividades do alunado;
- 5º passo: definição dos critérios avaliativos;
- 6º passo: encaminhar a proposta conforme anexo II desta normatização para validação da coordenação; 7º passo: validação da coordenação e procedimentos internos junto a coordenação pedagógica;
- 8º passo: organização da atividade pelo docente no Google Classroom para conhecimento dos alunos;
- 9º passo: implementação da atividade;
- 10º passo: entrega da atividade final para validação do professor no AVA do Google Classroom pelo alunado;
- 11º passo: conclusão e encerramento da atividade com emissão da nota atribuída no Google Classroom.
- 12º passo: validação final e parecer do coordenador de curso junto a coordenação pedagógica e coordenação acadêmica.

Art. 13º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Anexo I

Quadro de Atividades e Carga Horária Atribuída para Validação do TDEP

Atividade	Descrição	CH do TDEP
	(análise; compreensão; interpretação; síntese)	
Leitura	Leitura de artigos científicos ou capítulos de livros da bibliografia da disciplina para debate em sala. Atividades de estudo sobre determinado tema, realizadas antes do desenvolvimento das aulas. Tem o intuito de possibilitar a preparação dos estudantes para uma participação mais ativa nas aulas. Podem ser: <i>Estudos complementares</i> : estudo de determinados temas para complementar o desenvolvimento das	1 hora
Estudos Prévios	aulas; <i>Elaboração de trabalho de análise e síntese sobre temas abordados no componente curricular</i> : Inclui a produção de trabalhos de análise, e/ou síntese e elaboração, individuais ou coletivas, sobre os temas abordados num componente curricular específico. Podem ser utilizados livros texto previstos no Plano	2 horas
Exercícios e Trabalho	de Ensino da disciplina, inclusive para potencializar o uso da Biblioteca das Unidades. De acordo com um tema estudado, uma leitura pré-estabelecida ou uma atividade prática ou de observação no âmbito interno ou externo às IES, relevante para a formação dos estudantes, realizada fora do horário das aulas. Pode-se solicitar o desenvolvimento de resenhas, resumos, pareceres críticos, análises.	2 horas
Fórum de Discussão	De acordo com um tema estudado, promover um debate entre os estudantes, mediado pelo professor, por meio do fórum. É importante que as questões lançadas não tenham respostas prontas ou diretas, pois o objetivo é fomentar discussões, trabalho com a opinião dos estudantes. Pode haver um direcionamento anterior do trabalho, através de perguntas âncora,	1 hora cada

	disponibilizadas anteriormente para os alunos. A partir daí, na discussão in loco, surgem os novos questionamentos provocados pelo professor, e os demais, promovidos pelos alunos.	
Questionário Online	Questionário referente a um tema específico estudado em sala de aula ou objeto de pesquisa, que será inserido online.	5 minutos por questão de múltipla escolha e 10 minutos questão aberta.
Objeto Virtual de Aprendizagem	Pesquisa de assuntos complexos de várias fontes virtuais, que deverá conter animações, ilustrações, áudio ou outras formas de mídias.	8 horas
Estudo de Materiais Didáticos	Sobre temas em estudo, mediante uma adequada estruturação das aulas pelo professor. O professor deve definir um roteiro de estudos incluindo introdução, tema, questões guia sobre o tema em estudo, provocações para reflexões sobre o tema. Definir algum tipo de entrega (atividades a serem realizadas a partir dos estudos realizados).	10 horas
Análise de filmes e vídeos e outras formas de Produção Intelectual Multimídia	A análise de formas diversas de produção multimídia é uma estratégia importante de complementação e ampliação dos conhecimentos, bem como de estímulo à reflexão e elaboração a respeito dos temas em estudo e/ou às competências e habilidades requeridas pelo curso. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular. Aqui, as fontes de busca para o aluno, bem como para o próprio professor fazer o planejamento da atividade podem ser variadas. Atualmente as próprias redes sociais contribuem com a identificação de conteúdo válidos que podem ser utilizados em sala de aula, beneficiando a aproximação da linguagem com os estudantes.	15 horas

Levantamento e Exploração de Referências Bibliográficas	Sobre determinado tema, na biblioteca, em periódicos ou na internet. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular.	15 horas
Estudo de Casos	Casos de empresas ou atividades de experiência profissional, que deverão ser debatidos em sala de aula.	4 horas

Anexo II

Modelo da Estrutura da Proposta do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico

PLANO DE TRABALHO DISCENTE EFETIVO PEDAGÓGICO

Curso: **ENGENHARIA AGRONÔMICA**

Ano e Semestre: **2023/2**

Período do Curso: **3º PERÍODO**

Disciplina: **PIE - B**

Carga Horária em matriz curricular: **60 Horas**

Carga Horária cursada na disciplina presencial convertida: **40 Horas**

Carga Horária atribuída ao TDE: **40 Horas**

Professor Responsável: **Vandeir José da Silva**

1. Definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP.

Utilizar o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como estratégia para a melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos alunos por meio da implementação de medidas educativas e estratégias didáticas que induzam aos estudantes a empreenderem um verdadeiro salto de qualidade em seu trabalho, que resulte num melhor desempenho acadêmico e profissional, a partir da sua passagem pelos cursos de graduação ofertado pela IES

2. Tipo de atividade a ser desenvolvida.

(ANÁLISE; COMPREENSÃO; INTERPRETAÇÃO; SÍNTESE)

Leitura de artigos científicos ou capítulos de livros da bibliografia da disciplina para debate em sala.

3. Objetivo da atividade.

Atividades de estudo sobre determinado tema, realizadas antes do desenvolvimento das aulas. Tem o intuito de possibilitar a preparação dos estudantes para uma participação mais ativa nas aulas. Podem ser: Estudos complementares: estudo de determinados temas para complementar o desenvolvimento das aulas; Elaboração de trabalho de análise e síntese sobre temas abordados no componente curricular: Inclui a produção de trabalhos de análise, e/ou síntese e elaboração, individuais ou coletivas, sobre os temas abordados num componente curricular específico. Podem ser utilizados livros texto previstos no Plano de Ensino da disciplina, inclusive para potencializar o uso da Biblioteca das Unidades.

4. Desenho da atividade.

De acordo com um tema estudado, uma leitura pré-estabelecida ou uma atividade prática ou de observação no âmbito interno ou externo às IES, relevante para a formação dos estudantes, realizada fora do horário das aulas. Pode-se solicitar o desenvolvimento de resenhas, resumos, pareceres críticos, análises. Pesquisa de assuntos complexos de várias fontes virtuais, que deverá conter animações, ilustrações, áudio ou outras formas de mídias.

Sobre temas em estudo, mediante uma adequada estruturação das aulas pelo professor. O professor deve definir um roteiro de estudos incluindo introdução, tema, questões guia sobre o tema em estudo, provocações para reflexões sobre o tema. Definir algum tipo de entrega (atividades a serem realizadas a partir dos estudos realizados).

5. Valor atribuído na AVL (Avaliação Livre).

Para a execução de avaliação na AVL a análise de formas diversas de produção multimídia é uma estratégia importante de complementação e ampliação dos conhecimentos, bem como de estímulo à reflexão e elaboração a respeito dos temas em estudo e/ou às competências e habilidades requeridas pelo curso. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular. Aqui, as fontes de busca para o aluno, bem como para o próprio professor fazer o planejamento da atividade podem ser variadas. Atualmente as próprias redes sociais contribuem com a identificação de conteúdo válidos que podem ser utilizados em sala de aula, beneficiando a aproximação da linguagem com os estudantes.

Sobre determinado tema, na biblioteca, em periódicos ou na internet. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular. Sendo assim a AVL terá peso de 10,00 pts.

ANEXO V

Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão

Dispõe sobre a Normatização para implementação do Regulamento de Atividades de Extensão Universitária no cumprimento da Resolução nº. 7 do CNE de 18/12/2018 como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Atividade de Extensão Universitária a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pelas IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.*

Considerando a Constituição Federal no Art. 207, que consagrou o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que consagra a universalização da extensão, como ação aberta à participação da população.

Considerando a Meta 12.7, *preconiza assegurar que 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação correspondam às ações de extensão, destacando os programas e projetos, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, do Plano Nacional de Educação (2014-2024).*

Considerando que para as IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro, a extensão universitária é o processo social educativo, cultural e científico que articula o ensino e a

pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a IES e a sociedade.

Considerando que a extensão se torna uma ação social útil sobre a realidade quando realizada como processo dialético entre teoria e prática, e quando a aplicabilidade do que foi produzido possibilita o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. Assim, a extensão consolida-se como espaço do fazer acadêmico, como prática pedagógica que dialoga com a comunidade e junto a ela constrói outros saberes, auxiliando no empoderamento social.

Considerando que a extensão, os ambientes de aprendizagem passam a ser considerados como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social vivido por diferentes atores, ampliando a sala de aula para além do ambiente físico da IES.

Considerando as potencialidades didático-pedagógicas da extensão também devem ser inseridas, efetivamente, na formação de professores, harmonizando teoria e prática universitária. A formação pedagógica deve apresentar bagagem sólida na construção de currículos que apontem metodologias extensionistas e possibilitem uma relação social interativa e dialética.

Considerando as ações de extensão podem estar inseridas como ambientes de aprendizagem ou atividades formativas nas Unidades de Aprendizagem e Certificações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, e contribuem para o desenvolvimento das competências almejadas. Como resultado, a extensão é evidenciada na trajetória acadêmica do estudante, refletindo o seu histórico de experiências.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar como princípios norteadores da Atividade de Extensão Universitária como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro:

- I. A indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, pois entende que somente um processo integrado permite uma formação completa dos sujeitos;
- II. A democratização dos saberes, por reconhecer que a educação é um direito de todos, sem distinção, e, por isso, o acesso à educação deve ser aberto;

- III. A relação de diálogo com a sociedade, já que a interação dialógica é fundamental para que todo o processo educativo possa ser irrigado pelas questões que envolvem a comunidade;
- IV. A universalização das ações de extensão, o que significa que todos os públicos podem participar do ambiente universitário e de suas ações, bem como a extensão deve ser aberta à participação de todos os estudantes e professores da universidade;
- V. A educação permanente dos sujeitos envolvidos nas ações de extensão, por se constituir como uma ação que pode acontecer em todas as etapas da vida acadêmica do indivíduo, proporcionando momentos formais e informais de formação;
- VI. O compromisso com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, por entender que as ações de extensão, para além do compartilhamento de saberes, são fontes de geração de novos conhecimentos;
- VII. A melhoria da vida em sociedade colaborativa e solidária, por entender que a extensão possui um caráter emancipatório dos sujeitos envolvidos, que se empoderam de conhecimentos e técnicas passíveis de serem utilizadas em prol do progresso social e da melhoria da vida;
- VIII. A sustentabilidade, tanto socioambiental quanto econômico-financeira, para que o cuidado com o ambiente e com as finanças seja uma premissa dos processos de extensão;
- IX. A democracia, a horizontalidade e a transparência da gestão, permitindo que todos possam ter conhecimento do gerenciamento das ações de extensão.

Art. 2º A extensão não deve ser entendida apenas como uma prestação de serviços “extramuros”, mas como práticas em que o corpo acadêmico desenvolve suas atividades de *ensino, pesquisa e assessoria* com a *finalidade de atingir um público mais vasto e proporcionar as comunidades locais* um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida.

§ 1º Entende-se por extensão acadêmica ações que criam condições à sociedade de ter o conhecimento de domínio da faculdade, seja pela sua própria produção, ou seja, pela sistematização do conhecimento universal disponível.

§ 2º Torna-se acessível à sociedade entende-se criar recursos e condições para a apresentação de informações que facilitem a apropriação pela sociedade do conhecimento disponível.

§ 3º Tornar acessível o conhecimento existente inclui a produção de conhecimento sobre o próprio processo de acesso ao saber desde a caracterização das necessidades da sociedade e a identificação de problemas relevantes para gerar a produção do

conhecimento, até a realização de processos de disseminação do conhecimento disponível.

§ 4º A extensão é considerada como parte ou etapa de processos da produção de conhecimento e não como algo a parte desses processos. Cujas atividades de extensão deverão procurar garantir que as mesmas sejam de fato um esforço para tornar acessível o conhecimento produzido pela unidade ou do seu domínio.

§ 5º Todas as atividades de extensão deverão ser realizadas envolvendo discentes, docentes, funcionários da área técnico administrativa e sociedade civil.

Art. 3º São políticas da Extensão Universitária no âmbito da IES:

- I. Vinculação das ações de extensão ao processo de ensino e aprendizagem como componente curricular qualificador dos percursos formativos;
- II. Promoção do diálogo permanente com a comunidade na busca de soluções para os desafios sociais, articulando a produção do conhecimento e a construção de saberes com a dinâmica da sociedade;
- III. Participação de docentes, discentes e pessoas da comunidade na configuração das atividades de extensão em suas diferentes modalidades, qualificando-as por meio da formação teórica, metodológica e crítica;
- IV. Promoção da cultura, da expressão artística, do lazer e de atividades físicas e esportivas, como ferramentas pedagógicas e de promoção social, acessíveis a todos os públicos;
- V. Difusão da produção acadêmica: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural, ampliando o acesso ao conhecimento acadêmico;
- VI. Gestão participativa e descentralizada das ações de extensão, com fundamento nos princípios da democracia, da horizontalidade, da transparência e da sustentabilidade ambiental e econômico-financeira;
- VII. Avaliação das ações de extensão quanto ao mérito acadêmico e à relevância social, primando pela máxima qualidade em todos os processos;
- VIII. Articulação, promoção e desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo e inovação.

Art. 4º São considerados como modalidades de atividades de extensão, ações que atendam na íntegra o Art. 1º e Art. 2º desta normativa assim definida como possibilidade de atuação:

- I. Projetos;
- II. Cursos;
- III. Eventos de socialização cultural;

- IV. Prestação de serviços;
- V. Licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual;
- VI. Desenvolvimento de novos empreendimentos;
- VII. Atividades formativas;
- VIII. Projetos de Pesquisa que envolvam a comunidade;
- IX. Fórum, Jornadas e Semanas acadêmicas;

§ 1º As ações de extensão universitária caracterizam-se como momentos privilegiados em que é possível estabelecer a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares, dos indivíduos e das organizações, tendo como consequência a elaboração de novos conhecimentos, relevantes para a academia e para a comunidade.

Art. 5º As Atividades de Extensão Universitária serão implementados por atividades ao longo do semestre letivo, definido na matriz curricular como Projeto de Integração e Extensão (PIE), podendo também ser implementada por meio de outras atividades que não compõe o PIE especificamente.

§ 1º O PIE de cada curso de graduação ofertado pela IES, será planejado pelo coordenador do curso e o docente designado pela coordenação.

§ 2º As demais atividades de extensão que não contemplada no PIE, será planejada por qualquer docente da IES que desejar implementar uma proposta.

§ 3º Caberá ao docente designado organizar, sistematizar e implementar a proposta, fornecendo os protocolos requisitados.

§ 4º Caberá a coordenação de cada curso de graduação acompanhar o planejamento, desenvolvimento e conclusão do PIE e de qualquer outra atividade de extensão fornecer Relatório Final a Coordenação de Pós-graduação e Extensão – Coordenação Pedagógica – Coordenação Acadêmica.

Art. 6º As propostas de realização de atividades vinculadas ao PIE devem prever expressamente:

- I. A relevância acadêmica e social da atividade;
- II. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso);
- III. Cronograma de execução da atividade;
- IV. A articulação entre teoria e prática.

Parágrafo Único: As propostas deverão seguir o modelo Anexo I.

Art. 7º Outras propostas de realização de atividade de extensão universitária que não vinculadas ao PIE devem prever os itens do Art. 6º.

§ 1º Estas atividades deverão ser organizadas por um professor que terá as mesmas atribuições do professor designado para PIE, cumprindo a mesma função descrita no § 1º e § 3º do Art. 5º.

§ 2º Caberá ao coordenador a mesma função conforme descrito no § 4º do Art. 5º.

Art. 8º Para criação de **Cursos de Extensão** denominados cursos de curta duração, os cursos de natureza livre, destinados à iniciação de estudantes em conhecimentos específicos, à atualização, complementação ou ampliação de conhecimentos, experiências e vivências, e à qualificação ou aprimoramento das habilidades profissionais específicas da atuação no mercado profissional, com ou sem a exigência de escolarização ou pré-requisitos.

§ 1º A criação do curso constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Curso;
- II. Carga horária;
- III. Modalidade de Oferta (Presencial | Remota | Á Distância)
- IV. Docente Responsável;
- V. Ementa do Curso;
- VI. Conteúdo Programático;
- VII. Público-alvo;
- VIII. Planilha de Custos (se houver);
- IX. Sugestão de Valores por aluno;
- X. Critérios de Avaliação;
- XI. Cronograma;

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo II.

§ 3º Iniciado o processo de criação de um curso de extensão pelo proponente encaminhará à Coordenação de Pós-graduação e Extensão com o parecer de validação da coordenação de curso de graduação quando vinculado a um dos cursos específicos ofertados pela IES, caso o curso não seja vinculado a um curso de graduação específico o proponente colocará em apreciação na Coordenação Pedagógica que procederá o parecer de validação.

- I. Quando o proponente for a Coordenação de Curso de Graduação de um dos cursos ofertados pela IES, o parecer de validação será apreciado pela Coordenação Pedagógica.
- II. O fluxograma do processo dar-se-á:
 - a. Elaboração da proposta pelo proponente;
 - b. Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica;
 - c. Submissão a Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
 - d. Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
 - e. Apreciação da Coordenação Acadêmica;
 - f. Apreciação da Direção Geral;
 - g. Aprovada a proposta, o curso estará apto oferta mediante o parecer final emitido pela Coordenação de Pós-graduação e Extensão.

Art. 9º Para criação de atividades de extensão denominadas como **Eventos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º Os Eventos caracterizam-se como ações pontuais que têm por objetivo a disseminação dos conhecimentos e produtos culturais, sociais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos, desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela IES, abertas ou destinadas a público específico. Que podem ser apresentados nos seguintes tipos:

- a. Congresso: evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, composto de um conjunto de atividades que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.
- b. Seminário: evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, painel, ciclo de debates, circuitos, semanas acadêmicas, etc.
- c. Palestra: conversa, apresentação de ideias ou conceitos sobre determinado assunto, sem regra fixa quanto ao tempo de duração e a participação do público. Incluem-se as conferências, oficinas, workshop, etc.
- d. Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços. Inclui feira, salão, mostra, lançamento de livros, etc.
- e. Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos e/ou musicais. Inclui recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
- f. Evento esportivo: inclui campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
- g. Festival: série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
- h. Visitas: inclui as viagens e visitas de estudos e técnicas, tanto nos ambientes da universidade quanto externos.

- i. Outros: ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanhas, lançamentos, inaugurações, sessões de autógrafo.

§ 2º Os eventos podem ser oferecidos a qualquer tempo, mediante planejamento prévio, nos espaços da IES ou fora deles. Podendo estar vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ou a setores institucionais.

Art. 10º Para criação de Prestação Serviço seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º A **Prestação de Serviço** é caracterizada por ser a realização de serviços para a comunidade, a partir dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos na universidade, seja por oferta própria ou por iniciativa de terceiros contratantes do serviço. Classificam-se como:

- a) Atendimento ao público em espaços permanentes, como os de cultura, ciência e tecnologia: espaços e museus culturais; espaços e museus de ciência e tecnologia, cineclubes e outros serviços;
- b) Serviço Eventual: consultoria, assessoria, curadoria, auditoria, respostas técnicas, desenvolvimento de produtos ou customizações, e outros;
- c) Atividades de Propriedade Intelectual: assessoria para depósito de patentes e modelos de utilidades, registro de marcas e softwares, contratos de transferência de tecnologia e registros de direitos autorais; pesquisa em banco de patentes e informação tecnológica; e outros;
- d) Exames e laudos técnicos: laudos, exames e perícias realizados pelas diversas áreas da universidade, que oferecem serviços credenciados na instituição;
- e) Atendimento jurídico e judicial: atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais;
- f) Atendimento em saúde humana: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos;
- g) Atendimento em saúde animal: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias veterinárias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos em veterinária;
- h) Atendimento ao público em modalidades esportivas: avaliação física, prescrição, orientação e acompanhamento na realização das modalidades esportivas;
- i) Atendimento ao público em modalidades artísticas: avaliação, orientação e acompanhamento na realização das modalidades artísticas;
- j) Atendimento pedagógico: atendimentos aos sistemas de ensino para formação, orientação ou encaminhamento de questões pedagógicas;
- k) Outros tipos de serviços demandados na dinâmica da comunidade.

§ 2º Os serviços estarão vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ofertados pela IES, cabendo ao proponente indicar o vínculo da proposta.

§ 3º As práticas de atuação profissional e os estágios curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação poderão caracterizar a prestação de serviços à comunidade, devendo o Coordenador do Curso apresentar o *Projeto Anual de Prestação de Serviço Assistencial*.

Art. 11º Para criação de atividades voltadas para **o licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual (transferência de tecnologia)** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Licenciamento, Cessão e Fornecimento dos Ativos de Propriedade Intelectual caracterizam-se pela criação e proteção de um ativo de propriedade intelectual a partir do conhecimento produzido na universidade e, por conseguinte, a implementação de seu licenciamento, cessão e fornecimento para a comunidade por meio de um dos instrumentos formais de Transferência de Tecnologia, classificam-se em:

- a. *Direito autoral*: direitos de autor (obras literárias, artísticas e científicas; programas de computador; descobertas científicas); direitos conexos (interpretações dos artistas intérpretes e as execuções dos artistas executantes, os fonogramas e as emissões de radiodifusão);
- b. *Propriedade industrial*: patentes, marcas, desenhos e modelos industriais; indicações geográficas; segredo industrial;
- c. *Proteção sui generis*: topografias de circuitos integrados; cultivares; conhecimentos tradicionais.

§ 2º A Transferência de Tecnologia é o meio pelo qual uma patente, uma marca, um conjunto de técnicas, conhecimentos, metodologias e outros ativos de propriedade intelectual são transferidos, por meio de contrato, da universidade para a comunidade, permitindo a solução de problemas da sociedade e ampliando a capacidade de inovação do receptor e se dará por meio de contratos e classifica-se em:

- a. licença e cessão para exploração de patente e desenho industrial;
- b. licença e cessão para uso de marca;
- c. licença e cessão para uso de programa de computador;
- d. franquia;

- e. fornecimento de tecnologia (*know how*);
- f. serviços de assistência técnica e científica.

Art. 12º Para criação de atividade de extensão como **Projetos de Pesquisa** são aqueles que constituem de espaços para as ações que envolvam a comunidade para a problematização e a busca de respostas às demandas sociais e para o desenvolvimento sustentável.

§ 1º A proposta de extensão do Projeto de Pesquisa constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Projeto de Pesquisa;
- II. Carga horária;
- III. Docente Responsável
- IV. Participantes Membros da Pesquisa
- V. Projeto de Pesquisa (seguindo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)
- VI. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo III.

§ 3º A proposta de atividade de extensão de Projeto de Pesquisa seguirá o fluxograma descrito no parágrafo § 3º do Art. 8º desta normativa.

Art. 13º Para criação de atividades voltadas para o **desenvolvimento de novos empreendimentos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Desenvolvimento de Novos Empreendimento é caracterizado por processos de cocriação ou coprodução de novos negócios desenvolvidos em conjunto com a comunidade.

Art. 14º A gestão da Atividade de Extensão Universitária dá-se de forma participativa, ocorre de maneira descentralizada e tem seu funcionamento por meio das seguintes instâncias:

- I. Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
- II. Coordenação Pedagógica;
- III. Coordenação Acadêmica;
- IV. Direção de Projetos;
- V. Direção Geral.

Art. 15º Todas as ações de extensão deverão compor os registros acadêmicos da instituição.

Art. 16º A oferta de qualquer atividade de extensão fora do PIE dar-se-á após a aprovação da proposta pelas instâncias previstas.

Art. 17º Definida a realização da atividade de extensão, competirá aos responsáveis implementar os procedimentos necessários para a sua execução e avaliação pedagógica informado por meio do Relatório Final seguir o modelo Anexo IV.

Art. 18º O financiamento das ações de extensão observará as dotações orçamentárias definidas institucionalmente, a participação em editais de financiamento, a realização de convênios e parcerias em cooperação com as diversas organizações da sociedade, e a receita obtida na realização das ações.

Art. 19º A avaliação da extensão objetiva o acompanhamento permanente e a qualificação das ações e dos processos (de propositura, de execução e de resultados) de extensão universitária, tendo como premissas o atendimento aos princípios e às diretrizes das atividades de extensão e o alcance e melhoria dos objetivos institucionais.

§ 1º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a do PIE incorpora-se aos processos de avaliação institucional no tocante a parte da Avaliação Livre, a observar o mérito acadêmico, à relevância social e à viabilidade institucional.

- I. São componentes da avaliação quanto ao mérito acadêmico:
 - articulação com as atividades de ensino e de pesquisa, visando à formação teórica e prática dos estudantes;
 - compatibilização com as diretrizes/normas acadêmicas;
 - vinculação das ações de extensão com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de onde procedem ou com áreas institucionais;
 - produção de conhecimentos e metodologias, promovendo o avanço da área em que está inserida a ação de extensão.
- II. São componentes da avaliação quanto à relevância social:
 - abordagem de questões relevantes para o desenvolvimento sustentável da comunidade;
 - interação com instituições ou organismos da sociedade civil, do Estado e/ou dos movimentos sociais;
 - impactos nas comunidades envolvidas.

III. São componentes da avaliação quanto à viabilidade institucional:

→ apresentação dos resultados do produto derivado da extensão no Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária.

§ 2º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a outras modalidades incorpora-se ao aproveitamento das atividades complementares prevista na carga horária total do curso.

§ 3º Na avaliação das ações de extensão são consideradas a clareza na formulação das propostas e dos seus objetivos; as metas estabelecidas e alcançadas; a metodologia e os processos; e os resultados e impactos, os quais deverão estar expressos no Relatório Final.

Art. 20º Do Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária, trata-se de um evento específico para integração das atividades do PIE aberto a comunidade como forma de socialização entre a IES e a sociedade civil.

§ 1º A organização do Seminário é de responsabilidade da Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica, Coordenação Acadêmica, Coordenadores de Cursos e Professores Responsáveis do PIE, assim definidas as obrigações:

- I. Sistematização do evento, programação e demanda orçamentária: Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica e Coordenação Acadêmica;
- II. Sistematização de núcleo e definições específicas: Coordenação de Curso;
- III. Comunicação, organização junto ao alunado: Professor Responsáveis do PIE.

§ 2º O Seminário ocorrerá sempre em data definida em calendário acadêmico impreterivelmente antes do fechamento das notas da Avaliação Livre semestralmente.

Art. 21º Do envio do Relatório Final das ações de Atividade de Extensão Universitária deverá serem enviados no prazo de 10 (dez) dia após o término do evento, devendo conter impreterivelmente registros fotográficos.

Art. 22º Para a avaliação das atividades de extensão no âmbito da IES também serão considerados os indicadores pertinentes, constantes nos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Art. 23º O processo de certificação dos participantes concluintes, observadas as regras contidas na proposta para aquelas atividades não vinculadas ao PIE. Os certificados serão expedidos conforme modelo institucional e disponibilizados em formato digital, para impressão pelo interessado.

Art. 24º As disposições desta Normativa serão interpretadas, em casos de divergências, em primeira instância pelo Núcleo de Pós-graduação e Extensão, Departamento Pedagógico e Coordenação Acadêmica, em segunda instância pela Direção de Projetos e em terceira instância à Direção Geral.

Art. 25º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Anexo I

Projeto de Extensão Universitária

Atividades Diversas | PIE

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: **Indicar**

Curso: **Nome**

Coordenador(a) de curso: **Nome**

E-mail:

Professor(a) responsável: **Nome**

E-mail:

2. Caracterização

Texto

3. Objetivo da atividade

Texto

4. Relevância acadêmica e social da atividade

Texto

5. Público-Alvo

Texto

6. A articulação entre teoria e prática

Texto

7. Cronograma de execução da atividade

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

8. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

TRÂMITES DE APROVAÇÃO

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Direção Geral:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Anexo II

Projeto de Extensão Universitária

Curso de Extensão

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: **Indicar**

Curso: **Nome**

Coordenador(a) de curso: **Nome**

E-mail:

Professor(a) responsável: **Nome**

E-mail:

Carga horária do curso: **X h/a**

Modalidade de Oferta: ☐ **Presencial** | ☐ **Remota** | ☐ **à Distância**

2. Ementa do Curso

Texto

3. Conteúdo Programático do Curso

Texto

4. Público-Alvo do Curso

Texto

5. Cronograma de execução do curso

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

6. Planilha de Custos (se houver)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

7. Sugestão de Valores por aluno

Texto

8. Critérios de Avaliação

Texto

TRÂMITES DE APROVAÇÃO

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Apreciação da Direção Geral:

☐Aprovado

☐Pendente - Correções Obrigatórias

☐Negado

Anexo III

Projeto de Extensão Universitária

Projeto de Pesquisa

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: **Indicar**

Curso: **Nome**

Coordenador(a) de curso: **Nome**

E-mail:

Professor(a) responsável: **Nome**

E-mail:

Participantes Membros da Pesquisa:

Nome

E-mail:

Carga horária do curso: **X h/a**

2. Projeto de Pesquisa (seguindo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)

Texto

3. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

Vide e anexo.

Anexo IV

Propostas de realização de Atividades vinculadas ao PIE

Relatório Final

Projeto de Extensão Universitária

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Recorte e cola dos dados conforme o tipo de atividade proposta
(Atividades Diversas | PIE – Curso de Extensão – Projeto de Pesquisa)

2. Descrição do projeto

Texto

3. Parceiros externos (se for o caso)

- Nomes

4. Atividades realizadas:

- Pesquisa exploratória de normas/julgados e dados coletados nos documentos analisados;
- Redação do resumo para apresentação no III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro;
- Elaboração do Parecer *Aminus Curiae* e encaminhamento à Câmara Municipal de João Pinheiro.

5. Produtos resultantes do projeto:

01 – Apresentação de Painei

Título do trabalho: Amicus Curiae como estratégia de aplicação do ensino clínico: estudo de caso no legislativo municipal

Evento apresentado: III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro – 14 a 16 de outubro de 2020.

02 – Parecer *Aminu Curiae*

Encaminhado à Câmara Municipal de João Pinheiro no dia 25.11.2020 para análise. Apresentação do parecer em audiência pública realizada pela Câmara Municipal de João Pinheiro em primeiro de dezembro de 2020.

6. Acervo Fotográfico

Colocar as fotos aqui de cada etapa da atividade realizada com legenda descritiva da atividade.

ANEXO VI

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Diretoria Geral

Coordenação Acadêmica

Departamento Pedagógico de Professores, Monitores e Estágio

Instrução Normativa Institucional Nº.01/2016, de 01 de agosto de 2016.

Normatiza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) previsto na Reforma Didático-Pedagógica do Núcleo Científico para os Cursos de Graduação, ofertados pela Faculdade Cidade de João Pinheiro e mantidos pela Associação Educacional de João Pinheiro.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FCJP

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º O presente regulamento tem o propósito de normatizar as Atividades de Elaboração e Apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) para os Cursos de Graduação ofertados pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

Parágrafo Único: é uma atividade obrigatória, constituída por disciplinas e / ou unidades curriculares dos currículos dos cursos de Graduação da FCJP e possuem como objetivos:

- I. Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um plano de atividade de pesquisa.
- II. Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação.
- III. Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.
- IV. Estimular o espírito empreendedor, por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, os quais possam ser patenteados, bem como comercializados.
- V. Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade.
- VI. Estimular a construção do conhecimento coletivo, visando à interdisciplinaridade, à inovação tecnológica, ao espírito crítico e reflexivo no meio social no qual o acadêmico está inserido a fim de promover a formação continuada do futuro egresso.

Art. 2º As atividades referentes à elaboração e apresentação do TCC são de caráter obrigatório e integram a formação nos Cursos de Graduação ofertados pela FCJP.

Parágrafo Primeiro: O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em equipe, podendo esse ser multidisciplinar, com participação de alunos de diferentes cursos, de acordo com normas complementares estabelecidas pelas normativas de cada curso.

§ 1º. O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e /ou tecnológica aplicada.

§ 2º. É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

Parágrafo Segundo: Caberá aos Colegiados de Cursos estabelecer os critérios de desenvolvimento do TCC, sendo fiel cumpridor das disposições gerais, que compõem as Resoluções CNE/CES ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada Curso de Graduação ofertado na FCJP.

Art. 3º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em, no mínimo, duas etapas, correspondente no ano letivo dividido nos dois semestres que os compõem.

Parágrafo Primeiro: As disciplinas que contemplam o TCC estabelecer-se-ão por meio da disposição curricular para cada curso de graduação, conforme sua oferta na FCJP.

§ 1º. Serão denominadas as disciplinas que contemplam o TCC: Iniciação Científica, TCC I e TCC II e / ou Seminário de TCC.

Parágrafo Segundo: Os cursos ficam liberados para definirem a estrutura de oferta do TCC mediante a organização didático-pedagógica correspondente às particularidades de oferta, uma vez que venha a atender as Resoluções CNE/CES ao estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada Curso de Graduação ofertado na FCJP.

Art. 4º O TCC deverá ser enquadrado nas seguintes modalidades previstas:

§ 1º. Quanto ao tipo de Estudo/ e Pesquisa:

- I. Qualitativa.
- II. Quantitativa.

§ 2º. Quanto à Natureza do Estudo/ e Pesquisa:

- I. Básica.
- II. Aplicada.

§ 3º. Quanto aos Objetivos do Estudo/ e Pesquisa:

- I. Exploratória.
- II. Descritiva.
- III. Explicativa.

§ 4º. Quanto aos Procedimentos do Estudo e / ou Pesquisa:

- I. Experimental.
- II. Bibliográfica.
- III. Documental.
- IV. Pesquisa de Campo.
- V. Ex-Post-Facto.
- VI. Levantamento.

- VII. Com Survey.
- VIII. Estudo de Caso.
- IX. Participante.
- X. Pesquisa-Ação.
- XI. Etnográfica.
- XII. Etnometodológica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º A Estrutura Organizacional Administrativa do TCC para os Cursos de Graduação da FCJP é representada por:

- I. Coordenador do Curso e Comissão de TCC.
- II. Professor de TCC.
- III. Professores Orientadores.
- IV. Acadêmicos Orientados.

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO E COMISSÃO DE TCC

Art. 6º Compete ao Coordenador de Curso responsável pelo acompanhamento dos TCC's do Curso de Graduação ao qual é responsável, conforme:

- I. Indicar o professor responsável pelo TCC, doravante denominado Professor Responsável, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso.
- II. Providenciar, em consonância com o Professor Responsável, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.
- III. Homologar as decisões referentes ao TCC.
- IV. Estabelecer, em consonância com o Professor Responsável, normas e instruções complementares no âmbito do seu curso.
- V. Constitui Comissão de TCC, quando necessário, para discutir particularidades.

Parágrafo Único: As Comissões de TCC serão constituídas mediante a necessidade de discutir os casos omissos, bem como demais procedências conforme particularidades de cada curso da FCJP que se julgar necessário à consulta ou decisão.

§ 1º. As Comissões de TCC serão compostas por:

- I. Coordenador do Curso.
- II. Professor do TCC no Curso.
- III. Dois professores do Colegiado que não o Professor Orientador.
- IV. Um acadêmico do Curso correspondente ao período do curso.

§ 2º. A estas comissões caberá decidir e verificar os protocolos que correspondem ao desenvolvimento do TCC, decidir em relação ao motivo exposto à sua constituição.

§ 3º. A comissão deverá lavrar Ata e encaminhar decisão ao respectivo Colegiado de Curso.

§ 4º. Estará assegurado o período de 30 dias a contar a constituição da Comissão, para que se manifeste ao Colegiado, posição mediante o motivo de constituição.

Seção II - DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 7º Compete ao Professor Responsável pelo TCC:

- I. Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC, bem como atender as orientações.
- II. Garantir que os trabalhos que envolvam seres humanos cumpram os princípios éticos, segundo Resolução do CNS 196/96 para pesquisa com seres humanos, a fim de serem submetidos, através de documentação necessária, à análise ética e acompanhamento do Comitê de Ética e Pesquisa da FCJP.
- III. Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC, bem como organizar e informar a Coordenação de Curso e Secretaria Geral dos documentos finais.
- IV. Definir, juntamente com a Coordenação de Curso, as atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC, bem como a sistematização do processo estabelecendo a relação direta junto aos acadêmicos na orientação dos protocolos institucionais, garantindo o fiel cumprimento deste Regulamento, bem como as normatizações particulares de cada curso da FCJP.
- V. Promover, juntamente com a Coordenação de Curso, a integração com a Pós-Graduação, empresas e organizações, de forma a levantar possíveis temas de trabalhos e fontes de financiamento.

- VI. Organizar e gerir todas as atividades acadêmicas e administrativas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de orientandos e orientadores de TCC.
- VII. Registrar em documentos próprios o nome dos discentes, seus orientadores e trabalhos em andamento, prestar esclarecimentos e informações junto às Coordenações de Curso.
- VIII. Verificar se todos os alunos habilitados às atividades de TCC estão em dia com os documentos e registros necessários à oficialização de seu trabalho, bem como com a Secretaria Geral.
- IX. Estabelecer junto à Coordenação de Curso os prazos correspondentes, entrega de documentos, limites para definição de bancas e datas reservadas à defesa pública dos trabalhos.
- X. Elaborar os documentos de bancas de avaliação dos TCC, conforme deferimento do Colegiado de Curso, verificando documentos de protocolos de pedido de defesa emitindo parecer.
- XI. Após defesa, encaminhar todos os protocolos correspondentes à Secretaria Geral.
- XII. Auxiliar o discente e o docente na solução de possíveis problemas relativos às atividades de desenvolvimento do trabalho correspondente ao Plano, Projeto e Organização da Escrita.
- XIII. NÃO compete ao professor de TCC definir caminhos correspondentes à execução do trabalho; ao professor de TCC competem apenas as orientações metodológicas correspondentes ao Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 8º As orientações do TCC serão atribuições dos professores que integram o quadro funcional permanente, com atividades docentes nos Cursos de Graduação ofertados pela FCJP e designados por seus respectivos Coordenadores de Curso e Departamentos, podendo figurar como orientadores os professores tanto do ciclo básico como do profissionalizante dos Cursos e aqueles que estão ou não em atividade efetiva no Curso.

§ 1º. O(s) co-orientador(es) terá(ão) por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

§ 2º. Orientador e Co-orientador deverão assinar Carta de Aceite (Anexo 1).

Art. 9º As designações dos orientadores deverão ser observadas seguindo sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual serão desenvolvidos o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

Parágrafo Único: Caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com o Professor Responsável, organizar as áreas de atuação e pesquisa dos professores correspondentes ao Curso de Graduação ofertado pela FCJP, para serem apresentadas aos alunos no início do núcleo científico de desenvolvimento do TCC.

Art. 10º Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito, com justificativa(s), e entregue ao Professor Responsável de TCC, até 60 (sessenta) dias após as designações de indicação de orientação.

Parágrafo Único: Caberá ao Coordenador de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador, encaminhando a decisão direta ao Colegiado de Curso ou constituir Comissão de TCC para análise.

§ 2º. Será garantido ao Professor Orientador o pedido de desvínculo de orientação indicando a substituição de Professor Orientador, solicitado por escrito com justificativa(s) e entregue ao Professor Responsável de TCC, até 60 (sessenta) dias após as designações de indicação de orientação.

§ 3º. Após os 60 (sessenta) dias, e/ou decorrer do desenvolvimento do TCC é garantido a solicitação de desvinculo por ambas as partes (orientador e orientando). A solicitação deverá ser feita por escrito seguido de justificativa, entregue ao Professor Responsável de TCC, que encaminhará a solicitação à Coordenação do Curso. Neste caso, obrigatoriamente, a Coordenação de Curso deverá constituir Comissão de TCC.

Art. 11º Os professores orientadores deverão ofertar no mínimo 2 (duas) vagas de orientação por ano / semestre por curso que reside em núcleo básico, e 3 (três) vagas de orientação por ano / semestre por curso que reside em núcleo profissionalizante e origem de formação.

§ 1º. O número máximo de orientações simultâneas será de 6 (seis) alunos, compreendidos entre o 6º (sexto) ao 10º (décimo) período por curso de graduação que reside ofertado na FCJP.

§ 2º. Em situações excepcionais e por solicitação do professor orientador, esse poderá assumir um número maior de orientandos, desde que submeta pedido à análise da Coordenação junto ao Colegiado de Curso com justificativa que esteja de acordo com os limites do seu plano individual de trabalho.

§ 3º. As orientações dos trabalhos estarão vinculadas ao número de e aula do docente no curso em que reside, daqueles Cursos de Graduação ofertados pela IES.

Art. 12º Compete ao Professor Orientador:

- I. Apresentar área de pesquisa junto ao Professor Responsável de TCC e Coordenação do Curso.
- II. Decidir a estratégia do Plano de Trabalho do TCC junto ao acadêmico, uma vez que se deve prevalecer o interesse do Professor Orientador junto à iniciativa de pesquisa do Orientando.
- III. Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do plano de trabalho, projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final.
- IV. Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos mesmo que essas ocorram por e-mail, e emitir relatório de acompanhamento e avaliações ao Professor Responsável.
- V. Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Professor Responsável, quando necessário.
- VI. Participar da banca de avaliação final.
- VII. Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica.
- VIII. Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.
- IX. Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas nas empresas ou em organizações quando o estudo envolver.
- X. Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de co-orientador.
- XI. Comunicar ao Professor Responsável do TCC e encaminhar à Coordenação do Curso as dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação.
- XII. Inibir a prática de plágio e recusar a orientação de alunos que não cumpram com os objetivos, normas e regras deste documento comunicando imediatamente e por escrito ao Professor Responsável do TCC e encaminhar à Coordenação do Curso quaisquer irregularidades.
- XIII. Estimular os orientandos a publicar seu TCC, preferencialmente em periódicos indexados.
- XIV. Cumprir fielmente o Cronograma de TCC divulgado pela Coordenação do Curso junto ao Professor Responsável do TCC.

Parágrafo Único: Não será aceito nenhum documento pelo Professor Responsável de TCC que não contemple a assinatura do Professor Orientador.

§ 1º. Caberá ao Professor Orientador assinar documentos com os quais estejam plenamente de acordo e, se julgar necessário, fazer anotações e observações a fim de evitar problemas futuros em decorrência de abertura de Comissão de TCC por conter a assinatura do Professor Orientador que valida a documentação.

Seção IV - DO ACADÊMICOS ORIENTANDOS

Art. 13º Estarem devidamente matriculados na disciplina que compete à estrutura didático-pedagógica do respectivo curso de graduação ofertado pela FCJP.

Art. 14º São direitos do(s) Aluno(s) Orientado(s):

- I. Ser informado quanto às normas constantes nesta Instrução Normativa.
- II. Ter um Professor Orientador e com esse discutir o tema e o desenvolvimento do trabalho.

Art. 15º São deveres do(s) Aluno(s) Orientado(s):

- I. Ter cursado disciplina/unidade curricular ou comprovar a participação em oficinas sobre metodologia da pesquisa, bem como as disciplinas de metodologia científica da pesquisa.
- II. Elaborar e apresentar o Plano de Trabalho, Projeto de Pesquisa e Trabalho do TCC em conformidade com este Regulamento.
- III. Requerer a sua matrícula na Secretaria Geral nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico.
- IV. Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.
- V. Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC, seja pessoalmente seja via e-mail, Skype e / outro meio acordado entre orientador e orientando.
- VI. Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.
- VII. Participar das aulas periódicas com o Professor Responsável pelo TCC.
- VIII. Participar de todos os seminários / e ou aulas referentes ao TCC (quando houver).
- IX. Entregar ao Professor Responsável pelo TCC a monografia corrigida (de acordo com as recomendações da banca

- examinadora) nas versões impressa e eletrônica, incluindo arquivos de resultados experimentais, tais como: planilhas, gráficos, softwares e outros, atendendo as exigências específicas.
- X. Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.
 - XI. Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico, garantindo a citação dos autores.
 - XII. Cumprir fielmente o Cronograma de TCC divulgado pela Coordenação do Curso junto do Professor Responsável do TCC.
 - XIII. Responsabilizar-se, juntamente com o Professor Orientador, por todas as informações descritas no TCC.
 - XIV. Apresentar o TCC para a banca examinadora, na data estipulada pelo Colegiado de Curso por meio do deferimento da Coordenação de Curso divulgada pelo Professor Responsável pelo TCC.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA, PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TCC

Seção I - DA MATRÍCULA

Art. 16º A matrícula no TCC será operacionalizada pela Secretaria Geral, conforme o disposto na instrução de matrícula, divulgada pela Lista de Alunos Oficialmente Matriculados, a cada período letivo.

§ 1º. A matrícula nas disciplinas que compõem o desenvolvimento do TCC seguirá o disposto no Regulamento Didático-Pedagógico e conforme previsto no Projeto Pedagógico de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP.

§ 2º. O aluno dará sequência didática nas disciplinas que compõem o desenvolvimento do TCC, estando aprovado nas disciplinas anteriores conforme a disposição curricular, especificamente de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP.

§ 3º. Somente apresentará seu trabalho em bancas examinadoras constituídas ou terão os mesmos avaliados, o aluno efetivamente matriculado no TCC II ou Seminário de TCC correspondente ao período letivo, ofertado no semestre do ano letivo.

Seção II – DO PLANEJAMENTO

Art. 17º Caberão às Coordenações dos Cursos de Graduação ofertado pela FCJP, definir junto ao Professor Responsável pelo TCC os CRONOGRAMAS DE ATIVIDADE E PRODUTIVIDADE e publicá-lo por meio de EDITAL à comunidade Docente e Discente do respectivo Curso.

Parágrafo Primeiro: A organização do Cronograma ficará a critério de cada Coordenação de Curso que é ofertado pela FCJP, não havendo obrigatoriedade do mesmo ser organizado especificamente no semestre que compõe o início das disciplinas que envolve o desenvolvimento do TCC.

§ 1º. O Cronograma de Atividade e Produtividade deve contemplar no mínimo:

- I. Organização de Inicialização (com todos os protocolos específicos).
- II. Entrega Oficial do Plano de Trabalho (Anexo 2).
- III. Datas de Entregas de Relatórios de Acompanhamento Mensal.
- IV. Data da Entrega de Avaliação do Professor Orientador.
- V. Data Limite de Pedido de Defesa junto ao Colegiado de Curso.

Parágrafo Segundo: O processo de Inicialização das atividades contemplará os 30 (trinta) primeiros dias do início da disciplina de TCC, conforme organização didático-pedagógica da estrutura curricular de cada Curso de Graduação ofertado pela FCJP, que deverá contemplar:

- I. Apresentação das áreas de pesquisas e os respectivos professores orientadores.
- II. Entrega Prévia do Interesse de Estudo, conforme Plano de Trabalho (Anexo 2).
- III. Organização dos Professores Orientadores e Designações das Orientações.
- IV. Assinatura de Documentos – Carta de Aceite.

Art. 18º O trabalho escrito de TCC deverá enquadrar-se nas modalidades descritas no artigo 4º.

Seção III – DO ACOMPANHAMENTO DO TCC

Art. 19º O acompanhamento dos trabalhos será feito por meio de reuniões com periodicidade mínima mensal, previamente agendadas entre orientador e orientando(s). Podendo ser presencial ou e-mail, Skype e / outro meio acordado entre orientador e orientando.

Parágrafo Primeiro: Após cada reunião de orientação, deverá ser feito um relatório de acompanhamento (Anexo 3) dos assuntos tratados na reunião, o qual deverá ser assinado pelo(s) aluno(s) e orientador e entregue mensalmente ao Professor Responsável pelo TCC, somente nas aulas específicas com o professor.

Parágrafo Segundo: Ao final do semestre, o Professor Orientador deverá entregar a Ficha de Avaliação de Desenvolvimento do TCC (Anexo 4).

Parágrafo Terceiro: Na entrega de etapas do TCC, conforme organização do trabalho definido entre Professor Orientador e Orientando, o Professor Responsável somente irá pegar o trabalho mediante Ficha de Aprovação do Orientador (Anexo 5).

Seção IV – DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 20º O TCC deverá ser elaborado e redigido na forma de artigo científico / e ou monografia segundo as instruções contidas do Anexo6 e/ou conforme:

- I. Norma específica estabelecida pelo Curso de Graduação ofertado pela FCJP.
- II. Normas específicas de algum periódico científico indexado em base de dados científica, selecionada pelo professor orientador.

Parágrafo Único: A utilização das normas de periódico científico para a elaboração do artigo oriundo do TCC somente será aceita nos casos em que o trabalho já tiver sido submetido à mesma e, portanto, o artigo deve ser apresentado à banca avaliadora acompanhado de cópia da carta de submissão, recibo do editor da revista e as normas do periódico. Nos casos em que o artigo foi aceito para publicação no periódico, deverá constar a carta de aceite ou a cópia do artigo publicado.

§ 1º. Para os Cursos de Engenharia prevalecerá a elaboração de Projetos de Ação.

§ 2º. Para os Cursos de Graduação Tecnológicas prevalecerá a elaboração de Projetos definidos no PPC.

Art. 21º O projeto de TCC que envolva pesquisa com animais ou seres humanos deverá ter o parecer favorável do respectivo Comitê de Ética em Pesquisa da FCJP.

Art. 22º A submissão de trabalhos de TCC às revistas indexadas só poderá ser realizada com a anuência do orientador e com sua inclusão em coautoria.

Art. 23º A avaliação das disciplinas que correspondem ao desenvolvimento do TCC será organizada pelo Professor Responsável, de acordo com o estabelecido em normas complementares de cada curso ofertado pela FCJP.

§ 1º. O procedimento avaliativo estabelecer-se-á por meio da apresentação das informações contidas no parágrafo segundo do Art. 19, Sessão III, do Capítulo III deste Regulamento. Bem como a participação nas aulas da disciplina do Professor Responsável do TCC, conforme critérios definidos por este.

Art. 24º Os critérios de aprovação nas disciplinas que contemplam o desenvolvimento do TCC correspondem aos critérios estabelecidos no Regimento da FCJP.

Art. 25º O TCC deverá ser desenvolvido conforme disposição do Art. 3º, parágrafo primeiro, inciso 1º e parágrafo segundo descrito no Capítulo 1 deste Regulamento.

Parágrafo Único: Será estabelecido o tempo final de protocolo de pedido de Defesa de Pública de TCC, sendo o trabalho acompanhado pelo Professor Responsável de TCC.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE DEFESA E AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

Art. 26º É de total responsabilidade do aluno solicitar, protocolar e proceder o Pedido de Defesa Pública do TCC junto ao Colegiado de Curso, bem como organizar toda a documentação em observância do cumprimento dos artigos descritos na Seção I deste capítulo.

Seção I – DOS CRITÉRIOS PEDIDO DE DEFESA

Art. 27º A apresentação do trabalho para apreciação da banca examinadora, bem como a entrega da versão final do trabalho, deve:

§ 1º. Ater-se às Regras Gerais para Formatação de Trabalhos Acadêmicos – Word, contidas no item 8, página 27-33 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP.

§ 2º. Apresentar em sua composição gráfica os Elementos Pré-Textuais, modelos contidas no item 9, página 33-44 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP, contendo:

- I. Capa.
- II. Folha de Rosto.
- III. Ficha Catalográfica (verso da folha de rosto, somente na versão final, após defesa).
- IV. Folha de Aprovação.
- V. Dedicatória.
- VI. Agradecimento.
- VII. Epígrafe.
- VIII. Formato do Trabalho (conforme escolha do orientador, de acordo com o Art. 20º item I e II, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento).
- IX. Declaração de Autorização (somente na versão final, após defesa, contida na última página do trabalho; Anexo 7).

§ 3º. O trabalho, quando elaborado de acordo com o item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento, deverá estar com formatação que corresponde ao § 1º deste artigo.

§ 4º. Ater-se aos Elementos Textuais e Pós-Textuais contidos nos itens 10 e 11 da página 44-46 do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da FCJP.

Art. 28º O pedido de Defesa Pública e Constituição de Banca Examinadora deverá ser protocolado junto ao Professor Responsável de TCC, que procederá ao andamento do Deferimento e sistematização da apresentação e composição de banca junto com a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP e a aprovação do Colegiado.

Parágrafo Primeiro: Para os Cursos de Engenharia e de Graduação Tecnológica será realizada Mostra Técnico Científica de Produção.

§ 1º. A Mostra Técnico Científica de Produção será realizada e organizada concomitantemente pelo Professor Responsável de TCC e a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

Parágrafo Segundo: Todos os Acadêmicos da FCJP, independente do Curso de Graduação cursado ofertado pela FCJP, deverão cumprir o Art. 28º e apresentar os documentos listados (Anexo 8):

- I. Ofício de Solicitação de Defesa de TCC.
- II. Protocolo de Deferimento de Setores Institucionais.
- III. Solicitação de Providências para Defesa Pública de TCC.
- IV. Protocolo de Deferimento para Defesa de TCC, quando publicado em Periódico Científico.
- V. Declaração de Participação Voluntária em Banca, para convidados externos a IES (quando houver).
- VI. 4 (quatro) vias da versão do TCC para defesa encadernado.

Parágrafo Terceiro: O Acadêmico deverá entregar uma versão do trabalho salvo em formato Word, salvo em CD para verificação de plágio pelo Professor Responsável de TCC, que irá emitir um parecer de autenticidade.

§ 1º. Fica liberado do cumprimento do Parágrafo Terceiro deste artigo, aqueles acadêmicos que submeterem o trabalho a periódico, conforme o item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento.

Art. 29º O aluno que apresentar um dos documentos descritos no parágrafo único do Art. 20º estará dispensando da apresentação do TCC, sendo apenas constituída banca examinadora simples para apreciação dos documentos apresentados.

Parágrafo Único: A dispensa da apresentação do TCC não descaracteriza a composição da Banca Examinadora, devendo o aluno cumprir todas as exigências contidas no Art. 27º e Art. 28º desta sessão do Capítulo IV.

Art. 30º Além do artigo científico o TCC deverá ser apresentado na forma de exposição oral.

Art. 31º A exposição oral realizar-se-á em sessão pública, perante banca examinadora constituída:

- I. Pelo professor orientador, que a presidirá.
- II. Por mais 2 (dois) professores a serem indicados pelo orientador e homologados pelo Colegiado de Curso.

Parágrafo Primeiro: São concedidos ao aluno 20 (vinte) minutos para a apresentação do trabalho e 30 (trinta) minutos para a banca examinadora proceder a sua arguição.

Parágrafo Segundo: Após a arguição e considerações da Banca Examinadora, com a divulgação prévia do resultado, o Professor Orientador e o Orientando deverão assinar o Termo de Compromisso de Ajuste de Trabalho (Anexo 9).

Seção II – DOS CRITÉRIOS AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 32º A nota final atribuída ao aluno é resultante da média aritmética das avaliações do trabalho na exposição gráfica e metodológica da escrita e da exposição oral pelos componentes da banca examinadora do TCC.

Parágrafo Primeiro: Aos trabalhos que forem deferidos a dispensa da Exposição Oral em função do cumprimento do item II do Art. 20º, da Seção IV, do Capítulo III deste Regulamento, o acadêmico será avaliado conforme:

- I. A nota da Exposição Oral será substituída pelo valor integral que a compõe, ou seja, igual à 10 (dez).

Parágrafo Segundo: Fórmula para atribuição da nota na medida aritmética conforme Regimento da FCJP, que compõe a Ficha de Avaliação de Banca Examinadora (Anexo 10), respectivamente uma atribuição de nota para cada membro da banca, em concomitadamente as médias dos membros da Banca Examinadora, somada e dividido por 3 (três) resultante na Nota Final do TCC.

§ 1º. A formula para cálculo da Nota:

- I. Do Examinador: $NT\ EGME + NT\ EO / 2 = NTE$.
- II. Da Banca Examinadora Final: $NTE + NTE + NTE / 3 = NF$.

§ 2º. Onde se lê:

- I. $NT\ EGME$ = Nota da Exposição Gráfica e Metodológica da Escrita.
- II. $NT\ EO$ = Nota da Exposição Oral.
- III. NTE = Nota do Examinador.
- IV. NF = Nota Final do TCC.

Parágrafo Terceiro: As notas da Avaliação do TCC poderão ser fracionadas sem arredondamentos, somente com uma casa decimal.

Art.33º No processo de avaliações do trabalho na exposição gráfica e metodológica da escrita, dever-se-ão ser observados os seguintes critérios, seguidos dos valores que compõem a nota para cada item totalizando 10 pontos:

- I. VALOR acadêmico e possível utilidade e /ou aplicação prática do trabalho, capacidade de problematização, discussão e síntese = 3,0 pontos.

- II. QUALIDADE da redação e adequação entre título, objetivos e conclusões, originalidade e fidelidade teórica e metodológica = 3,0 pontos.
- III. ATENDIMENTO ÀS NORMAS deste regulamento, redação do texto e correção gramatical e apresentação gráfica / e ou formatação = 2,0 pontos.
- IV. REFERÊNCIAS relevantes, justificativa científica e prospecção social = 2,0 pontos.

Art. 34º No processo de avaliações do trabalho na exposição oral deverão ser observados os seguintes critérios, seguidos dos valores que compõem a nota para cada item totalizando 10 pontos:

- I. CONDUTA do aluno e esclarecimento de dúvidas = 1,0 ponto.
- II. ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO utilização do recurso visual, comunicação, clareza, e expressão = 1,5 pontos.
- III. CAPACIDADE de síntese e clareza na exposição teórica, metodológica e organização = 4,0 pontos.
- IV. DOMÍNIO do conteúdo = 3,0 pontos.
- V. Respeito ao tempo estipulado = 0,5 pontos.

Art. 35º A aprovação do trabalho final do TCC compreende a avaliação com nota de 7,0 (sete) até 10,0 (dez).

Parágrafo Primeiro: O trabalho final de TCC que receber nota inferior a 7,0 (sete) no mínimo 5,0 (cinco) poderá ser reavaliado uma única vez, com o prazo máximo para correção e reavaliação de 30 (trinta) dias, protocolado junto ao Professor Responsável pelo TCC que encaminhará à Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

§ 1º. Caberá ao Coordenador do Curso ofertado pela FCJP proceder a Convocação da Banca Examinadora para a reavaliação composta pelo: Professor Orientador, Professor Responsável pelo TCC e Coordenador do Curso Ofertado pela FCJP.

Parágrafo Segundo: A aprovação final no TCC dar-se-á mediante encaminhamento do resultado final à Coordenação do Curso, que lavrará a Ata e demais documentos dando sequência aos protocolos junto à Secretaria Geral da FCJP.

Art. 36º A não aceitação do TCC para apresentação respeitará as seguintes restrições:

- I. Conter plágio comprovado pelo Professor Responsável do TCC ao examinar.
- II. Não cumprimento de todas as etapas e datas previstas no cronograma de atividades do TCC.
- III. Ser elaborado sem o acompanhamento de um Professor Orientador designado pela Coordenação do Curso ofertado pela FCJP, ou autorizado pela Coordenação do Curso e Colegiado.
- IV. Aqueles que não apresentarem todos os documentos exigidos no Art. 27, Art. 28 da Seção I do Capítulo IV desse Regulamento.

Parágrafo Único: O Acadêmico que se enquadrar no item I deste artigo, será considerado falta grave sendo REPROVADO diretamente.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Art. 37º É de total responsabilidade do aluno cumprir a fase final de encerramento do TCC após defesa e considerações dessa, junto aos departamentos institucionais, estando atendo às exigências explicitadas neste Regulamento.

Art. 38º Após a Defesa, será estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para que o Acadêmico providencie:

- I. As correções apontadas pela Banca Examinadora.
- II. Revisão Geral da Formatação e do Português.
- III. Revisão do Abstract.
- IV. Uma versão encadernada em Capa 'Dura' na cor específica do Curso ofertado pela FCJP (Anexo 11).
- V. 2 (duas) versões salvas no formato de Word e PDF em CD.
- VI. Cópia da Ata / ou a cópia original da Ata entregue ao aluno após a folha de aprovação.

Parágrafo Primeiro: A versão final deverá estar organizada conforme o Art. 27º, § 2º e os itens descritos, na Seção I do Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Segundo: O item IV e uma versão do item V deverá ser entregue na Biblioteca do Campus de funcionamento do Curso de Graduação, e a outra versão do item V para a Coordenação do Curso ofertado pela FCJP.

Parágrafo Terceiro: O não cumprimento do Art. 38 e os parágrafos primeiro e segundo desse implicará o impedimento da Colação de Grau Oficial, ficando o aluno apto a proceder a cerimônia de colação de grau somente após o deferimento do cumprimento do Art. 38, oficializado pela Biblioteca. A autorização para a Colação de Grau que será deferida pela Secretaria Geral.

Art. 39º À FCJP reserva-se o direito de disponibilizar os trabalhos concluídos no TCC em cópia material ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet.

Parágrafo Único: Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via impressa disponibilizada na biblioteca e na Internet.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40º Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações deverá ser formatado um termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa na publicação do trabalho.

Art. 41º Quando o TCC resultar em patente, a propriedade dessa será estabelecida conforme regulamentação própria, sendo a FCJP coautora da produção.

Art. 42º As Coordenações de Cursos ofertados pela FCJP poderão estabelecer Normas Regimentais complementares para as atividades de TCC, conforme aprovação dos Colegiados de Cursos.

Art. 43º Os casos omissos serão resolvidos primeiramente com o Professor Responsável de TCC, que encaminhará as Coordenações de Cursos, os quais convocarão o Colegiado de Curso para decisão.

§ 1º. As decisões serão encaminhadas à Secretaria Geral, para procedimentos acadêmicos institucionais.

Art. 44º Este Regulamento será de abrangência a todos os Cursos de Graduação de formação Tecnológica, Licenciatura e Bacharelados ofertados pela FCJP, garantindo às Coordenações destes Cursos que adotem Normas Regimentais complementares que garantam o fiel cumprimento deste Regulamento.

Parágrafo Único: Nenhuma Norma Regimental complementar pelos Cursos poderá ser superior a este Regulamento.

Art. 45º Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Parágrafo Único: Será garantido o período de 6 (seis) meses da publicação deste regulamento para que as turmas que estão em fase de conclusão do TCC cumpram os dispostos no Capítulo III – Seção IV, Capítulo IV e Capítulo V.

§ 1º. As turmas que estiverem iniciando o novo ciclo de desenvolvimento de TCC deverão tomar ciência imediatamente da publicação deste regulamento e garantir a sua aplicabilidade.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, 01 de agosto de 2016.

Departamento Pedagógico de Professores, Monitores e Estágios

Conforme prerrogativa contida no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tendo em vista a Instrução Normativa Institucional N. 01/2016, de 01 de agosto de 2016.

Eu _____,

abaixo assinado, declaro, para fins de formalização, que tenho conhecimento

das instruções e deveres inerentes à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, professor do Curso de Graduação em _____, ofertado pela Faculdade Cidade de João Pinheiro. Declaro também que tenho conhecimento do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para as Graduações da FCJP e aceito o aluno _____, matriculado sob código _____, no respectivo Curso de Graduação. Comprometo-me, na qualidade de orientador, a desenvolver aquilo que me compete com rigor e compromisso.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de
Por extenso Ano
_____ de _____.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a)

CARTA DE ACEITE DE
CARTA DE ACEITE DE

Conforme prerrogativa contida no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tendo em vista a Instrução Normativa Institucional N. 01/2016, de 01 de agosto de 2016.

Orientando(a):	
Orientador(a):	
Curso de Graduação em:	

Tendo em vista a solicitação de Co-orientação para o Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno acima mencionado com anuência do Professor Orientador, declaro, para fins de formalização, que tenho conhecimento das instruções e deveres inerentes à co-orientação de Trabalho de Conclusão de Curso contidas no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para as Graduações da FCJP.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de _____
Por extensoAno
_____ de _____.

Por assim ser verdade, assinam todos os envolvidos:

Termo de Ciência de Co-Orientação:

Orientando(a):	
Orientador(a):	

Termo de Aceite de Co-Orientação:

Co-Orientando(a):	
-------------------	--

MODELO

PRÉVIA DO INTERESSE DE ESTUDO, CONFORME PLANO DE TRABALHO

**Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para
preenchimento**

Curso de Graduação em
ALUNO:
Nº de Matrícula:
Sugestão de Orientador:
Exposição do Tema do Trabalho:
Descrição da intenção e enquadre das modalidades previstas de pesquisas, segundo o Regulamento de TCC da FCJP:

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de
Por extenso Ano
_____ de _____.

Assinatura do(a) Aluno(a)

MODELO

PLANO DE TRABALHO DE TCC

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

1. Identificação							
Matrícula:		Turma:		Semestre:		Ano:	
Nome do Aluno:							

Checklist para Submissão e Apresentação

Os seguintes itens devem aparecer respondidos Sim ou Não (escrito), na submissão do plano de Trabalho de Conclusão de Curso.

Componentes do Plano	Confirmação
O Plano de Trabalho TCC contempla todas as etapas preenchidas	
O Plano está escrito em letra Baskerville Old Face, tamanho 10, espaçamento 1,15, justificado	
O tema de interesse está de acordo com a proposta que se pretende desenvolvê-lo	
A formulação do problema contempla conceito(s) que o(s) define(m)	
A formulação do problema consiste em originalidade na proposta a ser desenvolvida	
A formulação do problema termina com uma pergunta no final	
O Objetivo Geral contempla fielmente a temática de interesse, bem como atende a originalidade do problema	
No Estado da Arte contempla-se pelo menos dois estudos internacionais	
No Estado da Arte contempla-se estudos publicados nos últimos 10 anos	
O Estado da Arte apresenta preenchidos todas as informações solicitadas	
Existe a sugestão de Orientação	
O orientador sugerido já foi contatado	

A temática foi discutida com o orientador contatado	
O orientador sugerido lhe concedeu resposta afirmativa de orientação	

Formulário para Submissão do Plano de Trabalho de TCC

2. Informações do Orientador		
Nome:		
Área de Pesquisa:		

3. Área de Temática
3.1 Tema de Estudo/ e ou Pesquisa
3.2 Exposição da Escolha da Temática (Justificativa)
3.3 Tipo de Trabalho (descrito de acordo com o Art. 4º do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação da FCJP)

4. Síntese do Plano de Trabalho de Estudo/ e ou Pesquisa
4.1 Problema
4.2 Objetivo Geral
4.3 Metodologia de Desenvolvimento

Observação: para cada item do campo 4, deve conter no mínimo 250 palavras.

5. Cronograma de Execução do Trabalho (Elaborar considerando todas as etapas até sua conclusão / e defesa)

6. Referência Bibliográfica (De acordo com a norma escolhida pelo orientador)

Faculdade	Cidade	de	João	Pinheiro	–	João	Pinheiro,	_____	de
_____	de	_____.				Por extenso		Ano	

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Orientando(a):	
Orientador(a):	
Curso de Graduação em:	

Data	Atividades de Orientação	Assinatura Orientando(a)	Assinatura Orientador(a)

/ /

Data

Assinatura do Professor Responsável de
TCC

FICHA DE AVALIAÇÃO DE
FICHA DE AVALIAÇÃO DE

Orientando(a):	
Orientador(a):	
Curso de Graduação em:	

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	NOTA ATRIBUIDA
1. Interesse do aluno nas atividades orientadas	2 pontos	
2. Participação nos encontros (presenciais e virtuais)	2 pontos	
3. Pontualidade nas solicitações do orientador	2 pontos	
4. Qualidade do material produzido	2 pontos	
5. Envolvimento com as atividades	2 pontos	
NOTA DO ORIENTADOR	10 pontos	

OBSERVAÇÃO DO ORIENTADOR

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de
Por extenso _____ Ano _____
_____ de _____.

Assinatura do(a) Orientando(a)

Assinatura do(a) Orientador(a)

/ /

Data

Assinatura do Professor Responsável de
TCC

FICHA DE APROVAÇÃO DO
FICHA DE APROVAÇÃO DO

Orientando(a):	
Orientador(a):	
Curso de Graduação em:	

**PARECER DO ORIENTADOR QUANTO ÀS PARTES DESENVOLVIDAS
NO TCC**

Como orientador (a) constituído (a) desta instituição, afirmo que **recebi** o conteúdo marcado a seguir, do Trabalho de Conclusão de Curso de meu (minha) orientando (a):

CONSIDERAÇÃO DO ELEMENTO A SER ENTREGUE PELO ORIENTANDO

PARECER DO ORIENTADOR SOBRE A ENTREGA
() Entrega APROVADA pelo orientador
() Entrega NÃO APROVADA pelo orientador
() Entrega APROVADA COM PENDÊNCIA pelo orientador

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de
Por extenso _____ de _____ Ano _____.

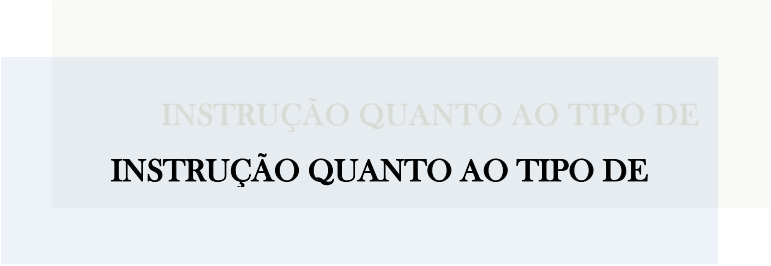
Assinatura do(a) Orientando(a)

Assinatura do(a) Orientador(a)

/ /

Data

Assinatura do Professor Responsável de
TCC



INSTRUÇÃO QUANTO AO TIPO DE INSTRUÇÃO QUANTO AO TIPO DE

Elementos de composição do Artigo

1. Título (Português e Inglês)
2. Autores
3. Resumo
4. Abstracty
5. Introdução
6. Metodologia
7. Fundamentação Teórica
8. Discussão
9. Conclusão
10. Referências (iniciando em página separada)
11. Endereço de Correspondência
12. Apêndice e/ou Anexos (opcional seguindo a mesma orientação que para monografia em folhas separadas)

Elementos de composição da Monografia

1. Resumo
2. Abstracty
3. Lista de Abreviatura
4. Lista de Tabela (ou Lista de Gráficos) dependendo da opção de exposição
5. Lista de Quadros

6. Sumário

7. Fundamentação Teórica

8. Objetivos

- ☐ Objetivo Geral
- ☐ Objetivos Específicos

9. Metodologia

- ☐ Natureza da Pesquisa
- ☐ Local do Estudo
- ☐ Participantes do Estudo
- ☐ Instrumentos de Coleta de Dados
- ☐ Aspectos Éticos da Pesquisa
- ☐ Tratamento dos Dados

10. Resultados

11. Discussão

12. Conclusão

13. Referências

14. Apêndices seguem a apresentação por letra

15. Anexos seguem a apresentação por letra

Observação: quanto às listas de abreviaturas, tabelas e quadros não são obrigatórios, somente se for necessário pela exposição do trabalho. Para cada item da monografia, inicia-se em uma página nova.

MODELO

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, (dia) de (mês) de (ano).

—

Nome do Orientando

—

Nome do Orientador

Ofício Circular

Solicitação de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso

Professor Orientador

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de

Por extenso de _____.
Ano.

Excelentíssimo Senhor(a) Presidente do Colegiado de Curso.

É com grande satisfação e alegria que eu, Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado como:

Descrever o título

Tendo como autor do trabalho o Acadêmico do Curso de Graduando em
_____:

Indicar o nome do Orientando

Apresento a este Colegiado de Curso a indicação dos membros de Banca:

Examinador 1 – Professor Titular do Curso.

Examinador 2 – Convidado (Professor do Curso ou da IES/ Convidado externo mediante informes.

Para que possa ser deferido por este órgão normativo.

Atenciosamente,

Professor

Orientador:

Nome Completo do Orientador

Assinatura do Orientador

PROTOCOLO DE DEFERIMENTO PARA DEFESA DE TCC

Eu

_, aluno matriculado sob código _____, solicito **DEFERIMENTO**
para composição de Banca Examinadora para a Defesa do Trabalho de
Conclusão de Curso.

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

Descrever o título

Tendo como Orientador:

Indicar o nome do Orientador

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ Ano _____ de
_____ de _____.

Assinatura do Aluno Requerente

PROTOCOLO SECRETARIA GERAL

() Deferido () Indeferido

PROTOCOLO FINANCEIRO

() Deferido () Indeferido

PROTOCOLO BIBLIOTECA

() Deferido () Indeferido

**PROTOCOLO COORDENAÇÃO DO
CURSO**

() Deferido () Indeferido

SOLICITAÇÃO DE PROVIDENCIAS PARA DEFESA PÚBLICA DE TCC

Aluno - _____

Contato: _____ e-mail _____ e-mail _____

TÍTULO: _____

MEMBROS TÍTULARES

Examinador 1 – Nome do Avaliador _____

Instituição: _____

Curso: _____

Contatos: _____

Examinador 2 – Nome do Avaliador _____

Instituição: _____

Curso: _____

Contatos: _____

MEMBROS SUPLENTE

Examinador 1 – Nome do Avaliador _____

Instituição: _____

Curso: _____

Contatos: _____

Examinador 2 – Nome do Avaliador _____

Instituição: _____

Curso: _____

Contatos: _____

PREVISÃO DA DEFESA

Data: ____/____/____ Horário: _____ Local: _____

SOLICITAÇÃO DE EQUIPAENTES

() TV e Vídeo () Data Show () CPU () Som () Outro: _____

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de _____ de
Por extenso Ano
_____.

Assinatura do Orientador(a)

(Declaro ter conferido/ aprovado a versão final que está sendo depositada)

**PROTOCOLO DE DEFERIMENTO PARA DEFESA DE TCC, QUANDO
PUBLICADO EM PERIÓDICO**

Eu

_____,
aluno matriculado sob código _____ solicito **DEFERIMENTO** do
Colegiado de Curso para liberação da composição de Banca Examinadora para
a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, em função da produção referente
ao trabalho ter tido o **ACEITE para publicação em Periódico**.

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

Descrever o título

Tendo como Orientador:

Indicar o nome do Orientador

Informações do Periódico e Produção:

Título do Artigo no Periódico

Título do Periódico:

Volume:

Fascículo/
Número:

Série:

Página Inicia

Página Final:

ISSN:

DOI: _____ Idioma: _____

Meio de Publicação*: _____

* Impresso/ Meio magnético/ Meio digital/ Filme/ Hipertexto/ Outro/ Vários

APRESENTAR CÓPIA DA CARTA DE ACEITE, E ARTIGO ENVIADO PARA PUBLICAÇÃO.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de
Por extenso Ano
_____ de _____.

Atenciosamente,

Assinatura do Aluno Requerente

Assinatura do Orientador

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

MEMBRO EXAMINADOR DA BANCA CONSTITUIDA

Eu

_____,'

_____, portador do RG:

_____ convidado a participar como
membro examinador, da Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso do
Acadêmico

_____, orientado pelo Professor(a)

**DECLARO ESTAR CIENTE DA MINHA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA, SEM
VÍNCULOS INSTITUCIONAIS**, apenas para fins de curriculares, sem nenhum
tipo remuneração pela participação.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, _____ de

Por extenso Ano
_____ de _____.

Atenciosamente.

Por ciência firmo o compromisso,

Assinatura do Examinador(a) Convidado(a)

(Declaro estar ciente do convite e do não envolvimento Institucional e a não remunerado)

DECLARAÇÃO DAS DEVIDAS MODIFICAÇÕES EXPOSTAS EM DEFESA PÚBLICA

Eu

_____,
matriculado com código nº. _____ da FCJP, DECLARO que
efetuei as correções propostas pelos membros da Banca Examinadora de
Defesa Pública do meu TCC intitulado:

E ainda declaro que a mesma contém os elementos obrigatórios
exigidos nas Normas de Elaboração de TCC e também que foi realizada a
revisão gramaticas exigida no Curso de Graduação XXXXX da Faculdade
Cidade de João Pinheiro.

Assinatura do Aluno Orientando

Graduando Concluinte do Curso

FICHA DE AVALIAÇÃO DE EXAMINADOR

ÍTULO:	
Acadêmico:	
Examinador:	

Avaliação da Exposição Gráfica e Metodológica da Escrita

Critérios de Avaliação	Valor 10 pontos	Nota
I. VALOR acadêmico e possível utilidade e/ou aplicação prática do trabalho, capacidade de problematização, discussão e síntese.	3,0 pontos	
II. QUALIDADE da redação e adequação entre título, objetivos e conclusões, originalidade e fidelidade teórica e metodológica.	3,0 pontos	
III. ATENDIMENTO ÀS NORMAS deste regulamento, redação do texto e correção gramatical e apresentação gráfica/ e ou formatação.	2,0 pontos	
IV. REFERÊNCIAS relevantes, justificativa científica e prospecção social.	2,0 pontos	
Nota		

Avaliação da Exposição Oral

Critérios de Avaliação	Valor 10 pontos	Nota
I. CONDUTA do aluno e esclarecimento de dúvidas	1,0 pontos	
II. ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO utilização do recurso visual, comunicação, clareza, e expressão	1,5 pontos	
III. CAPACIDADE de síntese e clareza na exposição teórica, metodológica e organização	4,0 pontos	
IV. DOMÍNIO do conteúdo	3,0 pontos	
V. Respeito ao tempo estipulado	0,5 ponto	
Nota		

MÉDIA GERAL DA AVALIAÇÃO DO(A) EXAMINADOR(A):

_____.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, ____/ ____/
_____.

Assinatura do Examinador

FICHA DE AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

ÍTULO:	
Acadêmico:	
Orientador:	
Examinador 1:	
Examinador 2:	

Consideração da Avaliação Final da Banca Examinadora

Media Geral da Avaliação:	Nota Atribuída = 10 pontos
Orientador	
Examinador 1	
Examinador 2	
Nota Final do TCC	

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, ____/ ____/
_____.

Assinatura do Orientador

Assinatura do Examinador 1

Assinatura do Examinador 2

Protocolo lavrado pelo Professor Responsável do TCC:

Assinatura do Professor

INDICAÇÃO DAS CORES DE ENCADERNAÇÃO EM CAPA 'DURA'

Cor	Curso
Azul	Administração
	Ciência Contábeis
	Matemática
	Pedagogia
	Psicologia
	Engenharias
Verde	Ciência Biológica
	Biomedicina
	Enfermagem
	Psicologia
	Educação Física (Licenciatura e Bacharelado)
Vermelho	Farmácia
	Gastronomia
	Odontologia

MODELO

ATA DE DEFESA DE TCC

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO, APRESENTADO POR NOME DO ACADÊMICO, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE INDICAR TITULAÇÃO DA FORMAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM NOME DO CURSO.

Aos dia por extenso de mês por extenso de ano por extenso, reuniu-se, no local de defesa, a Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Nome do Curso da Faculdade Cidade de João Pinheiro, constituída pelos professores: PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (Orientadora), PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (Titular), PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (Titular), para examinar o graduando(a) NOME DO ACADÊMICO na prova de defesa de seu trabalho de conclusão de curso intitulado: TÍTULO DO TRABALHO. O(A) presidente da Comissão PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO iniciou os trabalhos às xh, solicitou ao graduando(a) que apresentasse, resumidamente, os principais pontos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente o graduando(a) sobre diversos aspectos da pesquisa e do trabalho. Após a arguição, que terminou às xh, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do(a) graduando(a), tendo chegado aos seguintes resultados: PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (_____), PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (_____), PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO (_____) . Em vistas deste resultado, o(a) graduando(a) NOME DO ACADÊMICO foi considerado(a) _____. Sendo verdade, todos assinam e lavram a presente ata, que assinam, juntamente com o Coordenador(a) do Curso e os Membros da Banca Examinadora.

João Pinheiro, dia (numeral) de mês por extenso de ano numeral.

Assinatura do(a) graduando(a) (sugerido pela banca):

PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO

PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO

PROF. TITULAÇÃO E NOME COMPLETO

PROF. Titulação e Nome Completo

Coordenador de Graduação em indicar o nome do curso

MODELO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM (indicar o nome se houver)

Curso de (Tecnologia/ Licenciatura/ Bacharelado) em (Indicação do Nome do Curso)

NOME DO ACADÊMICO

TÍTULO DO TRABALHO

Banca Examinadora do Curso de (Tecnologia/ Licenciatura/ Bacharelado) em (Indicação do Nome do Curso), composta em (dia) de (mês) de (ano):

Orientador: Prof. Titulação Abreviada Nome Completo

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador 1: Prof. Titulação Abreviada Nome Completo

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Examinador 1: Prof: Titulação Abreviada Nome Completo

Indicação da Instituição Pertencente

MODELO

CERTIFICADO DE ORIENTAÇÃO

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

CERTIFICADO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM INDICAR NOME DO CURSO

O Coordenador de Graduação em indicar nome do Curso da Faculdade Cidade de João Pinheiro Professor Titulação Nome Completo, fazendo uso de suas atribuições legais, CERTIFICA que o **PROFESSOR(A) TITULAÇÃO NOME COMPLETO**, ORIENTOU Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação, do(a) aluno(a) **Nome do Aluno Completo**, intitulado **Título do Trabalho**, no período de mês/ano à mês/ano.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, dia de mês de ano.

Por ser verdade, assina o presente certificado.

Professor Titulação Nome Completo

Coordenador de Graduação em nome do Curso

Faculdade Cidade de João Pinheiro

MODELO

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Este modelo será disponibilizado em Downloads no Word para preenchimento

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO DE BANCA EXAMIADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM INDICAR NOME DO CURSO

O Coordenador de Graduação em indicar nome do Curso da Faculdade Cidade de João Pinheiro Professor Titulação Nome Completo, fazendo uso de suas atribuições legais, CERTIFICA que o **PROFESSOR(A) TITULAÇÃO NOME COMPLETO**, participou da Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação, do(a) Nome do Aluno Completo, intitulado Título do Trabalho. Juntamente com os demais membros da Banca Examinadora: **PROFESSOR(A) TITULAÇÃO NOME COMPLETO** e **PROFESSOR(A) TITULAÇÃO NOME COMPLETO**, no dia do mês do ano.

Faculdade Cidade de João Pinheiro – João Pinheiro, dia de mês de ano.

Por ser verdade, assina o presente certificado.

Professor Titulação Nome Completo

Coordenador de Graduação em nome do Curso

Faculdade Cidade de João Pinheiro